UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

ANDRÉA VICENTE

PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: OUTRAS NARRATIVAS SÃO POSSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

FLORIANÓPOLIS

2022

ANDRÉA VICENTE

PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: OUTRAS NARRATIVAS SÃO POSSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História. Orientadora: Prof.ª Dra. Luisa Tombini Wittmann

FLORIANÓPOLIS

2022

ANDRÉA VICENTE

PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME: OUTRAS NARRATIVAS SÃO POSSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História. Orientadora: Prof.ª Dra. Luisa Tombini Wittmann

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Doutora Luisa Tombini Wittmann

Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Elison Antonio Paim

Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Caroline Jacques Cubas

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 29 de abril de 2022

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vicente, Andréa
Presença indígena em São José da Terra Firme : outras narrativas são possíveis no ensino de História / Andréa Vicente. -- 2022.
152 p.

Orientadora: Luisa Tombini Wittmann
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2022.

1. Ensino. 2. História. 3. Indígena. 4. Site. 5. Narrativas. I. Wittmann, Luisa Tombini. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial aos meus filhos, Augusto e Vítor, que tiveram que ter paciência para lidar com as minhas ausências, meus cansaços e minha falta de tempo ao longo desses dois anos.

Ao meu marido Rodrigo, pela presença e pelo diálogo nos momentos mais difíceis.

Ao Professor Elison Antônio Paim, que me apresentou o ProfHistória e me incentivou a continuar com meus estudos.

A todos os docentes do ProfHistória pelos saberes, pelas novas perspectivas no campo do Ensino, pelas conversas e pelos debates transformadores.

À Professora Luisa Tombini Wittmann, pela orientação constante, pela preocupação que sempre teve comigo e com a minha pesquisa. Muito obrigada pela atenção, pela compreensão, pelas conversas e pela companhia nesses dois anos tão difíceis por conta da pandemia. Sua dedicação e sua paixão pelo que faz me inspiram.

RESUMO

No projeto colonial, pensado para São José (SC) no século XVIII, não havia espaço para as populações indígenas. Tal fato resultou em episódios violentos, mas dada a resistência dos povos originários, o que se seguiu foi um longo apagamento histórico que tem se mantido até a contemporaneidade. Assim, os agentes da administração municipal que se sucederam trataram de produzir e preservar uma história única, que destaca apenas a importância dos colonizadores europeus. Por conta disso, a presente pesquisa reúne informações provenientes de fontes coloniais, pós-coloniais e atuais, apresentando uma outra narrativa histórica pensada a partir de uma conversa com pesquisadores, memorialistas e com os próprios indígenas, por meio da análise dos trabalhos de conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (UFSC), de livros, de vídeos e de entrevistas concedidas. A partir desta pesquisa historiográfica, feita à luz da Nova História Indígena e em diálogo com alguns autores decoloniais, a presença e a agência dos Guarani e dos Laklãnõ Xokleng em São José se evidencia em todos os períodos históricos quando se considera sua extensão territorial inicial no século XIX. Assim, tomando a Lei 11.645/2008 e suas diretrizes como referência, foram elaboradas atividades, vídeos e textos sobre o tema, os quais compõem o conteúdo do *site* **"Presença Indígena em São José da Terra Firme"**, disponível em www.historiaindigenasj.com, pensado para auxiliar docentes na composição de novas abordagens para o ensino de história indígena neste município.

Palavras-chave: eurocentrismo; nova história indígena; narrativas indígenas; ensino de história indígena e *sites*.

ABSTRACT

In the colonial project designed for São José (SC) in the 18th century, there was no space for indigenous populations. This fact resulted in violent episodes, but given the resistance of the native peoples, what followed was a long historical erasure that has lasted until the present time. Thus, the agents of the municipal administration that followed each other tried to produce and preserve a unique history that only highlights the importance of European colonizers. Because of this, the present research gathers information from colonial, post-colonial and current sources and presents another historical narrative thought from a dialogue with researchers, memorialists and with the indigenous themselves, through the analysis of the papers of the Course of Indigenous Intercultural Degree (UFSC), books, videos and interviews granted by them. From this historiographical research, carried out in the light of the New Indigenous History and in dialogue with some decolonial authors, the presence and agency of the Guarani and the Laklãnõ Xokleng in São José are evident in all historical periods, when we consider their initial territorial extension in the XIX century. Thus, taking Law 11.645/2008 and its guidelines as a reference, activities, videos and texts on the subject were prepared, which together make up the content of the web*site* "Indigenous Presence in São José da Terra Firme", available at www.historiaindigenasj.com, designed to assist teachers in the composition of new approaches to teaching indigenous history in this municipality.

Keywords: eurocentrism; new indigenous history; indigenous narratives; teaching indigenous history and sites.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista do Cambirela do C.E.M. Antônio Francisco Machado 13

Figura 2 - Dona Maria, indígena Kaingang 14

Figura 3 – Visita à aldeia Mbyá Guarani, de Biguaçu 16

Figura 4- Território de São José da Terra Firme no século XIX 18

Figura 5 - Mapa da fronteira entre São José e Palhoça, em destaque a Ilha da Casca. 70

Figura 6- Placa de homenagem aos milicianos 73

Figura 7 - Mapa aldeia guarani e São José 76

Figura 8 - Mapa ponta sul da ilha e Enseada de Brito no continente 81

Figura 9 - Traçado do caminho das tropas 84

Figura 10 - Recorte do mapa de Santa Catarina, 1907 85

Figura 11- Mapa dos povos indígenas em Santa Catarina 89

Figura 12- Mapa de Santa Catarina, 1923 92

Figura 13 - Página inicial do site educativo 103

Figura 14 - Abertura do vídeo do site - Agência Indígena 105

Figura 15 - Abertura do vídeo do site - Territórios indígenas em São José da Terra Firme 106

Figura 16 - Atividade Presença Indígena em São José da Terra Firme 108

Figura 17 - Trecho da atividade Agência Indígena na história de São José da Terra Firme 109

Figura 18 - Imagem da atividade sobre o M'bya Rekó Guarani 110

Figura 19 - Trecho da atividade do site “Narrativas, visibilidade e respeito” 111

Figura 20 - Recorte da atividade “Territórios Laklãnõ Xokleng em São José” 113

Figura 21 - Trecho do texto da atividade “Memória e identidade em São José” 114

Figura 22 - Trecho da aba “História” 115

Figura 23 - Recorte da aba “Cultura” 116

Figura 24 - Mapa territórios históricos dos povos indígenas..... 117

Figura 25 - Trecho da aba “Narrativas”..... 118

Figura 26 - Trecho da aba “Legislação”..... 118

Figura 27 - Slide show com mapas e imagens disponibilizado na página inicial do site..... 119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

CEM – Centro Educacional Municipal

SINTRAM-SJ – Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

PPGH – Programa de Pós-graduação em História

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

LDB – Lei de Diretrizes e Base

PNE – Plano Nacional de Educação

SPI – Serviço Proteção ao Índio

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

UEMS – Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul

NTIC'S – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

2. A ESCOLA E O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA ENTRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....28

2.1 ENSINO EUROCENTRADO E AVANÇOS HISTÓRICOS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: AS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI 11.645/2008 E SUA APLICAÇÃO 28

2.2 O PROFHISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DE UMA HISTÓRIA ENSINADA QUE DIALOGUE SOBRE E COM OS POVOS INDÍGENAS 40

3. A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA DISPUTAS NARRATIVAS: OS POVOS INDÍGENAS COMO PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA.....48

3.1 NARRATIVAS HISTÓRICAS E NARRATIVAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO.....48

3.2 O QUE OS INDÍGENAS DA REGIÃO MAIS PRÓXIMA A SÃO JOSÉ TÊM A NOS DIZER SOBRE O ASSUNTO.....55

4. PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME.....62

4.1 A FORÇA DO EUROCENTRISMO EM NARRATIVAS DIVERSAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS EM SÃO JOSÉ…….....….....62

4.2 PRESENÇA/AGÊNCIA HISTÓRICA INDÍGENA: PARA UMA NOVA HISTÓRIA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ.....75

5. OS *SITES* COMO MEIOS DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO PARA O ENSINO E SUA POTENCIALIDADE COMO ESPAÇO DE POSICIONAMENTO POLÍTICO DA NOVA HISTÓRIA INDÍGENA.....95

5.1 A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA E A PRODUÇÃO DE *SITES* EDUCACIONAIS.....95

5.2 ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E O *SITE* “PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME”.....101

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....121

REFERÊNCIAS.....126

ANEXOS.....134

1 INTRODUÇÃO

> *Seu Timóteo não conta tudo com detalhe e ainda alerta: [...] temos que ter muito cuidado para quem vamos contar. Para que a nossa história não fique ao vento, para que ela não se torne mito, porque todas as histórias guarani são sagradas e merecem ser reverenciadas por quem for contar. [...] Estas histórias (esses mitos) têm importância fundamental para nós e mesmo os Juruá entenderem o nosso sistema, que chamamos de Teko (direito, moral, regras). Sem esse conhecimento, que envolve a cabeça e o coração, é impossível compreender os índios Guarani.*
>
> *Elizete Antunes, 2015*

No trecho acima, Elizete Antunes, em seu trabalho de conclusão (TCC) do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos apresenta a importância das histórias contadas pelos mais velhos para o povo Guarani. Ela destaca, por meio da narrativa de Seu Timóteo, o receio que os anciões Guarani têm de que sua história fique ao vento e se torne um mito, isto é, que sejam esquecidas e desqualificadas. Elizete, ao falar de Seu Timóteo, deixa claro um posicionamento: os Guarani não querem sua história negada ou desrespeitada pela sociedade e não querem que suas histórias sejam contadas de qualquer jeito. Portanto, será dessa forma, abrindo "a cabeça e o coração", que venho apresentar a minha pesquisa a partir deste trabalho acadêmico.

Já faz um tempo que a temática indígena chama a minha atenção; diria até que está relacionada com a minha própria história familiar. Nasci e vivi na região continental de Florianópolis até os 8 anos de idade. Depois, minha família se mudou para São José, município vizinho da capital de Santa Catarina, onde moro até hoje. Quando era criança, minha avó me contava algumas histórias sobre os indígenas da região em que ela cresceu, Angelina, a época pertencente a São José. Em uma dessas ocasiões confessou que a minha bisavó era uma indígena, mas não deu detalhes. Minha mãe confirma essa história de descendência com orgulho. Além disso, mesmo sendo de origem muito humilde, minha mãe costumava me presentear com bonecas que, segundo ela, eram meninas indígenas. Eram bonecas simples de plástico as que a minha mãe podia comprar. Elas tinham os cabelos lisos, compridos e escuros.

Brinquei muito com elas; eu as admirava, achava bonitas e, como eram bonecas que vinham quase sem roupas, eu me divertia tentando fazer peças para vesti-las. Hoje, minha mãe afirma que dizia que as bonecas eram "indiazinhas" porque "vinham quase peladas", mas eu achava que eram indígenas mesmo.

Naquela época, eu pensava que os "índios"[1] eram todos iguais. O meu pai os chamava de bugres[2] e me colocava medo. Essa imagem mental lentamente se consolidava em mim também por conta dos filmes de faroeste que passavam na TV nos anos 1980, em que o elemento indígena era sempre representado como um inimigo difícil, o malfeitor que precisava ser derrotado e exterminado para abrir espaço ao progresso. Eu me perguntava o porquê de tudo aquilo e não entendia os motivos da guerra.[3]

Meu sentimento que misturava admiração e curiosidade pelas populações indígenas era constantemente minado pelas narrativas da maioria dos adultos que me colocavam medo e tratavam aqueles povos com desdém. A imagem que me foi apresentada sobre os povos indígenas estava relacionada a uma "história única", que me tornava, assim como conta Chimamanda Adichie, impressionável e vulnerável "diante de uma história, particularmente durante a infância" (Adichie, 2019, p. 13).

Felizmente, ao estudar, me tornar adulta e professora, essas imagens foram se modificando pouco a pouco. No entanto, o conhecimento adquirido nessa fase da minha vida ainda não foi suficiente para evitar os equívocos que cometi em relação aos jovens indígenas que passaram por mim nas escolas e em relação aos povos originários em geral, por conta das narrativas eurocentradas que eu acolhi e repassei nas minhas aulas em muitas ocasiões. Hoje, consigo perceber meus erros e faço uma reflexão sobre a minha formação social na família e na escola. Penso que, a partir do contato com o conhecimento advindo das formações que fiz e que me apresentaram outras perspectivas, bem como ao prestar atenção e ouvir as vozes de lideranças, novos sentidos e novas percepções foram sendo construídos sobre os povos africanos e indígenas.

---

[1] Segundo Daniel Munduruku, não existem índios no Brasil. Índio "é uma palavra que manifesta uma determinada postura das pessoas, [...] é um apelido que nos colocaram. Não sabiam como nos chamar e disseram que nós éramos os tais dos índios, porque erraram o caminho para chegar às Índias" (Munduruku, 2017).

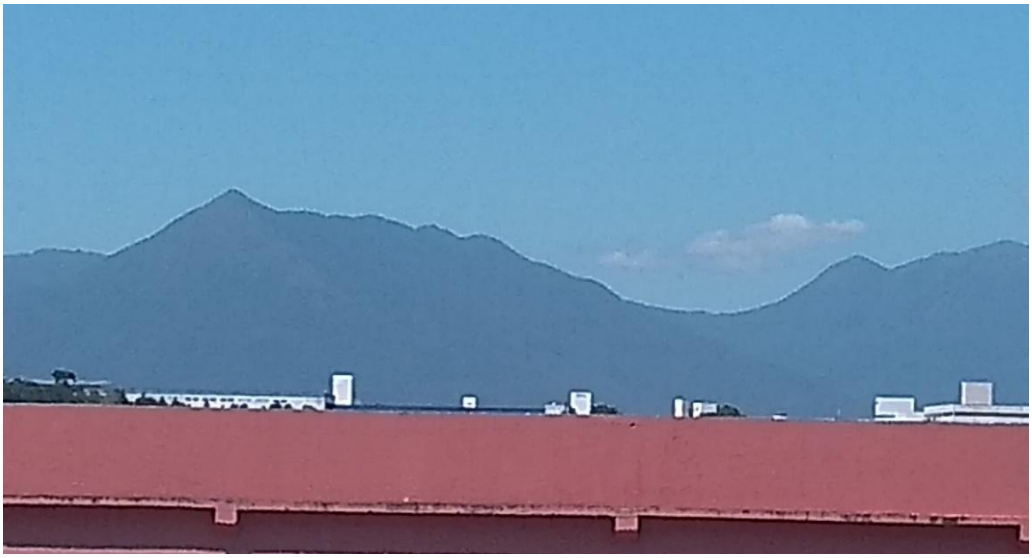
[2] O termo bugre tem sua origem na Europa medieval e esteve, por muito tempo, associado a seitas consideradas heréticas. Com a chegada dos europeus à América, o termo bugre passou a ser associado aos povos indígenas por conta de seu modo de viver e suas relações com a natureza. No Brasil, o termo passou a nomear os indígenas estigmatizados, entendidos pelos europeus como selvagens e bravios. Os Laklãnõ Xokleng até hoje são chamados de bugres.

[3] No documentário *Guerras do Brasil.doc - As Guerras de Conquista*, Ailton Krenak fala da guerra constante e permanente dos povos originários, que buscavam e ainda buscam a defesa de seus territórios, contra os indivíduos europeus que empreendiam e ainda empreendem a invasão e a tomada de suas terras.

Meu interesse mais consciente pela temática surgiu em 2008, com a aprovação da Lei 11.645/2008 e a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e indígena em sala de aula. Na oportunidade, a notícia desse novo desafio me deixou insegura, uma vez que, durante minha graduação na UFSC — 1996 a 2000 — a formação nessas áreas não foi efetiva. Não tínhamos disciplinas obrigatórias na grade curricular que abordassem a história sobre a ótica da diversidade étnico-racial.

Diante desse cenário, fui estudar um pouco mais por interesse próprio a fim de tentar dar novo enfoque às questões étnicas em sala de aula. Em 2011, elaborei um projeto didático chamado "Diversidade Ameríndia", no Centro Educacional Municipal (CEM) Antônio Francisco Machado, escola de São José na qual leciono desde 2003. Com a ajuda do professor Santiago, que havia sido meu professor de matemática no ensino fundamental e que naquele momento reencontrava como colega de profissão, montei o projeto. Santiago é indígena boliviano da nação Aymara[4] e ficou muito contente em atuar como parceiro na execução do trabalho.

Figura 1 – Vista do Cambirela do C.E.M. Antônio Francisco Machado



Vista das salas de aula (ala sul) do C.E.M. Antônio Francisco Machado em São José. O maciço do Cambirela, localizado no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, município de Palhoça, nos convida à contemplação do mundo criado por Nhanderu para os guarani todos os dias. Foto Andréa Vicente/ 2022.

[4] Povo indígena da América do Sul que habitava originalmente o Planalto dos Andes Centrais na Bolívia e no Peru. Hoje, somam quase 2,5 milhões de pessoas espalhadas por vários países.

Nossos estudantes pesquisaram muitos aspectos acerca da diversidade dos povos indígenas na América e no Brasil. Analisamos mapas, falamos sobre as diversas línguas, as pinturas, os conhecimentos ancestrais a respeito de ervas curativas, a música, as diferenças e similaridades. Para o dia da mostra pedagógica, o professor Santiago convidou uma senhora indígena Kaingang, a professora bilíngue Dona Maria, para visitar a escola. Ele a encontrou em Florianópolis vendendo artesanato, a convidou e ela aceitou. Ela foi até a nossa escola, contou histórias na sua língua mãe e as traduziu para que todos conhecessem um pouco de sua cultura. No auditório, ela respondeu muitas perguntas e foi muito aplaudida. Durante a palestra, um menino chegou até mim e disse: "*Minha avó fala esta língua!*". Foi nesse momento que percebi quão importante e quão real era a presença indígena naquela escola. Na verdade, a presença indígena sempre esteve ali, silenciosa. Bastou um estímulo e um olhar mais atento para surgir com força na figura do professor Santiago, de dona Maria e do menino que se identificou. Isso só aconteceu porque eles se sentiram acolhidos e contemplados a partir do estudo de suas histórias e de seus antepassados. Não falamos de extermínio, mas de existência e resistência. Os outros estudantes também se conectaram à ancestralidade inspirada por Dona Maria, por isso gostaram tanto da visita dela. Dona Maria ficou muito agradecida e contente com a recepção que teve na escola. Tudo isso me tocou.

Figura 2 - Dona Maria, indígena Kaingang

Dona Maria contando histórias na língua Kaingang no
C.E.M. Antônio Francisco Machado, em 2011. Foto: Andréa Vicente/2011.

Outra presença indígena importante em nossa escola foi a da professora e bióloga Ivanice Alves da Silva que, em 2011 e 2012, lecionou a disciplina de ciências para os nossos

estudantes. Nice, como é conhecida, é natural do município de Borba, no Amazonas, e é filha de pai indígena da etnia Mura[5]. Hoje, é servidora efetiva do município na área da saúde, mas está licenciada e atua no Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José (SINTRAM-SJ).

Um tempo depois, em 2013, participei do curso *on-line* "História dos Índios no Brasil", oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que trouxe novas propostas e novos olhares sobre o ensino da história indígena.[6] Passei então a buscar mais a narrativa indígena da região. Junto à equipe pedagógica da escola, marcamos uma visita à aldeia Guarani M'bya, em Biguaçu, município vizinho a São José.

A visita aconteceu em setembro de 2013. Para nos acompanhar, convidei o professor de Filosofia da escola, Adílson Rodrigues, descendente de Kaingang e nascido em Nonoaí,[7] Rio Grande do Sul. Ele já conhecia os Guarani de Biguaçu. Efetivo na rede há mais de uma década, trabalhou em nossa escola até 2017. Hoje, o professor leciona nas escolas Vilson Kleinubing, Maria Luiza de Melo, São Luíz e Solemar, todas escolas do município de São José, além do Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis.

Houve pouca preparação para a visita por conta da ausência dessa temática na minha formação docente. O trabalho com os educandos ficou no âmbito de discussões sobre a diversidade dos indígenas na América e de um estudo referente ao conteúdo presente no livro didático: o contato com os europeus e as contribuições indígenas ao povo e à cultura brasileira. Porém, apesar da minha falta de conhecimento, os próprios indígenas se encarregaram de narrar aos estudantes o funcionamento da aldeia, mostrando e explicando suas tradições, sua relação com a natureza, seus rituais. Destacaram a importância do fogo e da casa de rezas e a importância dos mais velhos e das crianças para a comunidade. Eles foram os protagonistas e construíram suas próprias narrativas. Os jovens gostaram muito da visita, de fazer a trilha na mata, de ouvir as histórias embaixo da árvore sagrada, de conhecer a escola e a casa de rezas. Trocaram contatos e mensagens pelos celulares com os indígenas, o que os deixou surpresos de ver os jovens Guarani utilizando a mesma tecnologia que eles. A visita quebrou paradigmas.

---

[5] Os Mura são povos indígenas que vivem no Amazonas e ocupam áreas dos rios Madeira, Amazonas e Purus. Vivem tanto em Terras Indígenas quanto nos centros urbanos regionais, como Manaus, Autazes e Borba. Em seu longo histórico de contato, sofreram diversos estigmas, massacres e perdas demográficas, linguísticas e culturais. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mura

[6] O curso de extensão na modalidade à distância: **História dos Índios no Brasil**, coordenado pela Profª. Dra. Luisa Tombini Wittmann, aconteceu de 21 de agosto a 31 de outubro de 2013. Totalmente *on-line*, foi viabilizado pelo uso da plataforma Moodle Udesc. Pensado para professores de História, articulou leitura de textos, discussões em fóruns e a elaboração de um projeto pedagógico sobre a temática no final do curso.

[7] Nonoaí é um município fundado por colonizadores em 1838 no Rio Grande do Sul. Território ancestral dos Kaingang, Nonoai é separado de Chapecó, Santa Catarina, pelo Rio Uruguai. O nome foi uma homenagem ao cacique Kaingang que fez um acordo com os brancos, "permitindo" que construíssem uma estrada de ferro na região.

Figura 3 – Visita à aldeia Mbyá Guarani, de Biguaçu

Estudantes do 7º ano do C.E.M. Antônio Francisco Machado em visita à aldeia Mbyá Guarani, de Biguaçu, em 2013. Fotos: Andréa Vicente/2013.

Posteriormente, levei os mesmos educandos ao museu de São José. Eles ficaram contentes com a visita e com os objetos que lá encontraram, mas ficaram mais curiosos para saber sobre os povos indígenas do município. Para a surpresa de todos, havia — e há até hoje — apenas uma pequena sala com poucos artefatos. Um espaço congelado no tempo, com poucos objetos que não dão conta de criar uma narrativa mais humanizada sobre os povos originários. O acervo é pequeno, consistindo em alguns ornamentos, poucos artesanatos, uma canoa em miniatura (representando uma canoa feita com um tronco só), arcos e flechas, um crânio de onça e uma carranca trazida do Nordeste. O formato da exposição do acervo não contribui para sensibilizar e muito menos demonstrar a agência que os povos indígenas tiveram na história da cidade. A leitura que fazemos sobre a exposição no Museu Municipal é a de que os agentes da administração municipal de São José priorizaram e ainda priorizam um discurso que enaltece a colonização açoriana e permanece invisibilizando historicamente sujeitos indígenas e negros.[8]

[8] O apagamento histórico segue ainda hoje quando a administração municipal ignora pesquisas relevantes sobre a história das populações de origem africana em São José e não se articula para difundir esses conhecimentos com os professores e as professoras da rede. Uma dessas pesquisas foi realizada pela Prof.ª Drª. Janaina Amorim da Silva, que demonstra o protagonismo negro a partir de sua dissertação intitulada **"Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no pós-abolição"** (PPGH/UDESC, 2011). Já a Ma. Mylene Silva de Pontes Visani pensa a educação sob a ótica da lei 10.639/2003 em sua dissertação do ProfHistória/UFSC **"Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes"**, de 2018. Essas pesquisas não têm recebido o devido apoio e não tem sido divulgadas pela Secretaria de Educação do município. Ainda sob uma perspectiva multicultural, existe um vídeo institucional chamado **"Redescobrindo São José"**, produzido pela Secretaria Municipal de Cultura, que considera as contribuições culturais dos povos indígenas e africanos na história josefense. No entanto, ainda que reservando um lugar a esses povos na narrativa, mantém os povos indígenas como existentes apenas no passado, o que reforça o imaginário do branqueamento, da assimilação e do extermínio. Vídeo institucional disponível em https://www.youtube.com/watch?v=-MYsTGDSPS8

Apesar de ser aquele o único espaço de memória sobre os povos indígenas no município de São José, existem evidências de suas existências na região em diferentes períodos. Por conta disso, o objetivo principal desta dissertação é disponibilizar, a partir da seleção e da análise de fontes coloniais, pós-coloniais e atuais sobre os povos originários de São José e do diálogo com eles, informações, documentos, relatos e atividades que possibilitem uma nova escrita e um novo ensino da história indígena local que valorizem a trajetória desses grupos e que estejam em consonância com as diretrizes para implementação da Lei 11.645/2008. Esses recursos pedagógicos e o conhecimento produzido com a pesquisa conduziram a elaboração de uma proposição didática em formato de *site*, que visa a orientar professores sobre como tratar o assunto na educação básica.

O *site* temático é constituído de textos interativos sobre as histórias dos Guarani e dos Laklãnõ [9] Xokleng em São José, além de imagens, mapas, vídeos (alguns de autoria própria), leis e orientações aos docentes sobre atividades relacionadas aos temas: narrativas e visibilidade indígena, cultura M'byá Guarani, presença indígena em São José, agência indígena em São José, territórios Laklãnõ Xokleng em São José e memória e identidade josefense.

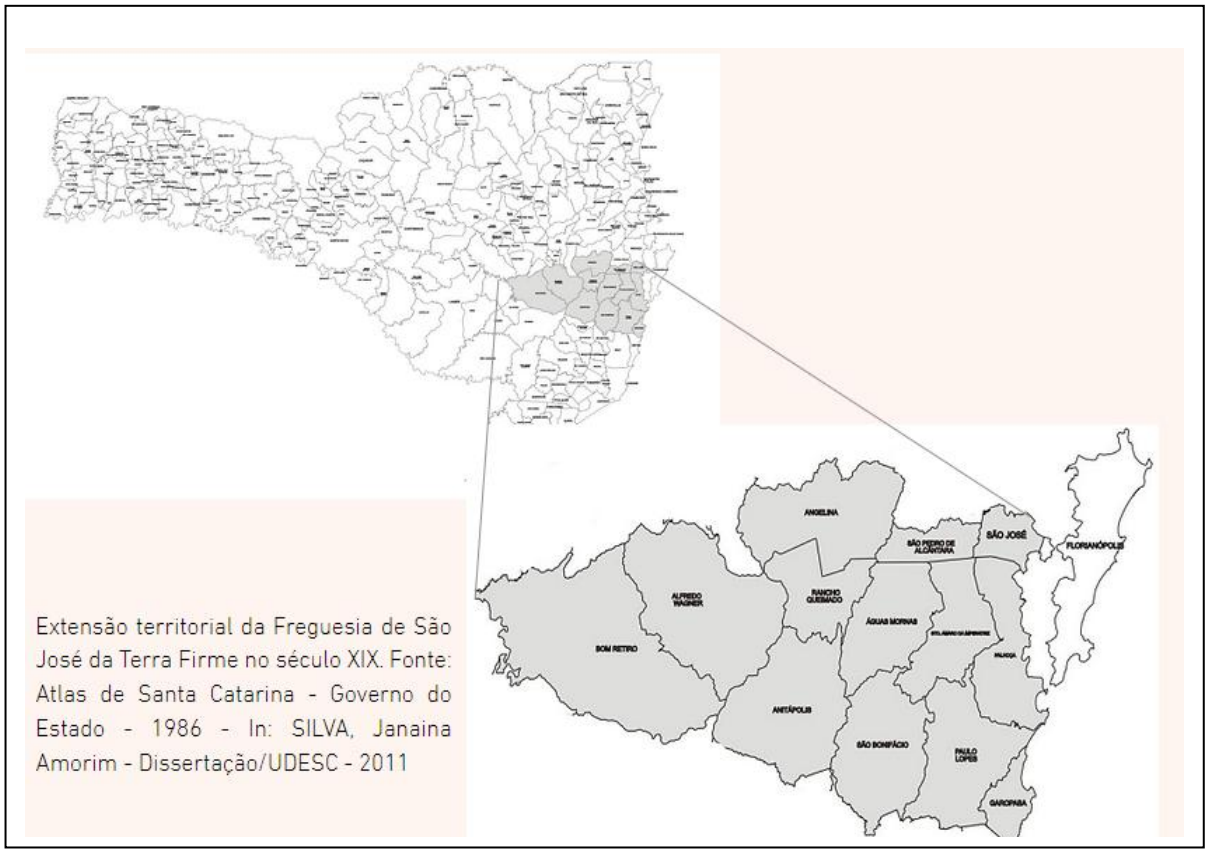
Para a construção desta nova narrativa, foi levada em conta a maior extensão territorial do município — a da época em que era uma freguesia no século XIX —, abarcando relatos também provenientes dos territórios que anteriormente pertenceram a São José. Assim, foram consideradas as fontes de informação disponíveis na internet[10] sobre a presença indígena entre os séculos XVI e o XXI provenientes dos atuais municípios de Angelina, Anitápolis, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Bom Retiro, Garopaba, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara. Sempre tendo em mente que, com o avanço da colonização ao longo das décadas, o município de São José da Terra Firme foi perdendo territórios para novas freguesias que, posteriormente, se tornaram municípios a fim de viabilizar a administração e ampliar as terras conquistadas/colonizadas. Assim, a redução das fronteiras josefenses, de certa maneira, acompanhou a perda dos territórios indígenas, sem as mesmas disputas e violências, é claro. Foi o que aconteceu com os Guarani que foram empurrados para poucos espaços no litoral, os quais ainda precisam de luta

[9] De acordo com Carli Caxias Popó, a denominação **Xokleng** foi criada pelos colonizadores para nomear esse povo indígena. Por conta disso, essa comunidade decidiu adotar um nome de identificação própria tradicional. Dessa forma, passaram a se reconhecer como Laklãnõ (gente do sol). https://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/07/TCC_Carli_REVISADO.pdf

[10] Foi o ambiente virtual, com suas bibliotecas digitais repletas de arquivos documentais digitais, teses, dissertações e artigos, que possibilitou a concretização da presente pesquisa, feita quase que totalmente *on-line*, durante a pandemia de COVID-19.

para serem mantidos. Dos seus territórios ancestrais sagrados pouco restou. Hoje, vivem com pouca terra, onde estão suas aldeias, em áreas próximas a São José. Ademais, não é possível pensar a territorialidade indígena ao se estar demasiadamente amarrado aos limites fronteiriços impostos pela colonialidade[11].

Figura 4- Território de São José da Terra Firme no século XIX



Disponível em Território: https://www.historiaindigenasj.com/hist%C3%B3ria

Para esse fim, a pesquisa destaca a presença indígena utilizando fontes coloniais e pós-coloniais provenientes de momentos diversos da história deste território. No período colonial, entre os séculos XVI-XVIII, a presença indígena aparece nos relatos de colonizadores. No período imperial, século XIX, quando o número de colonos europeus aumenta nas terras firmes de São José, a presença indígena se revela por meio de relatos e episódios descritos em artigos e livros históricos do período, em diligências policiais de delegacias municipais ao presidente

[11] Colonialidade é uma estrutura de dominação que, mesmo após o fim do período colonial, se mantém até a atualidade sob a égide do capitalismo. O termo foi cunhado inicialmente por Aníbal Quijano no final dos anos 1980.

da província de Santa Catarina[12] e em trabalhos acadêmicos sobre essa época. No século XX, por meio da análise de livros escritos sobre a história municipal, produzidos por historiadores e memorialistas, que ainda hoje são as principais fontes para o ensino de história local nas escolas de São José. Cabe destacar a importante obra do antropólogo Silvio Coelho dos Santos sobre os Laklãnõ Xokleng (versão digitalizada[13]), que também foi utilizada como fonte nesta dissertação. Por fim, no século XXI, a partir das narrativas dos próprios indígenas, disponíveis na internet, em seus livros e nos TCCs do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, da UFSC. Acervos de museus, informações prestadas pela Secretaria de Educação do Município de São José e evidências percebidas por mim nas escolas, durante os meus dezenove anos de magistério neste município em que a presença indígena se fez reconhecer, também foram importantes para demonstrar a presença e a necessidade de mudança na abordagem dessa temática no ensino municipal. As lacunas históricas, causadas pela escassez de fontes, levam à necessidade desse recorte temporal e espacial mais amplo.

O povo Guarani M'byá, que habitava e ainda habita este território, é elemento central deste estudo, e a análise de sua cultura e de sua história compõe parte importante da proposição didática (*site*). Isso se dá por conta de ser a etnia Guarani a única que ainda possui aldeias próximas de São José. No entanto, também é evidenciada a presença e a agência do grupo Jê, representado pelos Laklãnõ Xokleng, que também circulavam e viviam no território estudado e aparecem muito nas narrativas coloniais e pós-coloniais, sendo chamados de "bugres", de "botocudos"[14] ou de "bororenos". As representações e os relatos sobre eles foram problematizados, apontando generalizações, estigmatizações e invisibilizações presentes nos discursos a partir da análise das disputas de poder, dos embates e das transformações que sofreram os povos indígenas ao longo do tempo, destacando-os como sujeitos importantes da história.

Infelizmente, a maioria das narrativas históricas sobre São José da Terra Firme nos leva a pensar que os povos indígenas do município estão todos no passado e que foram todos exterminados. Mas como essa narrativa é possível? São José tem aproximadamente 246 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019. Mesmo com fronteiras bem menores agora, o município recebe pessoas de todos os lugares do Estado, do país e do continente. Há uma grande diversidade de indivíduos e de culturas que se reflete nas escolas municipais. Tem-se, hoje (2021), 38 crianças provenientes

[12] Pasta Arquivo indígena Estado de Santa Catarina 1842-1907.pdf
[13] Santos_1973_IndiosEBrancosNoSulDoBrasil.pdf
[14] Denominação dada a grupos indígenas que utilizavam o botoque, ornamento de madeira fixado abaixo do lábio.

de famílias indígenas autodeclaradas matriculadas em nossa rede de ensino, segundo informação da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, existem os estudantes que se identificam mais fortemente por terem alguma conexão com as aldeias, seja por terem parentes indígenas, serem descendentes, seja por terem experimentado alguma convivência ou proximidade com núcleos indígenas. No Censo de 2010, 418 pessoas que viviam em São José se declararam indígenas[15]. Isso demonstra que esses sujeitos não estão apenas no passado; eles fazem parte do presente e precisam ter um futuro como cidadãos.

CEIs E ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ	NÚMERO DE ESTUDANTES INDÍGENAS AUTODECLARADOS NA MATRÍCULA
CEI NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	02
CEI ONDINA SCHMIDT GERLACH	02
CEI PROFESSORA REGINA BASTOS	01
CEI SANTA INES	02
CEM ARAUCÁRIA	02
CEM ESCOLA DO MAR FLÁVIA SCARPELLI L.	05
CEM GOVERNADOR VILSON KLEINUBING	01
CEM INTERATIVO	02
CEM LUAR	01
CEM Mª HORTÊNCIA FURTADO	01
CEM MORAR BEM	03
CEM SANTA ANA	03
CEM SANTA TEREZINHA	02
CEM VILA FORMOSA	01
CEM ANTÔNIO FRANCISCO MACHADO	03
CEM JARDIM SOLEMAR	02
COLÉGIO MUN. Mª LUIZA DE MELO	03
EBM ALBERTINA KRUMMEL MACIEL	01
EBM PROFESSOR ALTINO FLORES	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, ano letivo 2021.

Além disso, está localizada em São José uma coordenadoria regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Frequentemente, o local é espaço de manifestações de povos indígenas da região e de outras localidades do Estado. No entanto, parece que esses fatos têm sido negligenciados, pois não há políticas sociais, educacionais e culturais que tratam de temáticas envolvendo grupos indígenas no município. Também é importante destacar que o município avançou um pouco em relação à Lei 11.645/2008 ao promover discussões sobre a

[15] Segundo o Censo de 2010, 418 pessoas se autodeclararam indígenas no município de São José. A cidade apresentou um número maior do que os municípios de Palhoça (414) e Biguaçu (307), ambos com aldeias em seus territórios. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.

temática a partir da criação do setor de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que vem discutindo algumas questões. Neste ano de 2021, foi oportunizado a representantes Guarani, da aldeia M'byá Biguaçu, um espaço na Feira da Freguesia[16] para exporem e venderem a sua arte.

Ainda assim, no que diz respeito à educação, o município não conseguiu promover o entendimento da legislação e a superação de práticas pedagógicas equivocadas por parte de professores da rede que, na maioria das vezes, silenciam em relação a esses temas. Entretanto, é possível encontrar relatos sobre alguns trabalhos importantes desenvolvidos sobre o tema na Rede Municipal; porém, esses têm sido muito mais um resultado do empenho individual de alguns formadores e da vontade de alguns docentes, do que de uma política pública municipal de inclusão. Para se ter ideia, muitos professores, com o aval de suas escolas, ainda comemoram o "Dia do Índio" sem problematizá-lo e sem considerar as vozes atuais dos indígenas. Muitos ainda discutem a questão dos povos originários apenas nessa data, momento em que professores, sobretudo das séries iniciais, ainda pintam o rosto das crianças e fazem penas de papel para colocar na cabeça delas.

Nesse sentido, em São José, as narrativas históricas municipais da atualidade são praticamente as mesmas que foram repetidas por décadas: "São José é fruto do trabalho do imigrante"[17] — esse é um trecho do hino municipal, um símbolo que invisibiliza toda a participação e a contribuição de indígenas e negros na história da cidade. Apesar das críticas feitas nos últimos anos, não se vê vontade política para mudar essa realidade. O hino ainda é trabalhado nas séries iniciais como elemento importante da história municipal — novamente a "história única" que, como diz Chimamanda Adichie, está relacionada às estruturas de poder, a "ser maior do que o outro". Segundo a escritora nigeriana, "o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva" (Adichie, 2019, p. 23). Esse tipo de narrativa cria muitos problemas sociais, uma vez que fomenta a produção de estereótipos e cria uma identidade hegemônica branca, eurocêntrica e colonial.

Por isso, acredito ser de fundamental importância revisitar o passado de São José a fim de coletar informações, relatos e vestígios que possibilitem destacar a presença de grupos indígenas no processo histórico que deu origem a essa cidade e a sua população. Interpretar os relatos históricos dos colonizadores com os conhecimentos que se tem hoje sobre os povos indígenas, tecendo uma nova versão que conteste discursos que ocultam a presença desses

[16] Evento cultural mensal organizado pela administração municipal.
[17] O hino municipal de São José, composto pelo maestro José Acácio Santana, foi instituído pela Lei nº 863, de 27 de janeiro de 1973. A letra do hino encontra-se disponível no link https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/hino.pdf

indivíduos, ouvindo indígenas e tentando entender o que houve e o que ainda acontece com eles é necessário para iniciar um movimento de mudança na educação municipal.

Hoje, os indígenas permanecem presentes, são sujeitos com história e saberes importantes. Não podem ser ignorados e precisam ser ouvidos. Eles vêm utilizando diversos meios para passar suas mensagens e estão promovendo esforços para dialogar e debater com diversos setores. Nós precisamos ouvi-los. Além disso, a administração municipal, a escola e os docentes precisam ser lembrados de que o ensino da história e da cultura indígena, respeitando os termos das Diretrizes Curriculares, é uma obrigação prevista na Lei 11.645/2008. Esta precisa ser cumprida a fim de efetuarmos o processo de desconstrução de estereótipos, dos preconceitos e da exclusão que ainda caracterizam os processos de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o desafio e as perguntas feitas são: como promover uma educação que possibilite a visibilidade histórica dos povos originários na região de São José, superando narrativas eurocêntricas cristalizadas ao longo do tempo, os equívocos e o próprio racismo dos tempos atuais, promovendo o sentimento de empatia em relação aos povos indígenas? Como a construção de uma nova narrativa histórica municipal, que contemple a presença/participação indígena, pode contribuir para a mudança na visão/concepção dos educandos e das educandas sobre a importância desses povos? A produção de um *site*, entendido como um espaço de memória e de difusão, poderia contribuir para uma mudança na educação josefense a partir da divulgação de uma nova narrativa histórica indígena municipal, composta também por perspectivas e saberes originários?

Para tentar responder a essas perguntas serão analisadas as fontes de pesquisa anteriormente mencionadas, a legislação atual referente ao ensino de história indígena e as narrativas de indígenas da região (vídeos, *site*s, TCCs), a fim de possibilitar a construção de uma nova história para São José — uma história que inclua a presença e a agência dos grupos indígenas. Estabelecer esse debate com lideranças e intelectuais indígenas é fundamental para se promover o entendimento e se fazer a reflexão sobre os eventos narrados nas fontes não indígenas e nas análises sobre os processos legais e educacionais.

A pretensão aqui é romper com a narrativa histórica colonizadora que engloba passado e presente na medida em que cria e executa novas formas de dominação, opressão e invisibilização, concretizando a colonialidade (Quijano, 2009). É necessário problematizar os discursos que reproduzem preconceitos e que induzem os jovens a acreditarem que existe apenas a perspectiva do colonizador, do “vencedor”. Por isso, o estudo da história indígena é

necessário. Reconhecer o papel e a sabedoria originária pode nos ajudar a abrir caminhos de mudança, além de fazer justiça e trazer reconhecimento a esses grupos.

Apesar de existirem poucos documentos históricos revelados sobre indígenas em São José e esses possuírem narrativas que os estigmatizam, temos a consciência de que o processo histórico é dinâmico. Seus atores estão sempre se ressignificando e se reinventando. Por isso, é preciso revisitar o passado e repensá-lo com a mente aberta para outras lógicas de ser, de saber e de poder, superando o eurocentrismo que foi "inventando" o indígena conforme as conveniências colonialistas e capitalistas. Como afirma Quijano (2005, p. 9 *apud* Ballestrin, 2013, p.103),

> a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. [...] Sua contribuição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América

Sabendo disso, ouvir os indígenas e possibilitar que nossos educandos possam ouvi-los pode ser entendido como um ato de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser,[18] principalmente quando essas ações pedagógicas partem de um ambiente educacional periférico e repleto de diversidade. Por isso, importa muito que os grupos indígenas e seus descendentes, que também estão em nossas escolas, possam se sentir contemplados e respeitados. Precisamos nos deixar atingir pelas suas experiências históricas e conhecer as suas sabedorias. Segundo Davi Kopenawa (2015, p.75), indígena Yanomami[19],

> os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir de nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte.

---

[18] Discutida inicialmente pelo sociólogo Aníbal Quijano (1989), a colonialidade do poder foi historicamente construída a partir dos interesses do capitalismo e da modernidade, oferecendo este sistema como única forma de existência de uma sociedade. A colonialidade concentra o poder social nas mãos de homens brancos, tendo como justificativa a superioridade racial e de gênero, à revelia de outros sujeitos sociais (mulheres, indígenas, negros e outros). O filósofo Nelson Maldonado-Torres (2009) defende que, a partir da colonialidade do ser, os grupos hegemônicos procuram criar meios para desqualificar, subalternizar e invisibilizar, negando a alteridade e a existência de sujeitos outros. Já a colonialidade do saber se dá quando o conhecimento eurocentrado é o único válido. Esse tema é discutido por Walter Mignolo e Nelson Maldonado-Torres, entre outros (Ballestrin, 2013).

[19] Os Yanomami formam uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do Norte da Amazônia cujo contato com a sociedade nacional é, na maior parte de seu território, relativamente recente. Seu território cobre, aproximadamente, 192.000km², situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela na região do interflúvio Orinoco-Amazonas (afluentes da margem direita do Rio Branco e esquerda do Rio Negro). Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami – Acesso em 04.04.2022 às 15h30min.

Nessa ótica do trabalho historiográfico e do ensino de história, existe o reconhecimento da importância dos saberes e das atuações de povos que sempre foram negligenciados na construção das narrativas históricas e que agora reivindicam seu protagonismo e o reconhecimento de seus direitos ante a sociedade atual. Nesse sentido, a decolonialidade é um caminho.

> No conjunto de autores da decolonialidade percebe-se uma série de possibilidades outras para a produção de conhecimentos, especialmente os histórico-educacionais; para formas múltiplas de ser; para valorização de saberes e fazeres diversos e valorização das experiências vividas (Paim, 2016, p.150).

Em seu texto, o professor Elison Paim (2016) aponta a necessidade de se utilizar a decolonialidade na educação e aponta alguns caminhos que os estudiosos da área vêm nos mostrar. Ele nos alerta sobre a importância de uma educação que busque a desconstrução de metanarrativas que põem os europeus como únicos capazes de racionalizar e progredir. Paim defende que o ensino seja direcionado para o cuidado com o outro e que os conhecimentos populares, indígenas e afro-brasileiros sejam considerados e respeitados. Ele nos mostra que "decolonizar os conhecimentos exige levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados" (p. 151).

A necessidade de uma mudança nas perspectivas educacionais é certa. E a proposta decolonial se abre como uma possibilidade importante — eu diria até uma necessidade urgente — na tarefa de desconstruir as narrativas hegemônicas eurocêntricas em São José. Para isso é necessário que haja

> uma educação que prepare para o diálogo com os "outros", aqueles que historicamente foram minorizados, foram ditos sem história, inferiores, sem cultura e tantos outros adjetivos que os desqualificaram. Uma educação que exalte as diferenças entre os povos, sem, no entanto, hierarquizá-las (Paim, 2016, p. 162).

Para tanto, além do diálogo com autores do grupo Modernidade/Colonialidade para o entendimento das colonialidades do poder, do saber e do ser, é necessário também pensar o papel da ideia de raça no processo de conquista das terras indígenas e o silenciamento dos sujeitos racializados. Pensando o epistemicídio, cabe refletir sobre as percepções de Sueli Carneiro para compreender melhor os domínios do saber nas redes de ensino. Afinal, para a autora (Carneiro, 2005, p. 97),

> [...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade

> cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

Para analisar as fontes históricas sobre a presença indígena em São José, o diálogo com a Nova História Indígena[20] também foi fundamental, pois possibilitou novas perspectivas na busca da agência histórica dos povos originários. Isso porque, ao perseguir a presença e a agência indígena na história, quase sempre nos deparamos com documentos produzidos apenas pelos colonizadores europeus. No entanto, é certo que outros sujeitos também fizeram parte dos processos/eventos que resultaram nesses escritos que, por vezes, podem ser interpretados de modo a revelar sua agência histórica. Assim,

> o pesquisador vai em busca tanto de materiais produzidos pelos indígenas quanto pelas pessoas que, direta ou indiretamente, se relacionaram com eles. É certo que a atenção deve estar redobrada para evitar a simples repetição de discursos unilaterais. Novos horizontes surgem a partir de um olhar mais atento às fontes disponíveis. Uma leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas não limitadas ao universo dos produtores do documento textual. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer dados para além da cultura de quem a produziu (Wittmann, 2015, p. 18).

Wittmann (2015) nos apresenta caminhos para a mudança dessa realidade a partir do uso teórico e metodológico da Nova História Indígena. Por meio dessa nova perspectiva, atuamos na produção de novas narrativas históricas que partem de diversas realidades desses povos, escutando suas vozes e tornando-os sujeitos ativos de suas próprias histórias.

> No Brasil de hoje se almejam o respeito para com as populações indígenas, a compreensão e o reconhecimento delas como protagonistas, e não apenas vítimas da história. Demonstra-se que foram e são agentes do contato. Isso é o que a Nova História Indígena denomina "agência indígena". As sociedades indígenas sofreram, sem dúvida, com a conquista da América. Encaram, inclusive, as consequências dessa longa e excludente história. Contudo, mesmo diante de um processo violento, não se deve reduzir a dinamicidade histórica às atrocidades dos brancos. Houve ações indígenas diante de situações adversas e diversas, inclusive daquelas resultantes de relações de poder bastante desiguais (Wittmann, 2015, p. 16).

Portanto, embora a maioria das fontes oficiais disponíveis em relação ao território que pertenceu ao município de São José apresente a visão do lado europeu, é possível analisar como e o que foi narrado fazendo novos questionamentos que resultem em aspectos que contribuirão para a escrita de uma nova narrativa histórica.

[20] Por muito tempo, os povos indígenas foram apagados da escrita da História. Considerados povos sem história, foram promovidos a vítimas passivas pela historiografia de grande parte do século XX. No entanto, a partir do final da década de 1970, o papel dos povos originários na História começou a ser redimensionado e os indígenas passaram a conquistar protagonismo. A Nova História Indígena passou desde então a perseguir as ações, as interpretações e as relevâncias de sujeitos e povos indígenas em diversas realidades e períodos históricos.

Em relação ao ensino de história, a proposição didática resultante dessa pesquisa possibilita que nos afastemos de conteúdos engessados e sem sentido. Possibilita compreender a importância de promover reflexões que sejam significativas a todos os estudantes. Com isso, esses jovens poderão escolher aquilo por que lutar e entender que é possível mudar a sua realidade. Para chegar a isso, é importante que os/as professores/as problematizem as narrativas hegemônicas eurocêntricas. Revisitem, reinterpretem e atribuam, junto aos educandos, novos sentidos para o passado no presente. Abordar questões que os façam se identificarem, se sensibilizarem e quererem buscar a transformação.

Após a análise crítico-analítica das fontes citadas anteriormente, foi elaborada a proposição didática do conhecimento sistematizado, criando possibilidades para o seu ensino nas escolas das redes municipais. A divulgação dessa proposta no formato de *site* se fará por meio do compartilhamento do seu *link* em plataformas digitais. No *site*, os docentes encontrarão vídeos, imagens, mapas e informações sobre a história indígena em São José da Terra Firme. Além disso, esse ambiente digital ainda atua como um espaço virtual propagador das pautas e das vozes de indígenas e disponibiliza informações sobre a Lei 11.645/2008 e as suas Diretrizes operacionais.

A presente dissertação traz no seu primeiro capítulo uma discussão sobre a legislação educacional e o ensino de história indígena, apresentando uma reflexão sobre os avanços e os desafios educacionais possibilitados e propostos nas últimas décadas por uma série de leis que propõem ações relevantes a fim de melhorar a qualidade da educação no país. Com foco na Lei 11.645/ 2008 e em suas diretrizes, faremos uma discussão sobre os problemas sociais que são provenientes da colonialidade e que criaram a necessidade de ações legais contemporâneas para reparar problemas históricos do Brasil (eurocentrismo, epistemicídio, genocídio, racismo e a invisibilização de sujeitos subalternizados e racializados). Ainda nessa parte da dissertação, promovemos um debate com as dissertações dos mestres do ProfHistória a fim de entender os desafios, os equívocos na abordagem dessa temática e a importância de um ensino de história que dialogue sobre e com os povos indígenas.

O segundo capítulo aborda a importância de ensinar história a partir da criação de novas narrativas que subvertam o currículo tradicional eurocentrado. Para isso, intelectuais indígenas são chamados ao debate para pensarmos e construirmos juntos caminhos que possibilitem a construção de narrativas históricas que valorizem a alteridade, o conhecimento e a cultura dos povos indígenas. Analisando a construção do conhecimento histórico a partir da ideia de decolonialidade, ouvimos o que o povo Guarani, mais próximo de São José, tem a nos dizer.

Por meio da análise do documentário “Morro dos Cavalos: Terra Guarani”, nos colocamos em lugar de escuta e reflexão para entender o modo de ser e de viver desse povo e, assim, podermos conectar estudantes com essa lógica diferente, presente, tão perto de nós e muitas vezes entre nós (considerando que temos educandos indígenas e descendentes).

A terceira parte da dissertação persegue a trajetória de indígenas em São José a partir da análise de fontes históricas coloniais e pós-coloniais, e constrói uma nova narrativa sobre a história desses povos no município. Inicialmente, analisamos as principais obras que contam a história da região, apontando o seu eurocentrismo ao mesmo tempo em que destacamos alguns vestígios da presença e da agência indígena nas entrelinhas dos textos e dos depoimentos. Em seguida, analisamos relatos dos primeiros navegadores e colonizadores da ilha e da Terra Firme em ocasiões nas quais mencionaram a presença e a agência dos Carijós-Guarani, nos concentrando mais na região litorânea — a primeira a ser colonizada. Na sequência, examinamos documentos do século XIX, que revelam a forte presença indígena nos sertões e o receio que tinham os colonizadores de avançar sobre essas terras — territórios dos temidos “botocudos”, os Laklãnõ Xokleng. Os europeus promoveram ataques extremamente violentos contra esse grupo para que a colonização avançasse sertão adentro ao longo dos séculos XIX e XX. Por isso, as narrativas de indígenas, como a dos Guarani remanescentes, que resistiram a esse processo e que hoje vivem na região, são valorizadas também nessa parte da dissertação. Elas nos dão a dimensão de que a história precisa ser contada a partir da ótica dos povos originários. Por conta disso, todos os documentos históricos foram analisados à luz da Nova História Indígena, em diálogo com a perspectiva decolonial.

No capítulo final, é apresentado o material didático que objetiva difundir elementos desta pesquisa e problematizar temas de relevância para os povos indígenas por meio de um *site* temático. Por isso, destacamos a importância das novas tecnologias de informação e comunicação na educação e no ensino de História e de História Indígena. Além desse material, disponível no *link* www.historiaindigenasj.com, também é desenvolvida a discussão teórica que o acompanha.

2 A ESCOLA E O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA ENTRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS

2.1 ENSINO EUROCENTRADO E AVANÇOS HISTÓRICOS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: AS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI 11.645/2008 E SUA APLICAÇÃO

A escola é uma instituição importante. Disso não temos dúvidas. Mas que tipo de conhecimento é trabalhado e produzido nas salas de aula? O que tem sido comum é que os conteúdos abordados sejam o resultado do conhecimento produzido pela sociedade ocidental. Mas o que é a sociedade ocidental? É aquela que, ao longo do processo de colonização, se impôs hegemônica e superior a todas as outras culturas do planeta. O etnocentrismo europeu impediu e ainda impede os sujeitos de reconhecer a importância dos saberes dos diversos povos envolvidos no processo de formação da sociedade brasileira. Saberes muitas vezes tomados/expropriados (conhecimentos sobre o território e suas riquezas naturais, sobre práticas de cura etc.) ou encobertos pelo poder hegemônico dos europeus. Felizmente, os povos que foram submetidos à dominação colonialista se mantêm resistindo por meio de seus saberes culturais tradicionais, se reinventando e produzindo novos saberes. Apesar da resistência, esse processo de ataque e de destruição dos saberes não eurocentrados persiste como

> [um dos] instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2005, p. 96).

Esse processo contínuo torna os conhecimentos indígenas e africanos ainda pouco visíveis nos espaços escolares da atualidade. No projeto de modernidade, iniciado pela sociedade ocidental do século XVI, não havia espaço relevante para outros povos e outras culturas que não os do continente europeu. Com o processo de colonização, os europeus impuseram o seu poder institucional, criando mecanismos para negar e ocultar saberes outros, embranquecendo o conhecimento produzido e ensinado e definindo quem teria e quem não teria acesso a esses saberes. Sobre isso, Aníbal Quijano vai além quando aponta que “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (Quijano, 2005 *apud* Ballestrin, 2013, p. 99). Isso significa que há uma continuidade do projeto

de superioridade iniciado com o pensamento eurocentrado da modernidade que até hoje cria estratégias para manter a hierarquia e a hegemonia branca sobre os outros grupos racializados.

Reflexões como essas são recentes e possivelmente não eram feitas pelos professores nas salas de aula até a década de 1990. Nesse período, houve conquistas no campo da educação e uma intensificação na luta dos movimentos identitários, nos questionamentos relacionados à importância da inclusão de conhecimentos referentes a esses grupos antes negligenciados nas escolas. Foi uma década de adaptação da legislação, das instituições e da sociedade em relação às novas conquistas da Constituição de 1988.

Assim, no campo da legislação educacional, em 1996, é sancionada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), que previa o mínimo de 200 dias ou 800 horas letivas, a formação docente, as horas de atividades extraclasse remuneradas, o piso do magistério, a ampliação do número de vagas à população, a gestão participativa, o ensino voltado ao entendimento da sociedade, a liberdade para aprender, ensinar, divulgar a cultura, o pensamento e a arte, o pluralismo de ideias, o compromisso com a diversidade étnico-racial e outros avanços.

Por ser muito ampla, a LDB criou a necessidade de detalhar melhor o que, para quem e como as mudanças deveriam ser executadas. Nesse sentido, em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo metas, diretrizes e estratégias para a educação nacional por um período de dez anos. Algumas de suas diretrizes se referiam à difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação. Todos eles relacionados, de forma marginal, às pautas indígenas[21] (PNE/2001, p. 68).

Apesar das conquistas legais, percebe-se que o conhecimento escolar ensinado, resultado de um longo processo colonizador, continuou priorizando visões de mundo e perspectivas eurocêntricas em detrimento de outras lógicas de ser e de saber (Paim, 2016). Sendo assim, nossa sociedade tem sido tomada pela cultura eurocêntrica que padroniza os sujeitos em um processo perverso e impede a percepção da importância da diferença. Esse processo vem há muito tempo negando a sabedoria de muitos grupos humanos, usurpando seus

[21] O PNE (2001) previa a implementação da Educação Indígena e definia como metas atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela Educação Indígena; universalizar uma política nacional de educação escolar indígena; garantir a oferta de programas educacionais às comunidades indígenas, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolinguísticas específicas por elas vivenciadas; fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências de construção de uma educação diferenciada e de qualidade (atualmente em curso em áreas indígenas); criar, dentro de um ano, a categoria oficial de "escola indígena" para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue seja assegurada, entre outras metas.

saberes, desqualificando e estigmatizando suas diversas formas de viver e de se relacionar com a natureza. O Prof. Dr. Edson Kayapó[22], também reforça esse argumento ao afirmar que

> as escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado brasileiro, seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando-os a um passado longínquo... (Brito; Kayapó, 2014, p. 39)

Ao apontar a ação genocida do Estado brasileiro, Kayapó se refere à atuação histórica de toda a estrutura administrativa do Brasil colonial, imperial e republicano no intento de tomar os territórios tradicionais indígenas e modificar seu modo de vida, sob o pretexto de integrá-los à "civilização". No entanto, dada a resistência, o Estado atuou no processo ou se omitiu diante da escravização, da expulsão, do assassinato e do apagamento histórico dos povos indígenas por todo o país ao longo de todo esse tempo. Convém destacar que, em Santa Catarina, o processo seguiu essa mesma tendência. Clóvis Brighenti e Luísa T. Wittmann, no Atlas Geográfico de Santa Catarina, relatam que, aqui, os povos Guarani, Laklãnõ Xokleng e Kaingang sofreram muito com a tutela estatal. Havia um projeto de poder que determinava um lugar bem definido para os povos indígenas. Eles tinham que ser transformados, "civilizados", miscigenados e assimilados pela sociedade não índia para, então, desaparecerem. Dessa forma, instituiu-se uma política governamental que tratou de criar órgãos e postos — Serviço de Proteção ao Índio (SPI),[23] de 1910 a 1967 — para dominar as aldeias, controlar os indígenas e modificar suas formas de vida. As intervenções tinham como objetivo sedentarizar os indígenas e proibir suas línguas e suas práticas culturais tradicionais, ou seja, afastá-los dos colonos e vigiar as suas ações. Segundo esses autores,

> no caso de Santa Catarina, constam como crimes cometidos pelo Estado, dentre outros, o roubo das terras e do patrimônio indígena (madeira e arrendamentos) e a prática da tortura. A forma encontrada pelos chefes de postos para manter os indígenas silenciados era através de maus tratos. Tortura em troncos (forma de amassar o osso do tornozelo da vítima), transferência para outra reserva, prisões insalubres e trabalhos forçados faziam parte da rotina. [...] Os motivos para punição variavam desde uma simples bebedeira, sair da Terra Indígena sem comunicar ao chefe do posto, até denúncias de roubo de madeira e arrendamento de terras (Brighenti; Wittmann, 2018, p. 13).

[22] Os Kayapó vivem em aldeias dispersas ao longo do curso superior dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do caudaloso Rio Xingu, desenhando no Brasil Central um território quase tão grande quanto a Áustria. É praticamente recoberto pela floresta equatorial, com exceção da porção oriental, preenchida por algumas áreas de cerrado. Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3). Acesso em 04.04.2022, às 14h20min.

[23] O SPI foi criado em 1910 a partir da ideia de que o Estado deveria responder pelos indígenas, ou seja, precisava tutelá-los. Sob a inspiração de ideais positivistas, o SPI foi organizado pelo major Cândido Mariano da Silva Rondon. Suas premissas visavam integrar os indígenas de forma progressiva, assimilando essas populações à sociedade não indígena e transformando-as em trabalhadores "civilizados". (Silva; Costa, 2018, p. 74-77).

Enquanto o Estado agia, no século XIX e XX, contendo os povos indígenas, expropriando seus recursos, tomando suas terras e atuando para o seu desaparecimento cultural e/ou físico, sendo conivente com os massacres cometidos ou conduzindo-os à "integração" forçada e violenta, a escola silenciava sobre a existência desses grupos e tratava de reproduzir as narrativas historiográficas de que os indígenas eram sujeitos do passado, a partir de um discurso de extermínio. Essa visão está presente no imaginário popular por meio de estereótipos cristalizados, muitas vezes reforçados no ambiente escolar. Apesar de ter havido mudanças, os povos indígenas ainda são invisibilizados e estigmatizados nas salas de aula. Além disso, os historiadores que atuaram junto ao Estado nesse genocídio, criando narrativas que romantizaram e negaram esses sujeitos, agiram como partícipes do processo de dominação colonial que ultrapassa esse período histórico restrito e se faz presente até hoje por meio do patriarcalismo, do racismo, do sexismo, do poder econômico e político da burguesia, da hegemonia intelectual e cultural branca, e de outras heranças coloniais arraigadas à nossa sociedade. Isso representa uma violência contínua de controle sobre os corpos e os saberes de todos os sujeitos historicamente racializados, subalternizados e indesejados por serem uma ameaça ao modo de viver ocidental e à ordem mundial capitalista que foram impostos durante o colonialismo. "O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura [...]" (Quijano, 2009, p. 73).

Vale lembrar que muitos historiadores dos séculos XIX e XX criaram narrativas que correspondiam às intenções do Estado brasileiro. Esses sujeitos "fizeram usos do passado em seus discursos com o objetivo de melhor evidenciar a legitimação de um determinado projeto político" (Silva, 2014, p. 20). Em muitos momentos, a escrita da história serviu aos interesses do governo e, em relação aos indígenas, esse objetivo dizia respeito à idealização desses sujeitos e à sua negação como indivíduos dignos de direitos. Apesar do elemento indígena ser considerado símbolo da Nação e estar presente na literatura, seu lugar sempre foi no passado. Não havia espaço e visibilidade no presente e muito menos lugar no futuro, já que a política era a de assimilação e extermínio.

Diante dessa lamentável realidade social e educacional, as mudanças na legislação aconteceram tardiamente, posto que já estava consolidada uma visão geral preconceituosa do brasileiro sobre as nações indígenas. As mudanças legais, conquistadas por diversos movimentos de representação e luta pelos direitos de negros e indígenas e por apoiadores, ocorreram apenas nos anos 2000. Assim, a Lei 10.639/2003 passa a buscar a reparação de

injustiças históricas, atribuindo às populações de origem africana e aos seus saberes um papel de maior destaque e dignidade, fugindo do estigma da escravidão, face a um currículo educacional dominado pela história e pelo pensamento eurocêntricos. Segundo Almeida e Sanchez (2017, p. 57),

> a Lei 10.639/03 tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira. A legislação representa um avanço na democratização do currículo.[24]

Posteriormente, em 2008, deu-se a aprovação da Lei 11.645 — um avanço para os povos indígenas resultado de uma longa luta do Movimento Indígena, junto a antropólogos, historiadores e outros acadêmicos, pelo direito à diferença, à existência, à pluralidade étnica e cultural e ao reconhecimento de seu papel social.

A inclusão de temáticas relacionadas à África, aos afro-brasileiros e aos povos indígenas nas salas de aula significou um grande passo para tentar resolver a falta de representação positiva desses grupos nos conteúdos ensinados nas escolas. A relevância está em promover o sentimento de pertencimento nos/nas estudantes negros/as e indígenas, que raramente se viam contemplados nas narrativas escolares de uma forma digna, ampliando a ideia de cidadania e, diferentemente do que se fazia no passado, valorizando as diferentes origens da população brasileira.

No entanto, a falta de formação docente sobre a história e a cultura africana e indígena prejudica o processo. Representações equivocadas sobre os povos e a cristalização de estereótipos continuaram a acontecer nas salas de aula. O desafio é superar o imaginário que os brasileiros têm sobre esses grupos, produzindo informação e possibilitando o combate ao racismo.

Por conta disso, nos últimos dez anos, percebe-se grande esforço por parte da academia e de movimentos de luta em realizar debates e promover formação a fim de superar os equívocos criados por uma visão limitada e racista sobre as várias formas de ser gente. Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana[25] já existiam desde 2004, dando suporte para a aplicação da Lei 10.630/2003, faltava a questão indígena que, apesar da relação evidente, não estava

[24] https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgvjnZDChYypd/?format=pdf&lang=pt

[25] Esta diretriz de 2004, orientava os sistemas de ensino a formularem projetos que valorizassem a História e a Cultura dos povos afro-brasileiros e africanos e o entendimento de uma educação mais comprometida com as relações étnico-raciais, com a diversidade da nação brasileira, igual direito à educação de qualidade, formação para a cidadania e construção de uma sociedade justa e democrática (DIRETRIZ, 2004, p. 10).

especificada nas Diretrizes. Essa lacuna foi resolvida com a Lei 11.645/2008. No entanto, a formação acadêmica dos educadores sobre o tema foi por muito tempo insuficiente para dar conta de um trabalho adequado sobre o assunto. Tal constatação é possível porque existem pesquisas realizadas em todo o país, que demonstraram a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as ações que vinham sendo realizadas por parte das Secretarias Estaduais e Conselhos Estaduais de Educação para a implementação da lei e para a promoção de um ensino que realmente promovesse a compreensão e que desse visibilidade aos povos indígenas. Todos esses esforços culminaram na criação e na publicação, pelo Conselho Nacional de Educação, das **Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas indígenas na Educação Básica**, subsidiando a aplicação da Lei 11.645/2008. Um documento importante, resultado de anos de estudos e debates em comissões e fóruns e da provocação e da pressão de professores, gestores educacionais, operadores do direito e representantes dos povos indígenas. A homologação das Diretrizes para a implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica se deu apenas em 18 de abril de 2016[26] e, ainda hoje, é um documento pouco debatido e até pouco conhecido nas escolas do país.

Também em 2016, aconteceram as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo Nazareno e Araújo (2018), que analisaram o documento em relação ao Ensino Médio, na primeira versão da BNCC (2015 e 2016), mais democrática por conta de ser o resultado da análise de 12 milhões de contribuições populares, os povos indígenas ganharam mais destaque ao ser proposto "um estudo mais denso sobre as culturas indígenas, em suas peculiaridades em torno de distintas concepções de história, de temporalidades, de cosmologias". Já na BNCC revisada, que foi aprovada em 2017, a discussão foi simplificada, se concentrando mais nas conquistas recentes de direitos dos indígenas, sem abordar o passado, impossibilitando aos estudantes compreenderem as contribuições dos povos indígenas para a composição do Brasil como um todo.[27] Segundo os autores, "os conteúdos compreendidos como integrantes da cultura europeia ganham mais espaço entre os objetivos de aprendizagem, levando-nos a suspeitar da pretensa intenção de criticar o ensino pautado em bases eurocêntricas" (p. 56).

[26] As Diretrizes foram homologadas no dia seguinte à aprovação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff pelo plenário da Câmara para garantir a conquista.

[27]Apesar de existirem muitos trabalhos na historiografia, há pouca abordagem destas pesquisas nos Livros Didáticos, sendo ainda hoje priorizadas apenas informações sobre os indígenas do início da colonização, no século XVI, e sobre os da atualidade, no século XXI.

Sendo assim, é fato que a Lei 11.645/2008 demorou muito para ser aprovada. Também é verdade que a LDB, apesar de propor mudanças importantes, não foi capaz de promover as modificações necessárias por si só. A legislação foi sendo alterada, mas as discussões que poderiam promover mudanças não foram acolhidas, resultando na BNCC, que não ampliou esse debate. Desde que essas leis entraram em vigor até agora, não se tem visto as mudanças necessárias acontecerem nas escolas; pelo contrário, nos últimos anos ou o racismo tem se intensificado ou a sociedade tem manifestado seu racismo histórico e estrutural mais abertamente e sem medo de punição no país, fato que também tem sido percebido nas escolas e nas salas de aula.

Tudo isso acontece em meio à atuação e à resistência dos grupos racializados, que agem disputando espaços, apresentando suas perspectivas e promovendo debates. Diante da visibilidade conquistada por negros e indígenas na contemporaneidade, dos avanços legais e da difusão de seus saberes nas redes sociais e em outras mídias, os grupos que almejam conservar e ampliar o projeto colonial de expropriação de todas as terras e de seus recursos ambientais, reagem com violência. Supõe-se que por conta da atuação e da resistência dos grupos hegemônicos, que historicamente detêm o poder, as Diretrizes para o ensino da História e da Cultura dos Povos Indígenas foram publicadas com tanto atraso. Como professora de escola pública, não vejo na rede em que atuo interesse em abordar o tema. A secretaria de educação municipal avança timidamente nessa pauta. Digo isso porque existem algumas ações, mas elas não têm causado as mudanças necessárias, ou seja, o preconceito ainda é muito grande nas escolas e os conteúdos ou ainda são muito eurocêntricos/coloniais ou a temática indígena aparece apenas de forma pontual, como, por exemplo, no dia 19 de abril. Somado a isso, existe ainda o negacionismo histórico e as teorias conspiratórias que circulam e ganham força nas redes sociais, convencendo estudantes e, infelizmente, também colegas professores de que a desigualdade social e racial histórica é uma invenção de "organizações comunistas e globalistas". Sabemos que quem está por traz desses discursos são grupos com interesse em manter indígenas, negros e outros sujeitos nos seus lugares históricos de subalternidade, impossibilitando que tenham protagonismo e influência, impedindo que ensinem outras lógicas a partir de suas culturas, suas experiências, seus patrimônios e seus modos de vida. São pessoas que querem uma "nação" com uma cultura única, sem diferenças, fácil de controlar como corpo coletivo, de fácil invisibilização e até de extermínio dos indesejados.

Mas a existência de leis resulta na garantia de mudanças a partir do respeito das normas? Se assim fosse, teríamos escolas públicas realmente transformadoras. Com isso eu não quero

dizer que nessas instituições não existam professores, discentes e técnicos que atuem pela transformação; quero, sim, afirmar que existe muita resistência nos ambientes escolares, nas comunidades, nas gestões municipais e estaduais e nos agentes políticos que não têm interesse em respeitar os avanços e garantir uma formação que possibilite aos estudantes compreenderem a sua realidade, o funcionamento social, o jogo de poder e a estrutura colonial histórica que deu origem a nossa sociedade atual.

Com minha experiência educacional em uma escola municipal por quase vinte anos, aprendi que as mudanças só ocorrem por meio de luta, de cobrança e de repetição de falas contrárias ao que sempre foi o "normal": o autoritarismo, as aulas tradicionais, as decisões tomadas sem discussão, os favorecimentos pessoais, as negociatas envolvendo a coisa pública, a exclusão da comunidade escolar, os rótulos criados para professores e estudantes, o preconceito social, racial, de gênero e de sexualidade e muitos outros problemas que são frequentes nas escolas, pois essa reflete o corpo social. E a razão por que tudo isso tem relação com os povos indígenas é o fato de eles estarem presentes em nossa sociedade, vivendo, sofrendo e resistindo de diversas formas às violências que o poder público impõem a eles todos os dias. E a escola segue auxiliando a reproduzir o que acontece na sociedade, transformando "diferenças em desigualdades" (Diretrizes, 2016, p. 8); perde, assim, a oportunidade de promover mudanças sociais que possam de fato auxiliar no surgimento de ações que possibilitem a todos os jovens ter uma existência digna em um mundo mais consciente de sua diversidade por meio de uma formação que contemple todos os sujeitos. Assim,

> efetivamente, o acolhimento da diferença cultural pela escola contribui decisivamente para a construção de um pacto social mais democrático, igualitário e fraterno, promovendo tolerância como sinônimo de respeito, aceitação e apreço pela riqueza e diversidade das culturas humanas (Diretrizes, 2016, p. 8).

Essas ideias precisam afetar o contexto escolar, pois é comum aparecerem nos debates escolares cotidianos argumentos negacionistas defendidos por estudantes e até mesmo professores que consideram os povos indígenas e os afrodescendentes como os próprios "responsáveis" por sua situação atual, ou seja, partem do pressuposto de que eles perderam seus direitos a partir do momento que "se renderam" à conquista dos europeus no período colonial. Por esse e por outros motivos, grupos negacionistas/conservadores se empenham em desconstruir violentamente saberes e iniciativas educacionais que busquem a superação de estereótipos cristalizados e questionem atitudes preconceituosas que persistem no meio social. É bom tomar cuidado com esses ataques, pois as conquistas e os avanços sociais não são

permanentes e não estão assegurados; eles estão sempre em risco. É o que afirma Gersem Baniwa (Baniwa; Bergamaschi, 2012, p. 133):[28]

> esse arcabouço jurídico e as experiências inovadoras de escolas indígenas são ferramentas importantes que precisamos reconhecer e valorizar muito, porque são conquistas. Porém, são conquistas que não estão garantidas, pois, em algum momento, podemos perdê-las no campo do direito, daí a necessidade de constante vigilância.

Ao mesmo tempo em que toda essa resistência aos avanços legais acontece, existe todo um movimento que, na última década, tem consolidado os estudos e as produções sobre as temáticas propostas pelas novas legislações educacionais no intuito de promover mudanças a partir da sua efetiva aplicação. Segundo Marques, Berutti e Faria (1998, p. 3 *apud* Bittencourt, 2013), novas propostas de ensino da História Indígena, derivadas da Nova História, já vinham promovendo mudanças, a partir de 1998:

> [...] não se trata de uma mera inversão de conteúdos tradicionais, visto que a concepção histórica que os informava encontra-se hoje ultrapassada por novas correntes, particularmente aquelas derivadas da Nova História e que constituem o cerne das novas propostas.

Edson Kayapó, conversando com Circe Bittencourt, diz que a Lei 11.645/2008 é o resultado de "mobilizações sociais pelo direito à igualdade e à diferença, setores progressistas e democráticos da sociedade brasileira pressionaram para vir à tona os debates sobre as questões étnico-raciais na escola, especialmente no que se refere à temática indígena*".* A perspectiva colonial/oficial, de matriz cultural europeia, a *história branca,* é posta sob reflexão. Esse fato resultou na exigência de mudanças na escola e de uma nova postura de professores sobre a questão indígena (p. 51).

Tentemos, então, entender o que o documento das diretrizes para a implementação da Lei 11.645/2008, resultado de uma série de estudos e debates, tem a nos dizer. O texto das Diretrizes do Conselho Nacional de Educação orienta os sistemas de ensino e suas instituições a aplicar adequadamente a lei, buscando garantir a qualidade da educação brasileira. A aplicação adequada desse documento está diretamente relacionada à necessidade de construir relações sociais positivas que valorizem a diversidade da população brasileira e possibilitem o destaque das contribuições e das atuações históricas dos povos indígenas, tendo como finalidade superar preconceitos e discriminações étnico-raciais. O texto das Diretrizes ainda

[28] Os Baniwa habitam a fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, em aldeias localizadas às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Aiari e Cubaté, além de comunidades no Alto Rio Negro/Guainía e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM). Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa#:~:text=Os%20Baniwa%20vivem%20na%20fronteira,Isabel%20e%20Barcelos%20(AM). Acesso em 04.04.2022 às 14h.

destaca que, apesar da grande quantidade de estudos e informações sobre os povos indígenas, a desinformação e o preconceito ainda estão muito presentes na sociedade brasileira. Isso se reflete, no campo educacional, sob forma de equívocos/preconceitos que refletem generalizações, estigmatizações, invisibilizações e negação da importância dos povos indígenas na construção e no cotidiano atual do nosso país. Os problemas mais frequentes apresentados pelos estudos que constam no documento das Diretrizes e que aparecem nas narrativas docentes, nos materiais didáticos e no senso-comum, todos provenientes de uma lógica/história colonizadora, são:

- reificação da imagem do indígena como um ser do passado e em função do colonizador;
- apresentação dos povos indígenas pela negação de traços culturais (sem escrita, sem governo, sem tecnologias);
- omissão, redução e simplificação do papel indígena na história brasileira;
- adoção de uma visão e de uma noção do *índio genérico*, ignorando a diversidade que sempre existiu entre esses povos;
- generalização de traços culturais de um povo para todos os povos indígenas;
- simplificação, pelo uso da dicotomia entre índios puros, vivendo na Amazônia, *versus* índios já contaminados pela civilização, em que a aculturação é um caminho sem volta;
- prática recorrente em evidenciar apenas características pitorescas e folclóricas no trato da imagem dos povos indígenas;
- ocultação da existência real e concreta de povos indígenas particulares, referindo-se apenas "aos índios" em geral;
- ênfase no "empobrecimento" material dos estilos e dos modos de vida dos povos indígenas.

Por conta dos erros cometidos e diante da falta de divulgação e de conhecimento do conteúdo do documento, se faz necessário destacar essas diretrizes. Sendo assim, penso que deve ser importante refletir sobre essas falhas carregadas de preconceitos.

Cabe ainda ressaltar que o documento das Diretrizes enfatiza que a inserção da temática indígena se dê em "todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola". Dessa forma, o texto ressalta que os professores de todos os níveis escolares e de todas as áreas precisam de formação e acesso a conhecimentos relacionados aos povos indígenas para que também possam incluir esse tema em seus conteúdos, tratando-o adequadamente e evitando os estereótipos presentes no imaginário social, construídos

historicamente pelo processo colonial. Assim, apenas um trabalho conjunto, reunindo todos os educadores, poderia promover uma educação realmente antirracista.

Ademais, uma educação que dê destaque às diferenças pode contribuir "para a construção de identidades mais plurais e solidárias" entre os jovens (Diretrizes CNE/CEB nº 7/2010 *apud* Diretrizes CNE/CEB nº 14/2015, p. 4).

Se faz necessário ainda pensar que já se passaram seis anos desde a homologação das diretrizes para a implementação das temáticas indígenas; no entanto, os agentes políticos que assumiram o governo brasileiro desde então não se mostraram muito preocupados com essa pauta. Pior, demostraram-se negligentes frente as demandas reivindicadas, apresentaram falas e promoveram ações equivocadas, preconceituosas e violentas em relação aos povos indígenas, salvaguardando os interesses dos grupos dominantes. Por isso, as ações propositivas previstas no documento das diretrizes, as mudanças nos livros didáticos mais recentes e os cursos de formação realizados até hoje ainda não foram suficientes para realizar as transformações necessárias no ensino das escolas de todo o país. Daí o impacto das Diretrizes ainda não ter sido percebido como se deveria.

Ainda assim, algo muito positivo tem acontecido. Cada vez mais, os próprios indígenas têm tomado a frente e assumido o papel de contar suas histórias, apresentar suas culturas e ocupar os espaços sociais. Nos últimos anos, uma grande diversidade de materiais foi produzido e publicado por diversos grupos indígenas na internet e em meios impressos levados a público por diversas editoras. Produtores ou coprodutores, foram muitos os vídeos, canais, entrevistas, textos, *lives*, debates e palestras em que os indígenas apareceram como protagonistas especiais discutindo temas importantes relacionados a suas histórias, sua compreensão a respeito dos problemas ambientais, suas culturas, seus ancestrais, suas concepções educacionais, raciais, de saúde, enfim, uma série de assuntos altamente relevantes foram debatidos por várias lideranças das aldeias e das cidades.

A autoria indígena em publicações de materiais didáticos e pedagógicos e a sua presença como palestrantes/formadores nas instituições de Educação Básica está prevista nas Diretrizes. No entanto, dentro das escolas, essa presença formadora e de autoria indígena nos materiais didáticos ainda tem sido pouco efetiva. Nesse sentido, a produção de um *site* (proposição do ProfHistória), como um espaço de difusão da história, da cultura, das interpretações e dos saberes indígenas no âmbito regional, pode contribuir para uma educação antirracista que atue dentro do que legislam as Diretrizes.

Diante de tudo isso, reitero minha argumentação inicial: o documento das Diretrizes e a Lei 11.645 são muito importantes, mas sem algumas ações de luta e cobrança, as leis não mudarão a realidade. É preciso empenho de um número maior de pessoas, que necessitam ser mobilizadas e sensibilizadas por todos aqueles que reconhecem a importância da constituição de uma sociedade mais plural. No texto das Diretrizes, a Câmara de Educação Básica destaca a importância da participação da sociedade brasileira para exigir dos sistemas de ensino uma educação mais participativa e diversa, que reconheça a relevância dos povos indígenas, promovendo estudos, encontros, estimulando trabalhos colaborativos, criando espaços específicos com materiais sobre esses povos e o tratamento adequado aos casos de racismo, preconceito, discriminação e intolerância. Isso significa que, sem um envolvimento maior dos sujeitos, as mudanças educacionais necessárias ou não se concretizarão ou levarão muito tempo para serem atingidas. Quem vai exigir o cumprimento dessas Diretrizes? As lideranças do Movimento Indígena, os/as indigenistas, os/as professores/as e os/as educandos/as formados com conhecimento e sentimento de empatia em relação aos povos indígenas podem ajudar.

2.2 O PROFHISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DE UMA HISTÓRIA ENSINADA QUE DIALOGUE SOBRE E COM OS POVOS INDÍGENAS

Nos últimos anos, a percepção dos/das professores/as de história de todo o Brasil sobre a falta de formação para lecionar conteúdos que contemplem a temática indígena fez com que muitos dos/das mestrandos/as do ProfHistória se voltassem ao estudo e à produção de trabalhos relacionados a essa questão. Entrando em contato com esses trabalhos, percebemos que o interesse de alguns tem relação direta com a necessidade de subsídios para possibilitar a implementação da Lei 11.645/2008; para outros, não se trata apenas disso. Percebemos, nessas dissertações, uma grande preocupação com a forma como a temática indígena vem sendo abordada em materiais didáticos e nas salas de aula. Há um desconforto com as lacunas existentes na trajetória desses povos na história escrita e ensinada, com a invisibilização desses sujeitos nas narrativas utilizadas nas escolas e com os equívocos relacionados à questão indígena quando o tema é discutido com os educandos. Além disso, a maioria desses/as professores/as, hoje mestres pelo ProfHistória, demonstra grande sensibilidade e preocupação com a situação de seus educandos indígenas ou descendentes, busca o conhecimento dentro e fora das aldeias, preocupa-se com a relação da escola com as comunidades indígenas mais próximas ou com a presença e a agência desses povos na história da região em que atua.

Todos esses/as professores/as cresceram e foram ensinados/as em escolas que trabalham dentro da lógica do colonialismo/capitalismo. Por conta disso, apresentam em seus trabalhos seus dilemas pessoais, seus preconceitos, suas reflexões e as contradições diante dos conhecimentos adquiridos nas universidades em relação a suas práticas pedagógicas. Mas que relação cada um desses/as professores/as tem com os povos indígenas? Encantamento, admiração, empatia, respeito, reconhecimento? O que quer que seja, esse sentimento foi o responsável por despertar o interesse em realizar análises críticas que muito têm contribuído para melhorar e ampliar as possibilidades de ensino sobre a história indígena nas salas de aula de todo o Brasil. Essa pode ser uma pista sobre o que precisamos estimular em nossos discentes.

Esse movimento é positivo porque aumenta o número de pessoas empenhadas em reparar injustiças históricas há muito perpetuadas contra esses povos. Todas essas ações dos/das professores/as só vêm a somar à luta dos povos originários, que hoje procuram, cada vez mais, dominar os códigos não indígenas e mostrar que os projetos governamentais do Estado brasileiro de eliminação e extermínio, por meio de políticas que se diziam de integração e

assimilação, não foram eficazes. Para exemplificar a situação, Ailton Krenak[29], em entrevista concedida ao *site* Amazônia Real, em fevereiro de 2020, fala que,

> antes, se botava fogo na maloca ou matava um coletivo inteiro, mas isso não era nem notícia. Nos seringais antigos, as pessoas sumiam; a notícia não saía nem no jornal do seringal. Nas pequenas vilas, nos primeiros assentamentos que estavam começando a colonizar na Amazônia, os madeireiros e os caçadores invadiam, botavam fogo e pronto. Hoje, temos comunidades indígenas de Norte a Sul do País interagindo e em uma rede ativa de informação e mobilização. Nós aumentamos nossa capacidade de resistir e mobilizar e estamos mais capacitados para enfrentar isso do que no passado.

Krenak nos mostra que, apesar dos ataques e da omissão do Estado em relação à violência contra os povos indígenas, estes se mantiveram resistindo, agindo e existindo. No entanto, ele ainda destaca que, embora pareça uma contradição, analisando as últimas décadas, hoje se vive um momento de intensificação do racismo em relação aos povos indígenas. Ele destaca que, "talvez na história recente do Brasil, o povo indígena não tenha sofrido um ataque tão sistemático como nesse período, com esse governo. Porque tem declaração dos agentes públicos que incentiva a violência contra a pessoa indígena" (KRENAK, 2020).

Por conta disso, mais do que nunca, precisamos unir forças para combater a dinâmica perversa de dominação capitalista que trata a vida de alguns seres humanos e de todos os outros seres vivos como algo absolutamente descartável e sem valor, que segue segregando historicamente as pessoas que não interessam ou que não integram seus projetos. Nesse sentido, os trabalhos de pesquisa do Mestrado Profissional de História, sobre temáticas étnico-raciais, têm contribuído muito para possibilitar mudanças de perspectivas importantes na busca de caminhos mais plurais para se entender a sociedade brasileira, pensar o ensino e o momento histórico que atravessamos.

Sobre isso, Rodrigo Vareiro Companhoni (2020), em sua dissertação de mestrado do ProfHistória, pela Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS), "afirma que trabalhar com a temática indígena e inserir os conhecimentos produzidos por esses "povos da América, do Brasil e do Mato Grosso do Sul na Educação Básica é uma ação emancipadora e de rebeldia necessária, não somente para esses povos, mas para todos nós trabalhadores pobres e explorados deste continente" (p. 10). Segundo ele, nossos problemas sociais têm raízes

[29] Os Krenak ou Borun constituem-se nos últimos Botocudos do Leste. Sua língua pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, a qual denominam Borun. Vivem na margem esquerda do Rio Doce, em Minas Gerais, entre as cidades de Resplendor e Conselheiro Pena, onde estão até hoje, numa reserva de quatro mil hectares criada pelo SPI, que ali concentrou, no fim da década de 1920, outros grupos Botocudos do Rio Doce: os Pojixá, Nakrehé, Miñajirum, Jiporók e Gutkrák, sendo este o grupo do qual os Krenák haviam se separado. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak. Acesso em 04.04.2022 às 15h10min.

históricas e apenas auxiliando os jovens a terem consciência desse passado desigual é que poderemos formar pessoas que pensem e atuem para buscar soluções para a desigualdade, o racismo e muitas outras mazelas.

Além de tudo isso, cabe ainda ressaltar a importância do surgimento, na última década, de cursos de licenciaturas interculturais indígenas. Estas têm auxiliado esses povos a se instrumentalizar, a apresentar suas culturas e contar suas histórias. A procura por esses cursos também tem nos revelado uma demanda importante de indígenas que se preocupam em se apropriar de elementos/conhecimentos para compreender a sociedade brasileira como um todo a fim de opinar sobre as suas perspectivas acerca do mundo não indígena e, principalmente, para preparar as suas crianças indígenas para a vida em meio a essa sociedade e para melhorar a condição dentro das comunidades. Conforme afirma o Prof. Dr. Gersem Baniwa (Baniwa; Bergamaschi, 2012, p. 137 e 139),

> nos últimos 30 anos, os povos indígenas no Brasil, no meu entendimento, tomaram essa decisão de apostar na educação. E a chegada muito forte à universidade faz parte dessa aposta: escola pode ser um instrumento importante para o presente e para o futuro desses povos, em todos os aspectos, seja para maior interação com o mundo envolvente, com o mundo não indígena de forma mais ampla possível, o que mostra o grande interesse pelo diálogo e por uma convivência, mas também há interesses específicos, como melhorar as condições de vida nas aldeias. [...] o acesso às políticas públicas depende desse domínio cada vez maior do mundo da universidade e do mundo escolar, para melhorar as condições de vida nas aldeias e possibilitar que os indígenas não precisem abandonar suas aldeias e terras para se aventurar nas cidades, como vem acontecendo. Os povos indígenas sempre preferem permanecer em suas aldeias e em seus territórios, desde que as condições de vida sejam melhoradas.

Dessa forma, é importante refletir sobre que futuro os indígenas poderiam pensar em ter em uma sociedade que coloniza o pensamento dos jovens o tempo todo, negando a sua existência, criando e reproduzindo o tempo todo estereótipos que corroboram para a perpetuação do racismo, do machismo e da desigualdade. Por conta disso, esses povos já vêm se organizando há um bom tempo para ocupar os espaços de fala e, agora, estão se preparando ainda mais para serem ouvidos.[30]

Toda essa luta por transformação no ensino de história indígena na Educação Básica é muito importante, pois, infelizmente, o discurso colonial que inferioriza ainda está muito presente nas escolas. É o que nos mostra a professora Patrícia A. Oliveira Farias em sua dissertação do ProfHistória ao relatar a forma como o corpo docente de sua escola entendia os

[30] Um dos instrumentos para essa preparação é a educação escolar indígena. Desde 1991 "os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena." Fonte: https://www.gov.br/funai/pt-br e D0026 (planalto.gov.br)

estudantes indígenas que frequentavam a unidade e a comunidade próxima da qual eles pertenciam.

> [...] Me efetivando em 2004 como Professora do Ensino Básico II na disciplina de História em uma escola no bairro vizinho ao Jaraguá[31], onde desde o princípio pude notar relatos de uma comunidade que "se diz indígena, mas que na verdade é uma favela", onde seus habitantes eram descritos como "gente suja, preguiçosa, um monte de bêbados e acomodados". Estas visões estereotipadas presentes em nosso cotidiano, que percebem estes povos ou como "selvagens", "bárbaros", "sujos" ou como "ingênuos", "puros" parecem ser continuidades de visões presentes em outros contextos e épocas (Farias, 2019, p. 13).

O relato da professora Patrícia nos dá a dimensão do quanto são importantes ações de intervenção nos espaços escolares a fim de implantar a lei e sensibilizar os professores para a trajetória, a luta e a resistência histórica dos povos indígenas no Brasil — um país com tanta pluralidade cultural, mas que ainda desconhece seus povos originários. É por conta disso que o diálogo sobre e com os povos indígenas torna-se tão relevante.

Segundo Companhoni, a educação que oferecemos na escola não condiz com a realidade histórica e cultural do povo brasileiro; o que fazemos nas salas de aula é europeizar os sujeitos.

> O que está em questão é a padronização de pensamento e modo de vida que leva, mesmo que inconscientemente, ao desprezo a tudo o que está fora daquilo que foi normatizado. Desta forma, povos indígenas, como os Kaiowá e Guarani, são continuadamente discriminados dentro e fora da sala de aula por não partilharem dos mesmos costumes, tempo e história, ditados a partir da Europa. Esta situação se acirra no encontro destas duas visões de mundo (Companhoni, 2020, p. 9).

O professor destaca a padronização e a normatização dos seres humanos, o preconceito advindo dessa situação e a grande importância que tem a escola em desconstruir esse vício ou o problema que ela pode representar ao perpetuá-lo. Nesse sentido, é fundamental promover a compreensão de que a nossa história é fruto do movimento de diferentes povos e das suas contribuições no decorrer do tempo. É importante ser crítico em relação ao colonialismo e entender que a história do local em que vivemos e com o qual nos identificamos é repleta de pluralidades, e não monopólio de apenas alguns grupos hegemônicos.

Também nessa linha, Farias (2019) defende a ideia de que a Lei 11.645 é fruto de profundas e acirradas discussões promovidas por vários setores da sociedade civil ao longo de anos. No entanto, o Brasil, país marcado pela diversidade social, não tem conseguido, mesmo

[31] Jaraguá é um território na Região Noroeste da cidade de São Paulo. Lá, situa-se o Pico do Jaraguá, o ponto mais alto do município próximo de onde passam as rodovias Bandeirantes e Anhanguera. É nesse lugar que estão situadas as aldeias Guarani Tekoa Pyau e Tekoa Ytu, na Terra Indígena Jaraguá, "numa área de 17 mil metros quadrados. Além de diminuta para uma terra indígena, o terreno não é adequado para a agricultura. A caça é quase inexistente e o rio próximo está poluído e não tem peixes. A água utilizada na aldeia vem da Sabesp. A situação em que vivem essas comunidades indígenas é precária. Elas enfrentam problemas, preconceitos, falta de dinheiro e recursos" (Motta, 2007, p. 1-0). O histórico desses povos é de luta pela manutenção de suas terras e de resistência frente aos desafios de viverem cercados pela megalópole paulista.

com a lei, contemplar essa questão ao longo do Ensino Básico, havendo uma maior promoção da identidade branca/europeia e um progressivo apagamento da agência indígena.

Já a professora Elizabeth Vieira Macena (2018), em sua dissertação do ProfHistória, destaca que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 apresentam o Brasil como um país multicultural. Entretanto, o estudo sobre essas múltiplas culturas, tão necessário para o combate ao preconceito e à discriminação de indígenas e negros, não tem acontecido como deveria. Há um silenciamento sobre a história desses povos. "Essa carência de materiais didáticos resulta da preponderância da colonialidade do saber, que não reconhece os povos negros e indígenas como produtores de conhecimento" (Macena, 2018, p. 30). Dessa forma, nega-se toda a experiência e os ensinamentos desses grupos, suas perspectivas sobre o meio em que viveram, suas percepções sobre o mundo. Aprender a trabalhar com os conhecimentos de outras culturas e de outros povos em sala de aula é fundamental para superar a colonialidade.

Além disso, segundo aponta Roseli da Cunha Sanches (2018, p. 11), em sua dissertação também do ProfHistória,

> o direito de todos à educação, aqui compreendida enquanto processo de escolarização, está estabelecido na Constituição brasileira. Entretanto, a escola ainda se caracteriza por ser um lugar onde a inclusão não se efetiva em toda a extensão, reproduzindo o histórico das relações sociais no Brasil. Embora nas últimas décadas tenhamos alcançado grandes conquistas no campo da educação, ainda existem obstáculos a serem superados no sentido de assegurar a plena realização desse direito tão importante.

A autora destaca que todos têm direito à educação, mas as narrativas utilizadas nas escolas não têm contemplado todos os sujeitos. Os conhecimentos relativos aos povos indígenas e negros continuam sendo relegados e deixados em segundo plano. Sobre isso, Sanches afirma também que um passo importantíssimo para exercer esse direito de inclusão em sua totalidade seria promover junto aos professores uma grande reflexão a ponto de motivá-los a seguir caminhos diferentes dos que estão acostumados a seguir, rever e mudar as suas práticas a fim de criar possibilidades para contemplar, compreender e respeitar as diferenças em sala de aula.

Além disso, a professora reflete principalmente sobre a presença de jovens indígenas que frequentam a sua escola em ambiente urbano e que não se veem respeitados e muito menos contemplados nos conteúdos das aulas. Ela nos ajuda a lembrar da questão dos territórios históricos que no passado pertenciam aos povos indígenas e do surgimento de centros urbanos nessas mesmas regiões. Com o passar do tempo e com a colonização desses lugares, a partir da "disputa territorial, os diversos espaços sociais são marcados como sendo ou não lugar de índio, indicando que a reserva indígena é o espaço, hoje diminuto, que lhes cabe" (Sanches, 2018, p. 11). Sendo assim, o senso-comum, pautado na lógica colonial, passou a entender que o "índio"

só é "índio" se estiver na aldeia; fora dela, aquele sujeito deixa de ser quem é, perde a sua identidade e os seus direitos.

> É nesse contexto de disparidades, mas também de possibilidades, que percebemos a presença dos estudantes Guarani e Kaiowá que vivem nas aldeias de Amambai, Mato Grosso do Sul, e optam por estudar em escolas urbanas. As fronteiras étnicas vivenciadas pelos Guarani e Kaiowá se refletem na escola. Tem origem nas relações construídas historicamente, que causam grande impacto econômico e cultural entre esses coletivos indígenas. Os Guarani e Kaiowá vivem, na contemporaneidade, as consequências do processo de colonização e da ocupação de seus territórios. [...] O processo de territorialização se expressa de várias formas. [...] A ele, os povos indígenas do Brasil e os Kaiowá e Guarani também reagem de diversas formas. A preocupação de territórios e ocupação de espaços de poder tem sido uma das estratégias, da qual a educação escolar é um dos campos (Sanches, 2018, p. 11).[32]

Sanches nos lembra que a educação escolar sempre foi colonizadora no Brasil e que, desde a época do ensino dos jesuítas, seu objetivo era apagar a diferença, proibindo os indígenas de falar a língua materna e de praticar a sua cultura. Mesmo assim, muitas famílias indígenas de hoje preferem colocar os filhos na escola urbana, pois acreditam que o ensino é "melhor", no entanto, o que encontram são fronteiras étnicas, hierarquia de conhecimentos, preconceitos e reprodução de estereótipos.

No entanto, na visão de Baniwa, os povos indígenas buscam, sim, nas escolas não-indígenas, elementos para se instrumentalizar e melhorar o presente e o futuro de seus povos. Segundo ele, é urgente descontruir os preconceitos que foram consolidados ao longo de centenas de anos de colonização. E apesar dos problemas, para ele, a escola ainda é um "lugar privilegiado e estratégico para reduzir ou eliminar a intolerância, o preconceito, a discriminação e o racismo entre pessoas e povos" (Baniwa; Bergamaschi, 2012, p. 141). Mas esse autor também defende uma educação diferenciada para os povos indígenas, pois, segundo ele (p. 128),

> a escola hoje pretendida pelos povos indígenas é isso, que a escola indígena respeite e valorize também os conhecimentos e as culturas indígenas. Não está em discussão a importância do acesso aos conhecimentos da escola tradicional, o que se quer é a valorização dos dois saberes, indígena e não indígena, no mesmo nível de importância.

Sobre estereótipos e generalizações, a professora Carla Cristina Bernardino Ramos, em sua dissertação também do ProfHistória, nos aponta o problema da reprodução do termo "índio" nas escolas. Segundo ela, "a naturalização da dicotomia 'branco' e 'índio', acaba por simplificar

[32] A luta dos Guarani-Kaiowá por suas terras é um processo complexo que tem gerado conflitos violentos no sul do estado do Mato Grosso do Sul em função de inúmeras disputas. De um lado, os fazendeiros de olho na valorização das terras da região e, de outro, os povos indígenas requerendo a reintegração de seus territórios históricos. Síntese da matéria de Juliene Katayama, para o G1, disponível em http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/entenda-o-conflito-entre-indígenas-e-produtores-rurais-no-sul-de-ms16-06-16.htm. Acesso em 20.10.2021 às 10h34min.

a diversidade de histórias produzidas pelas populações indígenas, reduzindo suas ações a movimentos de aceitação ou de reação aos processos de imposição social, política, econômica e cultural dos europeus" (Ramos, 2016, p. 10). Esse processo de simplificação também aparece na escola, onde todo o foco acaba sendo a conquista e o contato, não dando o protagonismo necessário aos diversos povos indígenas. Nesse caso, a diversidade muitas vezes nem é considerada e sua atuação no processo histórico é completamente ignorada.

Diante de tudo isso, percebe-se a falta de uma tomada de consciência em relação à importância dos povos indígenas na história do país. Foram eles, os povos originários dessas terras, que ensinaram os que vieram de fora sobre as coisas daqui. Nomearam tudo e transmitiram sua sabedoria sobre como viver nesse território. No entanto, as suas contribuições não foram valorizadas no passado e ainda não são no presente. Suas terras ancestrais, tão fundamentais para a manutenção de sua cultura e de seu modo de ser, foram majoritariamente tomadas.

Infelizmente, nas escolas de hoje e em todos os lugares, narrativas e memórias hegemônicas eurocêntricas continuam sendo perpetuadas em detrimento de perspectivas diferenciadas sobre o mundo e a natureza. Nossos currículos escolares acompanham esta tendência uma vez que estão centrados no conhecimento do colonizador; por isso, não colaboram para superar a intolerância e o racismo.

É necessário, portanto, que as redes de ensino promovam mudanças significativas para transformar essa realidade. Mas se as redes não tiverem essa iniciativa, uma vez que nem sempre existe a preocupação em respeitar leis que beneficiem as minorias, é importante que os/as próprios/as professores/as promovam mudanças em suas aulas. Nesse sentido, cabe pensar em alternativas para realizar uma educação histórica que possibilite o diálogo sobre e com os povos indígenas. Esta seria uma boa forma de criar um sentimento de respeito, de empatia e até de identidade, ao mesmo tempo em que a alteridade seria também destacada. Sobre essa questão, a professora Carla Cristina B. Ramos (2016, p. 10) nos alerta e acrescenta que

> identidade e alteridade são construídas e reconstruídas de maneira relacional. No momento em que se define quem é o outro, as diferenciações são criadas. Ao mesmo tempo em que a identificação acontece, há a seleção, a classificação e uma "normalização" que é responsável por hierarquizar os indivíduos, definindo o que seja aceitável/visível e o que não é aceitável/invisível no conjunto de padrões representativos dos sujeitos sociais em determinado contexto.

Nesse debate sobre os problemas e os dilemas em se tentar criar sentimentos identitários nas escolas, sempre é importante alertar a respeito dos riscos de homogeneizar culturas e povos, tornando-os genéricos, e de diferenciá-los em demasiado, mantendo a hierarquização. Percebe-

se que, apesar de essas armadilhas pedagógicas realmente existirem, tentativas devem ser feitas na busca de aumentar o conhecimento dos estudantes sobre a história e a cultura desses povos, afinal “não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece” (Baniwa; Bergamaschi, 2012, p. 141).

Também sobre a questão da identidade, a professora Thais Elisa Silva da Silveira (2016, p. 17), em sua dissertação do ProfHistória, nos diz que

> os modelos explicativos utilizados pela sociedade em geral para entender a população indígena dificultam a compreensão da legitimidade da diferença e das transformações culturais pelas quais estes povos passaram ao longo de cinco séculos. É muito comum um tipo de pensamento que entende que cada povo possui uma cultura que o caracteriza e diferencia dos outros. A partir desta lógica, acredita-se também que esta cultura é o pilar definidor da identidade. Quando a cultura se modifica, por motivos diversos, estes povos se tornam estátuas de mármore deformadas ou quebradas, perdendo para sempre a estrutura do que os definia.

Nesse trecho, a professora alerta para outro perigo: o de imaginarmos que os povos indígenas se identificam apenas com suas diferentes culturas e que estas são estáticas. Então, aqueles indígenas que não vivem nas aldeias ou que se transformaram ao longo contato — porque a cultura é sempre dinâmica no seu processo de transformação — deixam de ser indígenas por viverem em um contexto urbano. Thais lembra ainda que os modelos de civilidade impostos por narrativas colonizadoras reduzem os povos indígenas à invisibilidade de tal forma que toda a sua subjetividade é incompreendida e apagada, impedindo que as pessoas percebam as transformações e as adequações pelas quais tiveram que passar para resistir e sobreviver. Apesar das mudanças culturais que sofreram ao longo dos anos, os povos indígenas, em meio a suas diferenças, conseguiram também conservar suas identidades. Mais do que isso, diante da manutenção e até da intensificação dos ataques, esses povos passaram a exigir seus direitos, a se reafirmar e a se manifestar em diversos espaços.

Por isso, impõe-se a necessidade de se criar um sentimento identitário em nossos estudantes que passe pela aceitação de todos os grupos étnicos que compõem e que construíram o Brasil. A ancestralidade do brasileiro é mais indígena e negra do que branca. Para que haja identificação com esses sujeitos, precisamos conhecê-los, entender seus modos de vida e sua tradição, ouvi-los, enfim, conhecer sua história e sua cultura que, em certa medida, também está relacionada com a cultura de todos os brasileiros.

3 A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA DISPUTAS NARRATIVAS: OS POVOS INDÍGENAS COMO PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA

3.1 NARRATIVAS HISTÓRICAS E NARRATIVAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO

> *A transmissão de conhecimento de geração em geração fez com que nós chegássemos ao século 21 com o número de 305 povos e aproximadamente 180 idiomas falados. Então, tem um sistema de mundo que inclui um modo de pensar a vida e a educação.*
>
> *https://lunetas.com.br/ailton-krenak/*

A história é escrita por pessoas — os historiadores. Cada um em seu tempo, pautado em sua cultura e em suas vivências, escolhe seu campo de estudo e "difere não apenas na escolha do que considera significativo no passado, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica" (Burke, 1992, p. 332). Assim, existem maneiras diferentes de narrar os eventos, há escolhas teórico-metodológicas a serem feitas, tem-se um grande número de perspectivas e possibilidades de perceber o passado. Cada historiador tem um propósito e uma intencionalidade com seu discurso.

Essa reflexão desencadeada pelo historiador Peter Burke, sobre a diversidade de interpretações e estilos textuais que compõe a escrita da história, nos faz pensar sobre como seria escrever uma história diferente a respeito dos povos indígenas. Pensamos que, aqui, se faz necessário refletir sobre quais seriam a melhor abordagem, os elementos de sensibilização, a descrição e o estilo, que fugiriam de armadilhas e enganos a fim de garantir uma narrativa que possibilite um protagonismo para esses povos.

Segundo Ana Maria Monteiro (2012), as interpretações e os posicionamentos de quem analisa as fontes também são fatores importantes a serem levados em conta no processo de construção da escrita da história. O tempo presente, com suas complexidades e suas particularidades, também se reflete no momento de produzir novas narrativas.

> Uma escrita que implica uma criação a partir do posicionamento do historiador, com base em suas referências culturais, históricas e políticas, e que se expressa numa narrativa histórica, produto de atribuição de sentidos pelo historiador aos fatos estudados (Monteiro, 2012).

Nesse sentido, dialogando com Koselleck, a mesma autora nos fala da narrativa como um "espaço de experiências", onde quem escreve pode trazer ao seu tempo muitas

possibilidades com o "estudo em outro tempo" objetivando a humanização a partir de uma conversa entre as gerações, "um agir sobre o presente: um horizonte de expectativas de diferentes tempos em diálogo gerador de sentidos".

> Pensamento histórico que se desenvolve na busca de compreender e atribuir sentido às ações humanas e, assim, humanizá-las, além de produzir conhecimento histórico – uma historiografia – que tem na relação entre presente e passado um aspecto central para a possibilidade de sua produção (Monteiro, 2012).

Também Rüsen (2011) fala que é necessário reconstruir as narrativas do passado de forma que ganhem sentido para quem se depara com elas. Assim, a escrita e o ensino de história podem atuar a serviço da vida quando ressignificam o passado, projetando essas experiências ao tempo presente, criando nexos e metas de ação e possibilitando perspectivas de futuro.

> [...] quando inserida no contexto de orientação da vida prática, a explicação histórica torna-se simultaneamente mais aberta ao futuro. Assim formatada, a explicação histórica abre espaço para o aparecimento de metas do agir que não mais estão conectadas a uma representação teleológica do curso da história, prendendo-se agora com o caráter interpretativo e significativo (be-deutenden) das metas da ação (Rüsen, 2011).

É fundamental, pois, que a produção de uma narrativa histórica nova, que pretenda superar os sentidos dantes cristalizados sobre os povos indígenas, parta das "metas de ação" desses mesmos povos, representados por seus líderes e seus intelectuais, inclusive intelectuais do campo historiográfico. Além disso, é fundamental o diálogo com os sujeitos em estudo no presente, a fim de compreender as dinâmicas culturais e as resistências indígenas na conservação e na ressignificação do que Krenak chama de "sistema mundo". Para o historiador indígena Casé Angatu Xukuru Tupinambá (2015, p. 184),[33]

> [...] acreditamos na necessidade do diálogo entre o ensino das Histórias e Culturas Indígenas, bem como na produção de conhecimentos acadêmicos com os saberes originários ancestrais presentes nas linguagens indígenas atuais. Diálogo esse capaz de enfrentar o descompasso entre as histórias escritas e lecionadas e as linguagens indígenas portadoras de memórias que consideramos fundamentais para a aplicação da Lei 11.645/2008.[34]

[33] Tupinambá é a denominação de um grande grupo indígena que habitava o litoral brasileiro da Bahia até o Rio de Janeiro na época da colonização. Tiveram grande protagonismo em episódios históricos coloniais promovidos pelo contato com os europeus. Inicialmente, receberam bem os portugueses, mas deixaram de apoiá-los por conta das doenças, das escravizações e das traições. Em virtude de seus rituais antropofágicos, foram estigmatizados, mas também se tornaram personagens recorrentes nas narrativas europeias, surgindo daí um grande imaginário sobre a América. No entanto, famosos por serem grandes guerreiros e movidos por suas próprias intenções, empreenderam combates junto e contra os portugueses e contra outros povos indígenas em momentos diferentes da história. Hoje são conhecidos como Tupinambás de Olivença e vivem no Sul do estado da Bahia.

[34] SANTOS, Carlos José Ferreira dos (Casé Angatu) – "Histórias e Culturas Indígenas" - Alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: De qual história e cultura indígena estamos mesmo falando? **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 179-209, jan./jun. 2015. Disponível em

Esse tipo de história, que valoriza os saberes dos povos indígenas e persegue a sua compreensão, é fundamental na educação. No ensino de história indígena esta proposta possibilita que nos afastemos de conteúdos engessados e sem sentido. Nos leva a compreender a importância de promover reflexões que sejam significativas a todos os educandos, construindo alternativas para todos os sujeitos. Para chegar a isso é importante que os professores problematizem as narrativas hegemônicas eurocêntricas, revisitem, reinterpretem e atribuam, junto aos discentes, novos sentidos para o passado no presente. Abordar questões que façam os estudantes se identificarem, se sensibilizarem e quererem buscar a transformação, pode contribuir para a construção de uma sociedade em que as pessoas se importem mais com a vida de todos.

Nesse sentido, Durval de Albuquerque Jr. (2012) também orienta para a necessidade de questionarmos "o poder, a exploração e a dominação" por meio da escrita e do ensino da história, apontando a importância da reflexão e da denúncia de todas as formas de "escravidão, de repressão, de vigilância, de disciplina e controle". O autor apresenta a importância de uma história que tenha a liberdade como uma meta.

> [...] A história tem hoje a missão de fazer defeitos nas memórias, de fazer as memórias errarem, já que a história tem uma relação diferencial e conflituosa em relação às memórias, notadamente aquelas memórias que se tornam oficiais, monumentalizadas, cristalizadas, motivo de comemorações e efemérides. [É necessário] afastar-se das versões consagradas do passado, fazendo aparecer seus defeitos, seus pontos de sutura, fazendo aparecer as costuras mal feitas, os nós forçados, os pontos de esgarçamento das tessituras do passado (Albuquerque Jr., 2012).

Albuquerque Jr. refere-se às narrativas enviesadas, como as que encontramos nos principais livros sobre a história de São José. Discursos oficiais que, quando não invisibilizam, estigmatizam e generalizam os povos indígenas. É necessário, então, fazer defeitos nessas memórias, fazê-las errar o seu objetivo de dominação, elaborando novas perguntas às fontes, atribuindo-lhes novos sentidos e construindo uma nova narrativa.

Mas qual seria a melhor maneira de ensinar, explicar ou narrar a história indígena? Sabemos, por estudos apresentados anteriormente, que a escolha de um caminho narrativo inadequado nas aulas de história pode ter sérias consequências sociais. Muitos estereótipos sobre indígenas e populações de origem africana têm se mantido vivos entre a população brasileira, e a escola tem uma parcela de responsabilidade nesse quesito por conta de não fazer

---

http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32772/17715. Acesso em 08.09.2021 às 10h34min.

a reflexão de seu papel no projeto civilizador e continuar trilhando caminhos equivocados na abordagem das histórias desses povos. A escola ainda relembra, reforça e, por vezes, até ensina crianças e jovens a serem preconceituosos quando generaliza os povos e valoriza padrões de ser da cultura branca em detrimento dos modos de vida indígenas. Sabemos que não é só apenas escola que educa, existem muitos outros estímulos na família, nas igrejas, nas mídias... A sociedade é racista e os professores fazem parte dela, mas a escola perde muitas vezes a oportunidade de fazer o contraponto e atuar para a mudança. Segundo Edson Kayapó, historiador indígena, faz-se necessário que "professores, alunos e demais agentes das escolas problematizem e se apropriem dos conhecimentos sobre o tema, tornando-se produtores e protagonistas da produção de outras histórias que avancem contra a versão dominante" (Kayapó, 2014, p. 64).

Ainda segundo Kayapó, nas últimas décadas, diversos estudos "produziram perspectivas historiográficas que auxiliaram na revisão da história oficial, no sentido de introduzir os povos indígenas na história, dando-lhes audibilidade e visibilidade" (p. 47). Portanto, a narrativa do extermínio e do passado como lugar único dos indígenas está ultrapassada. Ao mencionar as contribuições de E.P. Thompson para a historiografia ao considerar a historicidade da cultura, Maria Regina Celestino de Almeida (2013) destaca que, segundo o autor, "a cultura é um 'produto histórico, dinâmico e flexível, que deve ser apreendido como um processo no qual homens e mulheres vivem suas experiências'" (p. 22). Assim, Almeida nos mostra que os povos indígenas — que foram interpretados pelos colonizadores desde o início como passíveis de serem embranquecidos e transformados em bons cristãos para, assim, desaparecerem — podem ocasionalmente até ter passado a agir de forma diferente, conforme as imposições colonizatórias; mas o sentido que essas pessoas davam a novas ações e hábitos ao "mudarem" não era o mesmo dos europeus.

Sendo assim, mesmo modificando alguns de seus hábitos tradicionais para poder se relacionar e conviver com os não indígenas, os povos originários não perderam sua essência. Sobre isso, Kayapó nos diz que a "percepção dos indivíduos e grupos indígenas como passivos, vitimados por uma relação de dominação que não deixou margens para nenhum tipo de reação ou inovação" desconsidera a cultura como um produto flexível da história. Segundo ele, "os povos indígenas podem ser visualizados como agentes ativos nos processos de contatos com os não índios", o que significa que os indígenas se apropriaram de elementos da cultura ocidental para se fortalecer na nova realidade pós-contato. (Kayapó, 2014, p. 51-52).

Ou seja, essa é uma nova forma de perceber os povos indígenas, é uma nova narrativa da história que destaca esses povos, uma história que os apresenta com um lugar no processo, um lugar de planejar estratégias de sobrevivência e resistência, em que não aparecem apenas como vítimas, mas também como protagonistas. Essa é a narrativa da Nova História Indígena, promovida por Maria Regina Celestino de Almeida, John Manuel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha e outros, que visa redimensionar o papel dos indígenas na história.

Como exposto anteriormente, tanto nas Diretrizes quanto nas análises acadêmicas é fundamental que o ensino de história indígena almeje propiciar aos estudantes momentos de escuta e de ensinamento advindos desses sujeitos. Ouvir, contemplar e compreender a cultura e a história dos povos originários, partindo de sua própria perspectiva, garante que o estudante se conecte mais com esses grupos e sinta que eles estão no presente, que fazem parte da nossa sociedade e que têm muito a nos ensinar.

Aprender a história indígena contada por eles mesmos pode colocar em xeque e relativizar a história colonizadora e os interesses capitalistas de diversos grupos ao nos apercebermos que existem outras maneiras de entender e de se relacionar com o meio ambiente, que é possível superar os preconceitos e reivindicar direitos e respeito em nossa sociedade. Os educandos podem perceber, assim, que têm escolhas a fazer, que a cultura não é rígida e que histórias diferentes podem ser escritas.

Narrativas protagonizadas por indígenas nos levam a pensar em novas possibilidades discursivas que traduzem a pluralidade e resultem em uma aproximação urgente dos jovens com os diferentes grupos indígenas. Essa estratégia contribui efetivamente para o desenvolvimento de empatia. Mortari e Wittmann (2019, p. 16), citando autores pós-coloniais e decoloniais, afirmam que

> as narrativas africanas e indígenas evidenciam experiências, visões e formas de ser, estar, viver no mundo e, portanto, expressam dinâmicas, histórias, lutas e memórias de grupos diversos, contribuindo para a ampliação do conhecimento e para a dignidade humana.

Os indígenas que apresentam suas narrativas no presente demonstram sua luta ancestral pelos territórios históricos onde seus antepassados foram enterrados. Suas ações refutam os estereótipos do extermínio e de seres pretéritos. Quando um indígena conta a sua história, se transforma em um sujeito de ação, se torna uma fonte nova que muda o passado negligente e o presente omisso da historiografia colonizadora. É o que demonstra Baniwa (2017) ao afirmar que

> a cultura colonial não aceita de forma alguma que até hoje não haja sinais de superação dos povos originários. O indígena é considerado um ser inassimilável pela cultura dominante. Aquele que não adere, que não se entrega. Por isso, indesejável. Nesse sentido, o modo de vida dos indígenas, se não servir como alternativa, ao menos é outra forma de viver.[35]

Essa atribuição de novos sentidos e percepções deve ser destacada aqui como essencial ao ensino da História Indígena. Para revelar novas perspectivas aos educandos, se faz necessário um giro em relação a quem conta a história; o que significa refazer os caminhos em busca de outras trajetórias, ressignificando todo o conhecimento perpassado pelo colonizador, o qual tem sido imposto e ao qual nós fomos expostos desde sempre. Precisamos nos dispor a ouvir aqueles que nunca foram ouvidos. É o que defende o Grupo Decolonialidade, cuja sugestão para superarmos as injustiças, as violências e as omissões históricas é a de invertermos a lógica colonial e nos colocarmos em um lugar de escuta, a fim de ouvir todos os sujeitos há muito silenciados. Esses indivíduos, em seus "locus de enunciação" (Mignolo, 2000) podem nos contar sobre suas próprias existências, nos ensinar seus saberes e suas experiências. É o que fez o pesquisador Guarani, Ismael de Souza, ao nos mostrar a importância das Opy nas aldeias Guarani para a transmissão dos conhecimentos. Segundo ele, para os guarani,

> [...] a principal forma de repassar o conhecimento, não importa o dialeto, é através da oralidade. O lugar de ensinar é principalmente na opy. A casa de reza é o centro da cultura Guarani, o lugar mais sagrado que existe, onde se escuta, se aprende e se ensina (Souza, 2020 *apud* Gottert, 2021, p. 56).

Esses depoimentos possibilitam o "alargamento das formas narrativas" e apontam "um caminho importante para a construção da diversidade praticada rumo ao que poderíamos chamar de equilíbrio das histórias". (Achebe, 2013 *apud* Mortari; Wittmann, 2019, p. 23). Sobre isso, Mortari e Wittmann acrescentam que, dessa forma, as populações podem se libertar de amarras determinadas por narrativas do passado.

> O processo de geração de empatia, durante a absorção de uma história, acontece quando a narrativa nos transporta para o mundo da personagem, fazendo com que nos identifiquemos com ela, com seu grupo, com suas lutas (Mortari; Wittman, 2019, p. 23).

Dito isso, ensinar a partir das narrativas dos povos indígenas é fundamental para que os estudantes compreendam que todos os ataques contra esses povos e suas culturas fazem parte de um projeto de "desenvolvimento" que põe em risco toda a humanidade. Esse é um debate

[35] Trecho da palestra de Gersem Baniwa no III Congresso Internacional Formação em Educação Intercultural e Práticas de Descolonização na América Latina, ocorrido em julho de 2017 na Universidade Federal de Goiás. Disponível em https://www.ufg.br/n/99084-e-preciso-superar-a-epistemologia-colonial-diz-gersem-baniwa. Acesso em 10.06.2021 às 19h.

com um ponto em comum que aproxima os povos indígenas de outros grupos humanos e, assim, auxilia na "constatação de que, apesar de organizarem suas existências em outras lógicas, trata-se de povos de carne e osso, não mais idealizados como personagens de ficção romântica do passado" (Kayapó, 2014, p. 58). Essa seria uma ótima maneira de fazer os jovens identificarem nos indígenas elementos que admiram, gerando encantamento. Dessa forma, perceberiam que são diferentes pela cultura e pelo modo de vida, mas iguais por serem seres humanos com qualidades e defeitos. Todos fruto do processo histórico da colonização, dos processos de imposição e de adequação, de conflitos e de resistências.

É nesse sentido que analisar e problematizar as narrativas dos colonizadores europeus do território josefense sobre os povos indígenas que viviam nestas terras se torna tão importante: além de destacar sua presença na história, também cria a oportunidade de relativizar a visão de que os indígenas são seres perfeitos, "bons selvagens", que pertencem apenas a um passado imutável, retirando-lhes a condição de seres humanos com subjetividades, resistências e capacidade de se transformar diante das adversidades.

Aqui, no município de São José, essas novas narrativas históricas sobre os povos indígenas ainda são escassas. Entender, problematizar e valorizar a presença indígena no passado e no presente ainda não tem sido prioridade na política educacional e na escrita da história municipal. Na verdade, esta é uma realidade distante, pois, nos últimos anos, as administrações municipais não têm concentrado esforços em iniciativas que demonstrem preocupação em abordar de forma mais eficaz o conteúdo da Lei 11.645/2008 e de suas diretrizes.

3.2 O QUE OS INDÍGENAS DA REGIÃO MAIS PRÓXIMA A SÃO JOSÉ TÊM A NOS DIZER SOBRE O ASSUNTO

O documentário *Morro dos Cavalos: Terra Guarani!*, produzido pela organização indígena dos povos Guarani no Brasil, a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), foi publicado no YouTube em 27 de maio de 2015.[36] Esse material é uma fonte importante sobre a presença histórica Guarani em São José, uma vez que apresenta imagens e narrativas que remetem às reivindicações originárias desse povo na região. O documentário destaca a presença Guarani, apresentando elementos que possibilitam a construção de uma narrativa singular e totalmente indígena, tornando os povos originários protagonistas de sua própria história. No filme, os Guarani têm a oportunidade de mostrar que têm conexão com os seus territórios ancestrais, que são detentores de subjetividades, que valorizam e pretendem manter seu modo de viver. Modo este que se preserva em meio à fluidez que advém do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou e que também foi afetado por eles.

A montagem, pensada e executada por indígenas, divide o documentário em quatro partes. A primeira delas, intitulada *Morro dos Cavalos: Terra Guarani!*, sensibiliza e informa o espectador sobre o contexto em que se desenrola o problema central, ou seja, a contestação de vários setores sociais ao direito Guarani a essa terra e a resistência à permanência deles na região. A segunda parte, com o título *A luta pela demarcação*, se refere à apresentação de argumentos e fontes históricas (fotografias, mapas e relatórios) para comprovar o direito dos Guarani à terra. A terceira parte, *A ofensiva midiática*, relata as disputas narrativas e os ataques da mídia e do governo do Estado contra a comunidade Guarani do Morro dos Cavalos. A quarta parte, *A duplicação da BR-101*, esclarece as tentativas de diálogo, por parte dos indígenas, na busca de uma solução razoável para o "problema da rodovia BR-101" (para os Guarani o "problema" não é a sua presença na região). A quinta e última parte do filme, intitulada "*Ataques à demarcação*", refere-se ao relato das conquistas obtidas por esse povo e os frequentes ataques promovidos a cada avanço alcançado pela comunidade. Destacam-se os

[36] Essa comissão é formada por coletivos Guarani do Sul e do Sudeste e atua na luta pela terra. Fundada entre 2006 e 2007, tem promovido ações para a defesa dos interesses guarani, nos processos de demarcação de terras indígenas. Segundo a entidade, "atualmente, existem mais de 600 ações judiciais em que se disputa a permanência das comunidades em terras nas regiões abrangidas pela CGY".
Informações obtidas no site http://www.yvyrupa.org.br/sobre-a-cgy/. Acesso em 13/06/2021.

processos judiciais contra a demarcação, face à resistência Guarani na manutenção de seu modo de vida em sua terra ancestral.

Nessa linha, o documentário torna-se um instrumento que atua na denúncia das ameaças sofridas, o que, para Didi-Huberman (2018), poderia significar um "abrir os olhos", a fim de provocar a indignação humana diante da injustiça mostrada e narrada, uma "prova visual" da relação ancestral com a terra, um recurso de sensibilização para dar uma "lição de humanidade". Esses objetivos podem ser percebidos ao longo do filme, que já inicia com uma mensagem importante: em uma tela escura, o título *Morro dos Cavalos: Terra Guarani!*, seguido de uma imagem panorâmica da região, é apresentado ao som de um caminhão em alta velocidade, uma referência à BR-101. A rodovia, seu fluxo intenso de veículos e seus ruídos, evidenciados em muitas cenas, despertam sentimentos de angústia nos que percebem a ameaça que esta representa à presença indígena, principalmente às crianças Guarani que brincam em seu entorno. Essa ameaça pode ser interpretada de várias formas: ameaça à vida, ameaça à tradição, ameaça ao meio ambiente, à ancestralidade e, principalmente, à permanência indígena em sua terra tradicional, tema central e objeto de denúncia desse documento audiovisual.

Aqui vale um parêntese para destacar que, segundo Wittmann e Brighenti (2019), grupos de origem Guarani começaram a ocupar a costa de Santa Catarina há mais de um milênio. Sabemos disso por conta dos estudos arqueológicos que vêm há tempos juntando elementos para desvendar informações sobre a presença indígena no estado. As datações mais antigas estão entre os anos 930 e 980 em Imbituba. Uma presença duradoura, uma ocupação efetiva de longa duração; como resultado do processo colonizatório, hoje lhes resta apenas 0,8% de todo o território catarinense.

Voltando ao documentário, há uma cena em que um ancião Guarani observa à sua frente o movimento da rodovia e uma retroescavadeira que aguardava o momento da construção de mais uma faixa. Que futuro ele poderia vislumbrar para a sua gente? Na cena subsequente se vê uma pequena parte da aldeia, do outro lado da rodovia. O povo guarani atravessado pela dita "civilidade", por muitos desconsiderado e impactado violentamente pelo avanço do "progresso".

É o que narram Hyral, da aldeia M'byá, de São Miguel, e Eunice Antunes, do Morro dos Cavalos, lideranças Guarani, enquanto passam as imagens. Eles denunciam o problema da demarcação das terras indígenas, fruto do preconceito social e racial, da especulação imobiliária e dos entraves criados pelo poder público. Vale destacar que o Estado brasileiro, desde 2015 (época em que o documentário foi produzido), tem intensificado os ataques aos direitos

indígenas, dando sequência ao projeto colonizatório que promove a exploração da terra, de todos os recursos naturais e usurpa os territórios dos povos originários. Marcos Moreira, Guarani, em seu TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, define a importância que os Guarani veem em seus territórios.

> Quando se fala do território Guarani, estamos falando de espaço, tempo, convivência, terra, animais, plantas medicinais, deuses e da crença, ou melhor o nosso yvy rupa (território ou berço da terra), tudo junto. O filho de NHANDERU, o NHAMANDU, que criou o povo guarani, que deu o ARANDUA (sabedoria e conhecimento) para que pudesse até hoje praticar o NHANDE REKO (nosso sistema), desde o significado de ocupação territorial de ter o respeito e manejo sobre a natureza (Moreira, 2015, p. 14).

Moreira ainda destaca que as antigas e atuais aldeias estão "por onde nossos antepassados sonharam". Ele se refere a lugares escolhidos/revelados por Nhanderu[37] para que neles pudessem viver, rezar, reverenciar e praticar sua cultura ancestral. Entendo que deve ser algo como esse sonho que é revelado no documentário, logo após a apresentação do problema. A imagem de uma queda d'água, o som da correnteza e as cenas da floresta nos dão a ideia do que se passa no interior da terra indígena e, aos poucos, vamos nos conectando com o ambiente e as perspectivas Guarani. É a imagem do mundo guarani, o seu ponto de vista e o seu modo de viver.

Na segunda parte do documentário, seu Adão caminha por uma trilha dentro da terra indígena. Ele percorre os caminhos da sua lembrança, o que viu e viveu, e conta que foi para a aldeia para ser um professor. Seu Adão fala dos relatórios que foram feitos na época em que chegou na região. Estes embasaram o processo de demarcação das terras. Enquanto ele narra, imagens fotográficas são exibidas: a baía da enseada, a construção da escola da aldeia, moradores indígenas antigos na floresta ou na frente de suas casas... Seu Adão afirma que os Guarani já viviam na região antes da construção da BR-101. Uma mulher Guarani, com as unhas pintadas de vermelho, apresenta fotos de seus ancestrais vivendo nas terras há muito tempo e conta histórias de sua infância, em uma época em que a rodovia federal não passava por ali. Esses relatos são interrompidos pelo canto do coral das crianças Guarani na opy, a casa de rezas, onde se mantém a fogueira sempre acesa. O fogo é sagrado para os Guarani. Segundo Ismael de Souza, pesquisador Guarani (Souza, 2020 *apud* Gottert, 2021, p. 56),

> é muito fácil dizer apenas casa de reza, pois a opy tem um significado bem maior. Não é apenas uma "casa", que serve apenas para nos abrigar. É a partir da opy que se ergue uma aldeia, que se aprende todas as coisas. Antigamente tudo era aprendido dentro

[37] Nhanderu Ru Etê é o primeiro deus que existiu. Ele fez o mundo e criou outros deuses que também são nhanderus. Fonte: https://historiaeculturaguarani.org/quem-sao-os-deuses-guarani-mbya/.

> dela, pois era ali que eram passados todos os ensinamentos e também as pessoas saiam formadas para a vida.

O documentário segue com imagens dos indígenas nas trilhas em meio à floresta, mostrando a paisagem vista por quem vive lá. Vale destacar que as imagens desse filme rompem com imaginários estereotipados sobre os indígenas ao apresentá-los mudados pelo tempo e pelo contato, utilizando recursos tecnológicos como a fotografia, adotando a vestimenta ocidental (todos estão vestidos), brincando de *skate* (criança no início do vídeo), pintando as unhas de vermelho.

Seu Adão segue contando sobre o interesse da comunidade em demarcar a terra e do papel da FUNAI, que enviou antropólogos até a aldeia para fazer um estudo mais aprofundado sobre as origens da comunidade. Esse estudo culminou em um relatório que reconheceu a região do Morro dos Cavalos como Terra Indígena. O documento foi publicado pela FUNAI em 17 de novembro de 2002. Seguem, no vídeo, imagens comprobatórias da existência do relatório, mapas genealógicos, listas de presença e fotos das reuniões, desenhos e manuscritos sobre um mapa do relevo da região com informações a respeito do cotidiano Guarani no território. Em 2008, o Ministério da Justiça reconheceu a Terra Indígena do Morro dos Cavalos. Imagens dos documentos oficiais são apresentadas para legitimar a posse dessas terras. Uma vitória!

Na terceira parte do documentário, seu Adão fala das contestações e narrativas contrárias à presença indígena na região. Segundo ele, foi a Revista Veja a primeira a iniciar os ataques, alegando que os Guarani do Morro dos Cavalos eram indígenas do Paraguai. Apesar de todas as evidências da longa presença guarani na região e entorno, os veículos de imprensa (o jornal Diário Catarinense fez coro à Veja), a serviço das oligarquias catarinenses, continuavam a empreender ataques a fim de desqualificar e impedir o acesso desse grupo aos seus direitos originários. A imagem da matéria publicada é apresentada na sequência do audiovisual. Historicamente, sempre que grupos indígenas se opunham ou ameaçavam os projetos colonizadores ou sempre que algum território ocupado por indígenas despertava o interesse de grupos econômicos detentores de poder, os indígenas eram aldeados, removidos ou expulsos de seus territórios. Mesmo com a Constituição de 1988, por meio da qual esses povos passaram a ter direito à diversidade, à autogestão e ao usufruto de terras demarcadas pelo Estado, os ataques e as tentativas de usurpação nunca cessaram e demonstram o grande racismo que estrutura nossa sociedade e que conserva a lógica de dominação colonial.

Por conta dos constantes ataques sofridos pelos Guarani, o documentário visa destacar elementos que comprovem a conexão ancestral das pessoas da aldeia com a localidade em

questão, por isso, são importantes os relatos, as fotos e os documentos apresentados para comprovar a sua presença histórica na região. Com isso, há um esforço para demonstrar que essas pessoas não são seres pretéritos, são um povo com história que não se submeterá à invisibilização. Os Guarani também demonstram ter se apropriado dos códigos não indígenas e de suas tecnologias, mostrando que mudaram, que tiveram que se reinventar e se adaptar à vida na sociedade colonizada, embora tenham mantido muitas de suas práticas.

Na sequência, Hyral e Eunice, falam dos relatos da liderança indígena Sr. Milton Moreira.[38] Estranham seu depoimento dado à mídia, dizendo que os Guarani que vivem no Morro dos Cavalos não são "brasileiros". Eunice comenta que Milton provavelmente foi pressionado. Ela destaca que a versão Guarani, a "versão verdadeira", nunca foi ouvida. Quando os indígenas tentavam falar, as autoridades "viravam as costas" e eles eram silenciados.

Na parte referente a duplicação da BR, Eunice conta que a proposta da construção de um túnel por baixo do Morro, para desativar a atual rodovia, não avançou e que existem três processos judiciais contra a demarcação da aldeia. Na última parte do documentário, Eunice lamenta as dificuldades que sofrem as populações indígenas para obter respeito a suas práticas culturais e aos seus direitos ancestrais. Segundo ela, "quando a gente dá um passo de conquista, a gente tem que estar preparado, porque já vem um bombardeio logo atrás". O documentário termina ao som do canto Guarani, com a informação de que a justiça julgou um dos processos de forma favorável aos indígenas, eliminando qualquer suspeita de fraude no relatório de demarcação. Restavam ainda mais dois processos. Ao final, Eunice caminha em uma trilha da aldeia com seu companheiro em meio a imagens de guaranis vivendo na terra à qual pertencem e que, por isso, pertence a eles.

Ao analisarmos o documentário como um todo, percebemos que existe uma tensão entre o progresso não indígena do mundo dito civilizado (representado pelas imagens das máquinas e da rodovia ao som angustiante dos veículos pesados que por ali trafegam) e o ambiente natural dos Guarani (representado pelas cenas das montanhas, das árvores e dos pequenos seres da floresta, ao som da água corrente na cachoeira e do canto). Essa linguagem dicotômica é utilizada para destacar a alteridade. Ser diferente, ter valores e hábitos que fogem, em alguma medida, ao que é imposto pelo mundo do capital não significa ser pior, ser selvagem ou ser primitivo. Nesse sentido, os guarani utilizam um recurso narrativo que enfatiza a preservação face a destruição do ambiente natural do qual os Guarani se entendem pertencentes. Dessa

[38] Milton Moreira viveu por um tempo no Morro dos Cavalos e participou das reuniões que deram origem ao relatório que possibilitou a demarcação das terras.

forma, o filme consegue inverter a lógica colonial de produções fílmicas carregadas de ideias pré-concebidas. Isso acontece ao propor, por meio da leitura das imagens, que a "barbárie" está naquele que desconsidera a legitimidade do modo de vida Guarani, que ameaça a sua existência ao promover a tomada de suas terras ancestrais sagradas. Vale lembrar que os indígenas não têm a posse das terras em que habitam, mas sim seu usufruto, e são estas terras as mais preservadas — o que beneficia os brasileiros e toda a humanidade. Segundo o Prof. Dr. Casé Angatu Xuruku Tupinambá,

> nós enxergamos a natureza não como algo a ser explorado, mas algo a ser vivenciado e protegido. Isso, em si, já é antimercadológico, anticapitalista e, de certa forma, antiestatal, porque os Estados pregam um desenvolvimentismo que vai para cima de nossos territórios.[39]

Esse modelo de olhar e de narrativa documental reflete a percepção e a própria experiência indígena, pois faz um giro de perspectiva, destaca o posicionamento político Guarani e contribui para superar os preconceitos da sociedade "moderna". Os Guarani usam o documentário para resistir e apresentar um outro lado da história, antes silenciado e negado. Com isso, subvertem a ordem histórica. Desta forma,

> [...] os povos originários deixam de ser "objetos" fílmicos para aceder a sujeitos do fazer cinematográfico, donos de um ponto de vista que reverte a forma clássica antropológica ao fazer da imagem [...], retomando a expressão de Rancière, "alcançam uma posição que lhes permite tornar visível o que não era visto e sustentar uma fala em contraposição a uma condição que os reduzia a animais barulhentos" (Guimarães, 2015, p. 46 *apud* Andrade; Alves, 2020, p. 87).

É importante ressaltar que este documentário Guarani representa uma nova forma de se pensar produções fílmicas relacionadas à etnografia. No passado não era assim. Paulo Menezes reflete sobre a difusão do processo civilizatório moderno e as tentativas de sua negação nos primeiros filmes do cinema documental. Em *O nascimento do cinema documental e o processo não civilizador*, o autor demonstra, por meio de suas análises sobre os vídeos *Nanook do Norte* e *Ao redor do Brasil*, que transformações civilizatórias criaram ideias, conceitos e modelos que levaram os europeus a acreditarem ter atingido um grau de desenvolvimento tecnológico que os diferenciava dos demais seres humanos. Convenceram-se da ideia de que

> o Homem não é mais um animal, mesmo que mamífero, da mesma forma que o homem não é mais Natureza, mesmo que continue orgânico. [...] O que não é a referência (homem branco europeu) é reduzido a outras categorias, desvalorizado em sua humanidade por suas aproximações com a natureza, sendo concebido, em consequência, como primitivo, como selvagem ou, na versão mais complacente, como exótico (Menezes, 2005, p. 91).

[39] http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba.

Segundo Menezes (2005), os primeiros filmes/documentários sobre povos distantes reproduziram esse olhar colonial do exótico, do primitivo e do romântico bom selvagem. Montados intencionalmente para mostrar esses povos como intocados e isolados, os filmes criaram um "padrão de referência de como se 'retratar' a 'alteridade'" (p.73) e de como ocultar as consequências do contato "civilizatório" nas ressignificações culturais de cada grupo humano.

De forma bastante diferente, o documentário Guarani, muito mais recente, mostra os Guarani como povos afetados pelo contato. Justamente por isso, faz o contraponto entre o "processo civilizador", representado pela BR-101, e a "terra ancestral", a terra do Morro dos Cavalos. Transpõe a lógica colonial ao compor uma narrativa que reelabora os esquemas fílmicos ao modo indígena, para apresentar o olhar guarani, enunciar sua perspectiva e seu protagonismo na produção, na montagem, no testemunho oral e documental e na narração. O filme-documentário Guarani torna-se uma iniciativa necessária para fazer ecoar suas vozes, um meio de obter a visibilidade que nunca tiveram na história oficial. É também um instrumento de luta, uma aposta indígena na lucidez e no bom-senso da sociedade não indígena.

4 PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME

4.1 A FORÇA DO EUROCENTRISMO EM NARRATIVAS DIVERSAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS EM SÃO JOSÉ

Quando conversamos ou lemos relatos de pessoas mais velhas que cresceram no município de São José e região, são muitas as narrativas sobre os chamados bugres[40]. Histórias aqui e ali, sem muita conexão, às vezes sem desfecho e continuidade, repletas de estereótipos, às vezes de aversão ao outro e, às vezes, de pena, por conta das violências cometidas ou por conta da condição de "pobreza" que é a forma como muitos interpretam as maneiras de viver dos povos indígenas. Ideias assim também aparecem em relatos de colonos e são encontradas em alguns documentos históricos sobre o município e em materiais produzidos por memorialistas, sendo necessário reuni-las para poder refletir a respeito delas e compreendê-las melhor. Muitos exemplos dessas histórias estão registradas no livro *Alfredo Wagner: terra, águas e índios*, de autoria do memorialista Altair Wagner (2002, p. 197).

> Conta Ermelindo de Souza, residente em Arroio do Boi, município de Alfredo Wagner, em 12/2001. Na década de 30 era a região coberta de pinheiros e outras matas. **Havia muitos índios na região** (grifo meu), jogavam pedras e paus – queriam comida, estavam com fome. Conta que viam os índios, quando chegavam mais perto eles desapareciam no mato. Nunca foram atacados.

A região do município de Alfredo Wagner já pertenceu ao território josefense no século XIX. Importa, nesse relato, a constatação da existência de muitos indígenas na região durante a década de 1930. Além disso, o colono afirma que eles estavam com fome, mas que nunca foi atacado. Não é difícil imaginar que a fome indígena tem relação com o avanço colonial e com a competição que eles tiveram que passar a travar com os colonos na disputa pelos recursos da floresta.

Infelizmente, a maioria dos relatos não segue essa linha. A maioria fala de situações de extrema violência contra os indígenas, em embates bastante desproporcionais em que esses eram frequentemente vítimas de ataques com armas de fogo. Não havia conhecimento, não havia entendimento dos colonos sobre a maneira de viver dos grupos indígenas da região.

Segundo Wittmann e Briguenti (2018), os povos indígenas que habitam o território catarinense são descendentes de povos originários que viveram nestas terras há milhares de

[40] Como dito anteriormente, "bugre" era o termo pejorativo usado pelos colonizadores para se referirem aos grupos indígenas hostis aos europeus.

anos. Esses grupos indígenas viviam em territórios históricos amplos, não reconhecendo fronteiras. Tinham, assim como os seus descendentes têm hoje, uma forte ligação com suas terras tradicionais, sendo os territórios de ocupação de indígenas atuais ainda ligados aos mesmos espaços de vivência de seus ancestrais.

De acordo com informações e pesquisas arqueológicas na região, os vestígios que demonstram a presença humana neste território datam de períodos muito anteriores ao colonial. É o que afirma Angela Sabrine Salvador, em sua dissertação de mestrado sobre a presença indígena na Ilha de Santa Catarina (Salvador, 2017, p. 31-32).

> As primeiras evidências arqueológicas de ocupação humana no litoral catarinense têm cerca de 5000 anos e são atribuídas aos caçadores-coletores-pescadores que construíram os famosos sambaquis (Deblasis et al, 2007). Por volta de 2000 anos atrás, há uma modificação no padrão deposicional destes sambaquis e, além das conchas e das características funerárias, há grande quantidade de restos faunísticos e sedimento escuro, com ou sem presença de cerâmica (Deblasis et al, 2013). A presença da cerâmica aponta para uma ocupação ou contato com grupos Jê, uma vez que esta cerâmica possui características atribuídas à Tradição Taquara/Itararé, ou seja, a um dos indicadores do grupo chamado Jê meridional. Há cerca de 1000 anos atrás, subindo do litoral do Rio Grande do Sul, chegam ao litoral central de Santa Catarina os Guarani (Bonomo et al, 2015).

Essas informações apresentadas pela autora, juntamente com as pesquisas em alguns sítios arqueológicos em Florianópolis e região continental,[41] evidenciam que os Laklãnõ-Xokleng, os Guarani e os Kaingang já se moviam por essas áreas e habitavam as regiões do atual território de Florianópolis e de São José da Terra Firme (região continental) muito tempo antes da chegada dos europeus. Eles percorriam e ocupavam grandes espaços territoriais pelo sul do país, incluindo o litoral, e tiveram que se adaptar à presença uns dos outros na ocupação desses espaços.

Essa presença é confirmada também por relatos de navegadores e colonizadores europeus em diversos tempos e espaços diferentes, resultando em um conjunto de elementos que, apesar de expressarem uma visão eurocentrada e colonial, demonstram a presença e a agência dos povos indígenas em todos os períodos da história desta região.

Em 1550, o viajante alemão Hans Staden escreveu que, quando chegaram à baía entre a Ilha e a Terra Firme (hoje São José), avistaram um europeu, trazido pelos indígenas em canoas tradicionais. Ao perguntarem onde estavam, ele disse: “Vocês estão no porto de Jurumirim, como os nativos o chamam, ou no porto de Santa Catarina, como os que o descobriram batizaram-no” (Staden, p. 38). Portanto, não houve o descobrimento que argumentaram, aqui

[41] https://floripaarqueologica.com.br/mapa/

na região foi o "encobrimento" que foi posto em prática. A ocupação, a tradição e o saber indígena foram desconsiderados pelos europeus. O "descobrimento" relatado pelo europeu era frágil, pois pouco conheciam sobre os mistérios da nova terra em que chegaram. Eles precisavam dos indígenas para sobreviver. José Murilo de Carvalho (1999) problematiza a questão: no Brasil, "as relações dos portugueses com os nativos teriam sido amigáveis. Será? Imenso encobrimento".[42]

Cabe destacar a forma como Staden se refere aos indígenas. Chama-os ora de nativos, ora de selvagens, demonstrando que desconhecia e subestimava os povos com quem começava a manter contato. Era o eurocentrismo que se manifestava e era evidente que, por trás da palavra selvagem, se escondia a intenção de se autoafirmar sobre o outro, considerando-o inferior.

Nesse sentido, Luciana Ballestrin (2013, p. 102) explica o desenvolvimento da modernidade e da hierarquização/racialização colonial que a acompanha, citando Dussel (2000, p. 49):

> a civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. [...] 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização [...] 7. Por último, e pelo caráter "civilizatório" da "Modernidade", interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da "modernização" dos outros povos "atrasados" (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etecetera.

Diante disso, percebemos que, nos relatos de Staden, fica evidente a ideia de que os povos nativos tinham a obrigação de servir e ajudar os europeus. Na verdade, o que se estabelecia era uma relação de escambo de objetos feitos pelos europeus por alimentos, conhecimentos e hospitalidade por parte dos indígenas, trocas realizadas com um povo que tinha história e tradição milenares, os Carijó. Sobre isso, Staden (1557, p. 38) conta que, ao chegarem no porto de Santa Catarina (como o chamaram), encontraram um cristão espanhol que relatou que

> [...] três anos antes ele mesmo tinha sido enviado da localidade de Assunção, na província do Rio da Prata, pertencente aos espanhóis. [...] Havia sido encarregado de fazer com que os Carijó, uma tribo amiga dos espanhóis, plantassem mandioca, de modo que os navios recebessem alimentos dos selvagens, quando necessitassem. [...] Fomos com os selvagens para suas cabanas, onde também morava o cristão e onde nos receberam ao modo deles.

Embora possa parecer que os indígenas tinham se tornado cativos das vontades europeias, ressaltamos que os diversos povos originários que habitavam a América reagiram de

[42] https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_6_4.htm

formas diversas no contato com os colonizadores europeus. Sobre isso, Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 26) nos diz que "os índios não estavam à disposição dos europeus e se muitos os receberam de forma extremamente aberta e cordial [...] não o fizeram por ingenuidade ou tolice". Essa visão do contato dá protagonismo e evidencia a agência que os indígenas exerceram na dinâmica da colonização. Além disso, neutraliza o encobrimento perpetrado pelos europeus. Um exemplo dessa agência aparece no relato de Staden, que conta sobre as dificuldades que enfrentou após o naufrágio de um de seus barcos.

> Equipamo-nos, então, para a continuação da viagem, e reunimos mantimentos para seis meses, pois até o Rio da Prata havia ainda cerca de trezentas milhas. Quando tudo estava pronto, o grande navio afundou no porto, fazendo com que a viagem planejada não pudesse ser realizada. Ficamos dois anos na selva e sobrepujamos muitos perigos. Passamos muita fome, tivemos de comer lagartos e ratos do campo e outros animais desconhecidos que conseguíamos apanhar [...]. No início os nativos nos traziam bastantes mantimentos, até conseguirem de nós bastantes objetos em troca. Depois, a maior parte se mudava para outros lugares. Também não podíamos confiar neles plenamente (Staden, 1557, p. 40).

Assim, os Carijó da região (Ilha e Terra Firme) agiam constantemente ao promover alianças com os europeus que não lhes eram hostis, no caso, os espanhóis (os portugueses eram aliados dos tupiniquins[43], inimigos dos carijós,[44] e por vezes os sequestravam para que trabalhassem como escravos nas lavouras de São Vicente), e quando lhes era favorável realizavam trocas de mantimentos e água para abastecer os navios em troca de ferramentas e outros objetos que para eles significavam um grande auxílio em suas tarefas cotidianas. Quando julgavam oportuno, acolhiam os europeus; quando não, os abandonavam à própria sorte e se mudavam para outros lugares. Isso é agência, é escolha, mesmo que muitas vezes limitada pela colonização. Por outro lado, chama a atenção a dependência que tinham os europeus da ajuda dos povos indígenas e de seus conhecimentos. Staden reclama do fato de ser abandonado por eles. Posteriormente, com o avanço da colonização, além de efetivarem a escravidão dos povos originários e promoverem um grande genocídio entre eles, os europeus vão atuar para garantir que os povos indígenas se mantenham afastados de "suas" terras, de "suas" vilas, de "seus" povoados.

---

[43] Na atualidade, os Tupiniquim habitam três Terras Indígenas no norte do Espírito Santo, a TI Tupiniquim, a TI Caieiras Velhas II e a TI Comboios, todas localizadas às margens do Rio Piraquê-Açu. No século XVI, os Tupiniquim ocupavam uma faixa de terra situada entre Camamu, na Bahia, e o rio São Mateus (ou Cricaré), alcançando a Província do Espírito Santo. Esses indígenas também viviam na região do Rio Piraquê-Açu, onde em 1556 foi fundada, pelo jesuíta Afonso Brás, a Aldeia Nova. Fonte: ISA. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupiniquim. Acesso em 01.03.2022 às 18h15min.

[44] Os Carijó ou Cario (também chamados Karios, Carrioces) viviam na faixa litorânea do estado, desde a atual cidade de São Francisco do Sul até o norte do Rio Grande do Sul, incluindo a Ilha de Santa Catarina. É o primeiro grupo a ter contato com o europeu a partir de 1503 (Lavina, 1999, p.73). Carijó era a forma como eram conhecidos os Guarani que viviam na costa sul do Brasil. Sua presença no estado é confirmada por meio de vestígios arqueológicos que datam de 930 ou 980 d.C.

Os relatos dos diversos viajantes e cronistas europeus pela baía entre a Ilha de Santa Catarina e a Terra Firme revelam a importância e a dinâmica do papel dos indígenas nas experiências dessas pessoas ao passarem por esta região. Nas narrativas de Aleixo Garcia, náufrago da expedição de Juan Dias Solis (1516), salvo pelos nativos, consta que ele "conviveu muitos anos com os indígenas da Ilha e, tendo ouvido falar constantemente na existência da denominada Serra do Prata, no interior dos sertões brasileiros, entre 1524 e 1526, reuniu-se com alguns Guarani e entrou mata adentro". Solis chegou à Bolívia e cometeu saques com os homens que o acompanhavam; na volta, foi morto. Conta-se que alguns indígenas retornaram à Ilha com objetos de ouro e prata (Corrêa, 2005, p. 27-28). Esse relato surpreende porque coloca os povos originários como sujeitos fundamentais para a sobrevivência e para a concretização dos desejos e ambições dos europeus que por aqui passaram. Não teriam conseguido nada sem a ajuda dos Guarani, que os conduziram ao longo do caminho do Peabiru[45].

Apesar de não priorizarem elementos materiais em suas culturas como os europeus, as ferramentas e os artefatos que os indígenas conseguiam com eles significavam um grande avanço tecnológico em seu modo de viver. É importante compreender que também os indígenas agiam para defender seus objetivos e garantir a sua sobrevivência. Diante disso, os indígenas nos mostram como a sua história pode apontar dinâmicas que envolvem mudanças a partir de interações culturais com outros grupos. É como assinalou John M. Monteiro (1999, p. 241): "pode-se sublinhar um certo modelo de contato que tem criado imagens problemáticas que oscilam do mais puro índio isolado ao mais descaracterizado índio assimilado". Entre esses dois extremos, muita coisa aconteceu na trajetória histórica dos diversos grupos indígenas.

Entretanto, não é uma tarefa fácil olhar para trás e tentar perseguir a trajetória dos povos originários. Isso porque eles não são o "povo da mercadoria", conforme nomeou o xamã Yanomami Davi Kopenawa os brancos que invadiram suas terras, não deixaram "rastros" na natureza e documentação escrita. Ainda assim, apesar das poucas fontes sobre o passado, é fundamental promover esforços para compreender melhor suas jornadas e contribuir para devolver o protagonismo que lhes foi negado.

Compreender os indígenas como sujeitos detentores de histórias é caminhar para um futuro em que essas pessoas não sejam negligenciadas em seus direitos ou desumanizadas pelos mesmos discursos coloniais que há muito tempo promovem a perseguição de seus corpos, de seus modos de ser e de viver. Modos estes que se preservam em meio aos (des)encontros que

[45] A palavra Peabiru é de origem tupi-guarani e significa "caminho de terra batida". Consiste de uma rede estradas e trilhas construídas pelos indígenas sul-americanos, ligando o litoral sul do Brasil até o Peru totalizando aproximadamente três mil quilômetros de extensão.

advém do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou e que também foi afetado. Esses discursos coloniais atuam constantemente a serviço do desaparecimento indígena da história, utilizando argumentos voltados à assimilação e ao genocídio. Essa é a questão em que reside a importância de conhecer esses discursos do passado e os atuais que geraram e ainda geram ações violentas, mas que enfrentam uma resistência indígena de longa duração responsável por apresentar a história de uma forma bem distinta da narrativa tradicional cristalizada.

Um desses exemplos de narrativa sobre os indígenas no município de São José é apresentado no livro *São José: 250 anos*. Organizado pelo professor Vilson Francisco de Farias (2001), a obra foi pensada para servir como um manual de história local ao professores do ensino fundamental. É o livro mais usado nas escolas e uma das únicas fontes de pesquisa sobre a história de São José, inclusive sugerido pelo Arquivo Histórico do Município. A obra do professor Vilson foi patrocinada pela Prefeitura Municipal de São José e por empresários da região e aborda a questão indígena em seu Capítulo 4, sobre a ocupação humana de São José. Nesse trecho, intitulado "Povoadores primitivos – os índios**"**, o autor afirma que "os índios habitavam o litoral e migravam, procurando sempre o local onde tivesse água potável, próximo ao mar, com mata atlântica para a caça, e onde pudessem plantar, pois, além de respeitar, eles amavam a natureza". Aqui o autor trata esses povos de forma bem genérica ao chamá-los de "índios", e até mesmo romântica ao não mencionar as disputas interindígenas que aconteciam no período pré-colonial. Ao afirmar que eles respeitavam e amavam a natureza, demonstra reconhecer a importância desses sujeitos ao mesmo tempo que os retrata como seres pretéritos (usa verbos no passado), apagando sua existência. Ademais, o autor revela desconhecimento sobre a relação entre os povos indígenas e as suas terras ancestrais, como nos esclarece o historiador Tupinambá (grifos meus),

> nós não somos donos da terra, nós somos a terra. O **direito congênito, natural e originário** é anterior ao direito da propriedade privada. [...] Pelo fato de nós sermos a terra, temos o direito de estarmos na terra e o direito de proteger o que chamamos de sagrado, a natureza; é ela que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos.[46]

Além disso, Farias apresenta poucas informações sobre os grupos a que se refere, mencionando ora os homens do sambaqui, ora os Carijó, ora os Guarani.[47] De forma geral,

[46] **Casé Angatu Xukuru Tupinambá**, em entrevista por telefone ao **Instituto Humanitas Unisinos On-Line**. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba. Acesso em 08.09.2021 às 10h45min.

[47] O autor poderia ter aproveitado para contar algumas das tantas histórias Guarani. Hoje, muitas dessas histórias foram registradas pela indígena Elizete Antunes em seu trabalho de conclusão do curso de Licenciatura

coloca os indígenas como seres perfeitos e pretéritos, “bons selvagens”, que pertencem apenas a um passado imutável. Os reconhece como humanos por inserir o assunto no primeiro tópico do capítulo “ocupação humana de São José”, mas não leva em conta as suas subjetividades, suas resistências e suas capacidades de se transformarem diante das adversidades, que lhes possibilitou a persistência e a existência até os dias de hoje.

Assim, Farias apresenta os indígenas de uma forma superficial, como pessoas “primitivas”, protagonistas de um passado distante. Apesar de reconhecer que “nossa história está ligada aos primeiros e verdadeiros donos da nossa terra” e de tentar comprovar a presença de indígenas na história josefense, o autor acaba corroborando para a invisibilização desses sujeitos no presente ao não os mencionar como munícipes atualmente.

> Os índios foram aos poucos sendo eliminados ou afastados das terras josefenses a partir do momento em que os primeiros brancos de origem europeia chegaram à região no século XVII. Os bandeirantes paulistas foram os brancos especializados em aprisionar índios para o comércio. Mataram, prenderam ou afugentaram a maior parte da população indígena já no referido século (Farias, 2001, p. 82).

Percebemos então que, de forma geral, o texto de Farias coopera com a crença do desaparecimento da população indígena de São José, mas se contradiz com algumas informações que apresenta sem destaque ou reflexão, e que possibilitam o entendimento de que, na verdade, os indígenas nunca deixaram de existir por aqui. Por exemplo, na página 85, citando um trecho do livro de Ivete Ouriques Quint, *Danças folclóricas da ilha de Santa Catarina* (1979), Farias (2001) afirma que

> os Guarani construíram conhecimentos, muitos dos quais foram absorvidos pela sociedade nacional nos últimos cinco séculos, deixando marcas culturais das quais a população em geral não tem noção da origem. A começar por uma grande quantidade de palavras Tupi-Guarani que integram a língua portuguesa falada no Brasil. É o caso das nomenclaturas relativas à flora (babaçu, içará), fauna: inhambu, jacu, jundiá, e a toponímia (nomes de lugares): Itaguaçu, Maruim, Imbituba, Itapema, Jurerê.

É bom destacar que, nesses lugares mencionados, assim como em muitos outros do território brasileiro, os colonos adotaram culturas e técnicas agrícolas criadas pelos povos originários. No caso dos Guarani, é importante ressaltar que eles eram exímios agricultores, sendo que suas contribuições foram muito além de nomenclaturas. Sobre isso, a geógrafa Angela Maria Resende Couto Gama (1998, p. 103), ao falar sobre a colonização no município de Santo Amaro e região, cita Waíbel para nos lembrar que “quase todos os colonos imigrantes eram pobres e com pouca experiência na agricultura, acabaram adotando o sistema agrícola dos

---

Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, disponível em https://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Elizete-Antunes.pdf.

nativos". Se apropriaram dos conhecimentos indígenas sobre o manejo das roças, sobre a produção do milho e da mandioca e sobre a produção e os usos de suas farinhas. Dessa forma, os indígenas foram fundamentais ao possibilitar a sobrevivência dos europeus que se aventuravam na América.

Se os conhecimentos produzidos pelos guarani foram de fato absorvidos ao longo de cinco séculos pela sociedade nacional, como afirma Farias, isso significa que eles não foram exterminados e muito menos ignorados pelos colonizadores; ao contrário, seus saberes teriam sido importantes na composição da cultura e da sociedade local. Afinal, os indígenas são detentores de "processos históricos portadores de mudanças" (Almeida, 2010, p.15). Eles foram afetados pelo outro, mas também deixaram marcas que mudaram a história de toda a população.

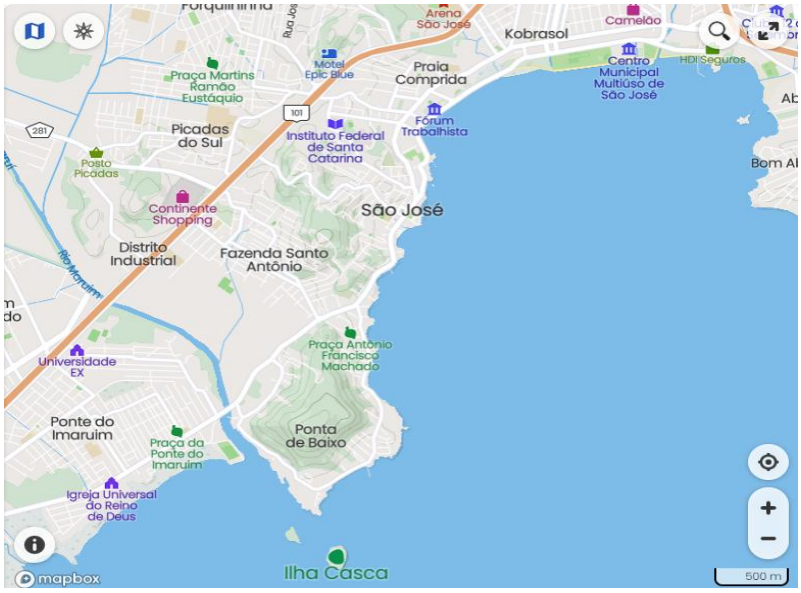
Farias termina seu texto apresentando mais uma evidência da presença indígena no município de São José: "em documento de 1750, do governador da capitania, consta que na Serraria de El Rey havia dois cabos e sete índios". Esse lugar teria dado nome ao atual bairro de São José conhecido como "Serraria" (Farias, 2001, p. 86). De fato, como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, "do século XVI ao XIX, os índios inseridos no mundo colonial, em diferentes regiões da América portuguesa, continuavam muito presentes nos sertões, nas vilas, nas cidades e nas aldeias" (Almeida, 2010, p. 14).

Além disso, para demonstrar a presença, as principais fontes de Farias são vestígios arqueológicos deixados em sambaquis e oficinas líticas — estes são vestígios muito antigos. Usar apenas esse tipo de abordagem auxilia na disseminação da ideia errônea de que os povos indígenas são seres pretéritos e homogêneos. Mesmo tendo sido escrito em 1999, já existiam elementos sobre as culturas indígenas contemporâneas ao autor, que poderiam ter sido utilizados no livro para demonstrar a presença e a agência desses povos na atualidade. Muito próximo a São José, já havia duas aldeias Guarani. Hoje, esses grupos vêm produzindo muito conteúdo próprio, os quais têm sido divulgados em vídeos, livros, entrevistas etc.

Por outro lado, Farias demonstra muito interesse em apontar a presença indígena em São José, mas o faz, como dito anteriormente, destacando fragmentos de sua contribuição cultural e elementos de sua existência no passado.

> Dos registros documentais consultados, só constam dados sobre a presença de sítios arqueológicos em São José, na Ilha da Casca, junto ao Rio Maruim, embora tais sinais com certeza existam em outros pontos, apenas não tendo sido localizados ainda até 1998. Sabe-se, no entanto, que migravam de um lado para o outro na região, e os sinais de sua presença são encontrados tanto em Biguaçu (São Miguel), sob a forma de oficina lítica, como em Palhoça (junto ao Rio Maruim), na forma de sambaqui (Farias, 2001, p. 85 e 86).

Figura 5 - Mapa da fronteira entre São José e Palhoça, em destaque a Ilha da Casca.



Mapa da divisa entre os municípios de São José e Palhoça, estabelecida pelo contorno do Rio Maruím. A Ilha da Casca, em destaque, localiza-se na foz do rio, em frente ao Balneário de Guararema, região mais conhecida como praia da Ponta de Baixo. Disponível em https://mapcarta.com/pt/36264548. Acesso em 19.12.2021.

Portanto, Farias aponta evidências da presença de povos indígenas nos municípios vizinhos de São José, sendo este um território de passagem e circulação de muitos povos. Em 2017, foram encontrados novos sítios arqueológicos em Palhoça e Biguaçu, por conta das obras do contorno viário da Grande Florianópolis. Descobriu-se artefatos em pedra e materiais cerâmicos que evidenciam uma ocupação pré-colonial na região. Segundo a Coordenadora de Meio Ambiente da Autopista Litoral Sul, Daniela Bussmann, em matéria publicada pelo ND Mais, no jornal Notícias do Dia, do grupo Record, "[...] já foram identificados 6 sítios arqueológicos.[...] Foram quatro meses de coleta detalhada de artefatos no trecho que passa pela região da Pedra Branca, em Palhoça". Segundo a reportagem de Marcos Horostecki, que entrevistou também o arqueólogo responsável Valdir Schwengber, "Em Biguaçu, na região do Rio Inferninho 1, foi identificado o sítio mais significativo de todo o projeto. Ele foi reconhecido como sítio histórico por apresentar vestígios do período colonial ou pós-colonial, como resquícios de construções".[48]

[48] Matéria disponível no link https://ndmais.com.br/noticias/sitios-arqueologicos-sao-encontrados-em-obra-do-contorno-viario-da-grande-florianopolis/. Acesso em 05.11.2021 às 11h.

Achados como esse contribuem para a uma nova escrita da história indígena, trazendo elementos para comprovar a sua presença na região antes, depois e durante todo o processo colonizatório e a manutenção de sua existência, apesar da violência do contato e dos dias atuais.

Além do mais, se voltarmos nosso olhar para o século XVI, é possível perceber que as informações expostas por Farias têm certa conexão com alguns relatos de Hans Staden. Por exemplo, Staden conta que passou uma noite em uma pequena ilha que ficava na baía entre a ilha grande e o continente, em frente à foz de um rio. A única ilha na baía com essa localização fica em São José.

> Avistamos, então, algumas palhoças frente à floresta, num vale. Dirigimo-nos a elas. Eram velhas cabanas desabitadas. Prosseguimos até ficar noite e fomos para uma pequena ilha que estava à nossa frente, na embocadura do rio, para lá pernoitarmos, pois nos parecia o lugar mais seguro. Quando chegamos, já era noite. Por isso, achamos imprudente desembarcarmos para o pernoite. Somente quando alguns de nós contornaram a ilha sem perceber a presença de ninguém é que nos instalamos, fizemos fogo, cortamos uma palmeira e comemos o palmito (Staden, 1557, p. 37).

Diante do narrado por Staden, acreditamos que o lugar onde ele e os demais tripulantes passaram a noite seja a Ilha da Casca,[49] que fica bem em frente à foz de um rio, o Maruim (mosquito em Tupi-Guarani). Apesar de Staden afirmar que nessa ilha não havia ninguém, foi lá que encontraram o único sítio arqueológico de São José. Esse relato também nos dá a dimensão do medo que tinham os europeus dos indígenas, pois só desceram das embarcações quando constataram que o local estava desabitado naquele momento.

Outra obra importante sobre a história do município e que também cita a presença indígena na região, é o livro *São José da Terra Firme* (2007), de Gilberto Gerlach e Osni Machado. Os autores reproduzem um texto de Debret (1826-27) sobre o chefe dos Bororenos, também chamados "bugres", e a preparação de um ataque à região das águas termais na bacia do Rio Cubatão, em 1815. Debret descreve quase com admiração a exímia qualidade guerreira e a sagacidade apresentada pelos indígenas na preparação de suas táticas de combate. Segundo Debret, a descoberta das águas termais,[50] "numa das várias montanhas próximas à Ilha de Santa

[49] Esta ilha fica em frente ao Balneário de Guararema, que em Tupi-Guarani significa pau-d'alho ou árvore de alho, devido a seu forte odor. Os colonizadores chamaram a região de Ponta de Baixo, hoje um dos bairros do município.

[50] Agoas mineraes = Nas vizinhanças da margem do norte do rio Cubatão, se descobrirão, ha alguns annos, nascentes de agoas mineraes quentes, de que varios individuos enfermos tem usado com reconhecido proveito: não sei que existao outras nesta Capitanía. [...] He necessario analysar as qualidades, e virtudes destas agoas, e os seus effeitos nas curas das enfermidades; porém não me consta que já se tenha mandado áquelle lugar philosopho algum chymico para fazer huma similhante indagação. Em 1812 eu mesmo trouxe para esta Côrte algumas garrafas com estas agoas para serem analysadas, e nunca soube o resultado da analyse. Consta que muitos doentes da Divisão dos Voluntários Reaes d'EIRei, fizerão uso das indicadas agoas, quando a Divisão esteve em Santa Catharina, com reconhecido proveito (Brito, 1816, p. 37).

Catarina", passou a tornar essa região mais frequentada. Por isso, ali foi construído um posto militar. Esse fato teria incomodado os indígenas que

> [...] constantemente excitados pela incômoda presença destas pessoas, eles resolveram aniquilar este posto militar, como única e mais segura forma de tornar desacreditado este novo estabelecimento, que eles viam como uma invasão intolerável efetuada sobre seu território. Adotando este projeto de vingança, eles se lançaram com entusiasmo nos preparativos de guerra e começaram a abater as árvores próximas a este posto, de forma a impedir a vinda de qualquer socorro ou a retirada dos soldados que eles queriam exterminar. Seu instinto cruel, sempre fértil em estratagemas de guerra, fez com que escolhessem para este ataque noturno o período de um primeiro quarto de lua, cujo clarão momentâneo fosse suficiente, em meio às florestas virgens, para organizar numerosas emboscadas que deveriam estabelecer sobre a linha de bloqueio. [...] Num instante, o pequeno corpo de guarda foi investido por um número considerável destes bárbaros; estes, lançando-se de todos os lados, empregavam todos os meios possíveis de extermínio, massacrando os surpresos soldados durante o sono, já envolvidos pelas chamas e pelos espessos turbilhões de fumaça, impotentes protetores da existência ameaçada por alguns fugitivos, que caíam logo nas primeiras armadilhas preparadas para apressar sua morte inevitável. Esta funesta catástrofe aterrorizou por longo tempo os habitantes da Ilha de Santa Catarina (Gerlach; Machado, 2007, p. 24-25).

É possível que esse regimento, que fazia a proteção da região, tenha sido atacado pelos indígenas que foram vitoriosos por estarem os milicianos (soldados) "faltos de armamentos" (Brito, 1816, p. 71) ou a derrota dos colonos teria sido, conforme afirma Debret, resultado da mentalidade indígena "fértil em estratagemas de guerra".

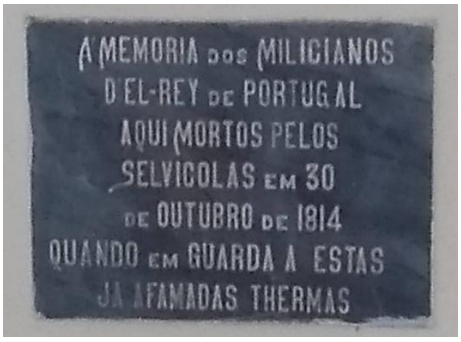
Além disso, chama a atenção a riqueza de detalhes com que Debret relata o episódio. Estaria ele relatando com fidelidade aos fatos? Talvez estivesse se baseando nas histórias contadas pelos moradores, uma vez que visitou a região mais de dez anos depois do ocorrido, em 1826. No entanto, é interessante perceber o tom de admiração do relator em relação as estratégias de guerra adotadas pelos indígenas contra os europeus. Além do mais, o episódio atribuiu uma "má" reputação aos "Bororenos", possivelmente os Laklãnõ Xokleng da região que receberam esse apelido, considerados, a partir de então, como cruéis, bárbaros e vingativos. Maria Regina Celestino de Almeida, ao se referir às relações entre os indígenas dos sertões de Minas Gerais e Espírito Santo com os colonos portugueses, afirma que "essa reputação, no entanto, construída a partir dos interesses dos colonizadores, pode ter servido também aos botocudos" (2010, p. 66). Ou seja, como disse Debret, "esta funesta catástrofe aterrorizou por longo tempo os habitantes da Ilha", o que significa que essa atitude guerreira, firme e impiedosa gerou medo e manteve os europeus longe dos sertões por mais alguns anos ou até décadas, como no caso das terras do interior de São José da Terra Firme.

É importante ressaltar que a região das águas termais, na bacia do Rio Cubatão, provavelmente foi uma área considerada sagrada por esses indígenas. Desde que foi descoberta por europeus, a região foi alvo da cobiça dos colonos por conter águas termais com propriedades

curativas. Obviamente, os grupos nativos que circulavam por essas áreas, conhecedores da localidade, já sabiam da qualidade e dos benefícios de tal fonte e de suas águas para a saúde. Além disso, a existência de araucárias nesses espaços nos leva a crer que elementos dos grupos Jê (Laklãnõ Xokleng e Kaingang), que viviam em Santa Catarina, circulavam por esse território coletando sementes do pinhão, um de seus alimentos tradicionais.

Ademais, não é difícil imaginar que a região das águas termais deve ter sido também alvo de disputas interindígenas e que os Laklãnõ-Xokleng, guerreiros botocudos/bororenos/bugres, como eram chamados pelos europeus, com suas táticas, tenham conseguido tornar-se vitoriosos no combate contra outros grupos indígenas e, talvez por isso, controlavam a região.

Figura 6- Placa de homenagem aos milicianos



Placa em homenagem aos soldados mortos pelos indígenas.
Em exposição no Hotel Caldas da Imperatriz até hoje. Foto: Andréa Vicente/2020.

Segundo Silvio Coelho dos Santos (1973), em 1808, o Príncipe Regente D. João VI, por meio de uma Carta Régia, "determinava que se fizesse guerra aos Índios que realizavam incursões nas cercanias de Lages. Depois, uma placa de bronze existente em Caldas da Imperatriz, município de Santo Amaro, [...] dá-nos notícia da presença dos indígenas [...]"(p. 60). Confirmado o depoimento com a imagem da citada placa acima, percebemos que, assim como Debret também relatou (com a diferença de um ano na data), em 1814, ao disputarem com os indígenas o domínio das águas termais, os colonizadores amargaram uma grande derrota. É importante destacar que a placa é uma homenagem àqueles que lutaram contra os povos indígenas e que foram mortos por eles. Evidentemente, por ter sido encomendada pelo poder colonial, não iria mencionar que foram os soldados que invadiram o território indígena.

O episódio comprovado pelos dois depoimentos e pela placa, demonstra que os indígenas agiram para impedir o avanço colonial. No entanto, fica a pergunta sobre as razões que levaram essa placa tão antiga estar tão bem preservada e ainda permanecer no hotel das termas de Santo Amaro (prédio antigo que, no passado, foi construído para ser um hospital e

que recebeu a visita de D. Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Tereza Cristina). Estaria lá para lembrar a todos que usufruem dos benefícios das águas minerais dos “sacrifícios” feitos pelos antepassados brancos para conquistar os privilégios advindos com a dominação colonial? Ou estaria lá para mostrar que a história é escrita por quem vence ao final? Importa mesmo destacar é que os Laklãnõ Xokleng viveram na região, estavam presentes, agiram para defender seus territórios e, mesmo com todas as violências sofridas, permaneceram circulando pelas montanhas do maciço do Cambirela até pelo menos a década de 1970, segundo relatos de Sílvio Coelho do Santos (1973).

4.2 PRESENÇA/AGÊNCIA HISTÓRICA INDÍGENA: PARA UMA NOVA HISTÓRIA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ

Já discorremos intensamente sobre a necessidade de adotarmos novas formas de narrar e viabilizar o ensino de História Indígena. Face a essa questão, nos deparamos com o desafio de auxiliar professores da rede municipal de ensino de São José a compreender pautas indígenas e a incorporar novas formas de contar e ensinar uma história que supere preconceitos, que dialogue com esses sujeitos e que atue para uma formação mais humana e diversa, respeitando a lei 11.645/2008 e suas diretrizes.

Nesse sentido, entendemos que, para contar a história da presença indígena em São José, é necessário centrar nosso olhar na questão territorial. Como dito anteriormente, São José da Terra Firme possuía um território amplo na época de sua criação como freguesia, após 1750. Neste extenso território, habitavam os Guarani, os Laklãnõ Xokleng e, em menor quantidade, os Kaingang que circulavam pela região, definitivamente esses grupos não reconheciam as fronteiras criadas pelos colonizadores. Os Guarani por exemplo, povo indígena que até hoje se mantém mais próximo a São José, consideram a região do entorno da Serra do Tabuleiro como área de terras ancestrais sagradas. Sobre isso, o professor Guarani Marcos Moreira (2015, p. 13) nos ajuda a compreender melhor o significado destas terras para esse povo.

> As antigas aldeias e atuais estão por onde nossos antepassados sonharam ou terra revelada por NHANDERU para que ali pudéssemos viver e praticar tudo que nossos ancestrais por algum momento rezaram para que nós hoje continuássemos á reverenciar por tudo e por todos. Quando rezamos para as quatro direções ao céu e à terra ao pai sol a NHANDERU e NHANDE TCHY, quando vamos ocupar os espaços físicos, pedimos licença para o guardião daquele lugar, que cuida daquele espaço, ao guardião da água, para que assim nós possamos se usufruir da natureza. Todos os lugares para formar um tekoa e construir o nosso koty são lugares revelados pelos nossos anciões e líderes espirituais.

Ainda sobre a presença indígena neste espaço, Ângela Maria de Moraes Bertho (2005, p, 14-15), em sua tese de doutorado, explica que esta região

> [...] se situa na fronteira entre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e parte do território tradicional Guarani, que comporta a presença de várias aldeias Indígenas: a aldeia Morro dos Cavalos, inteiramente inserida nos limites do Parque; três outras aldeias no seu entorno, Aldeia de Cambirela, Massiambú e Cachoeira dos Inácios, e uma quarta, a de Mbyguaçu, mais distante do entorno do Parque, mas que foi criada por famílias provenientes da aldeia de Morro dos Cavalos. [...] Todas essas aldeias relacionam-se social, política, parental, econômica e ambientalmente [...].

É importante ressaltar que o município de Palhoça já fez parte do território de São José da Terra Firme no passado. Além disso, São José está localizado entre os municípios de Palhoça e Biguaçu, onde se encontram as aldeias guarani. Por isso, não é difícil imaginar que os

territórios josefenses faziam e ainda fazem parte da área de circulação dos Guarani da região. No mapa abaixo, destacamos a proximidade da Aldeia Itaty, no Morro dos Cavalos, com o território atual do município de São José.

Figura 7 - Mapa aldeia guarani e São José

Elizete Antunes, indígena Guarani, também discorre, em seu TCC da Licenciatura Indígena do Sul da Mata Atlântica, defendido em 2015, sobre a presença indígena na região de Maciambu.

> Maciambu sempre foi um lugar ocupado por Guarani. De acordo com os estudos baseados em relatos de navegadores europeus do século XVI (Litaiff, 1996) os Guarani são descendentes dos Karijó, uma denominação histórica para o nosso povo. Conforme essas pesquisas, após muitos anos de extermínio dos povos indígenas pelo processo de colonização europeia, a história passa a ser contada pelo lado do vencedor, ou seja, o Jurua (Branco). Entretanto, a nossa história verdadeira é contada pelos mais velhos que ainda lembram [...].

No relato de Elizete, é possível perceber quão importante é a região do Maciambu para os Guarani da atualidade. Seu argumento destaca a ancestralidade remetendo à história e à

presença dos Guarani-Carijó na região há séculos, além de seu protagonismo no contato com os europeus.

Essa agência fica evidente quando percebemos a dependência que tinham os europeus para com os Carijó. Afinal, os primeiros colonos que vinham para a região litorânea de São José da Terra Firme não conheciam o lugar e tinham dificuldades em sobreviver nestas terras sem a ajuda dos indígenas. É o que nos faz pensar as palavras do navegador alemão Hans Staden, que esteve na região em 1550.

> Fomos com os selvagens para suas cabanas, onde também morava o cristão e onde nos receberam ao modo deles. [...] Os nativos voltaram para casa com o barco deles. Avançamos com o grande navio para perto das moradias deles e baixamos âncora. [...] A aldeia dos selvagens chamava-se Cutia, e o homem que havíamos encontrado chamava-se Juan Fernando e era um basco da cidade de Bilbao, e os selvagens eram os Carijós. Trouxeram-nos muita caça e pescado. Em troca lhes demos anzóis (p. 38 e 39).

O trecho demonstra que os Carijó/Guarani acolheram os europeus, os levaram para suas casas e repartiram sua comida. Essa não era uma atitude de subserviência como possivelmente queriam registrar os brancos, mas uma estratégia de contato, pois tinham a intenção de conseguir objetos úteis que poderiam adquirir trocando os seus produtos provenientes da produção da mandioca e do extrativismo na região. Nesse período e contexto, pode-se dizer que eles tiveram escolha. No entanto, os europeus simplesmente os consideraram "selvagens" estereotipando-os, apesar de terem sido acolhidos por eles.

Por outro lado, existem relatos de navegadores europeus do século XVI e XVII que afirmam não existir indígenas no litoral de Santa Catarina. Porém, para Marcelo Gonzales Brasil Fagundes (2001), havia muitos indígenas vivendo nestas terras. Mas os Carijó abandonavam suas aldeias para "fugir das expedições de resgate portuguesas", pois, por serem amigos dos espanhóis, estariam sendo perseguidos pelos vicentistas que visavam "arrebanhar mão-de-obra para o trabalho na agricultura". Fagundes também relaciona as mudanças territoriais dos indígenas ao que o autor chama de "nomadismo"[51] forçado do grupo, por conta da violência cometida contra eles. Assim,

[51] O nome correto é mobilidade, que faz parte da cultura Guarani-Carijó. Os indígenas trilham caminhos em busca da terra sem males. Segundo Colman, Azevedo e Estanislau: "o território, para os Guarani e Kaiowá, se caracteriza como espaço de comunicação, no qual a possibilidade do Oguataou Ojeguata, que quer dizer, genericamente, "caminhar", na língua Guarani, é dimensão fundamental. Há inúmeros tipos de Ojeguata: em busca de atividades produtivas, como coleta de ervas e produtos específicos de um determinado lugar; para participar de atividades rituais, como a do Kunumi Pepy — iniciação masculina —, ou do Avatikyry — batismo do milho verde, realizado por muitos Tekoha em conjunto. "Ojeguata" pode-se traduzir, também, na visita a um parente, que pode durar semanas ou até anos; ou uma "caminhada" em busca de trabalho e de novas experiências e conhecimento, característica das caminhadas dos jovens. O caminhar ou andar faz parte do universo cultural desses povos (Meliá, 1989; Pissolato, 2007; Pereira, 2007). Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650128. Acesso em 04.04.2022, às 11h.

> [...] em razão dos portugueses e seus amigos terem feito nela muitos assaltos aos índios seus naturais e destruído todos os índios da costa do mar amigos dos castelhanos. [...] Toda essa costa mais adiante de São Francisco até a essa laguna está despovoada de índios pelas muitas guerras que os índios Tupis, amigos dos portugueses, sempre fizeram aos amigos dos castelhanos, e por essa razão vão os ditos índios abandonando sua terra e fugindo (Sanchez *apud* Boiteux *apud* Fagundes, 2005, p. 75).

Causa estranheza que, segundo o próprio autor, Juan Sanchez de Viscaya, piloto-mor da nave capitânia, uma das embarcações da expedição Sanabria, mesma expedição de Hans Staden, que viajou no bergantim comandado por Saavedra (Fagundes, 2005, p. 70), não tenha visto indígenas. Essas embarcações chegaram à Ilha em novembro e dezembro de 1550, sendo que seus tripulantes estiveram juntos em muitos episódios. Então todos tiveram contato com os povos indígenas da região, os Carijó, mas é estranho que apenas Staden confirme a presença deles, enquanto Sanchez afirme que a terra estava "despovoada de índios".

Outro relato que destaca a presença e a autonomia indígena na região aparece em outro momento da história local. Conta o historiador Paulo Joze Miguel de Brito,[52] que, após a transferência dos filhos e filhas de Dias Velho para a Vila Laguna, quando da morte do pai, em 1687, alguns dos 500 indígenas que Dias Velho trouxe para a ilha, vindos do Porto de Santos, escolheram permanecer nestas terras.

> Depois da trasladação dos filhos de Velho Monteiro para a Villa da Laguna somente ficarão na Ilha de Santa Catharina alguns dos Indios que elle comsigo levou de S. Vicente aos quaes tinha distribuido terrenos para os cultivarem, e não quizerão abandoná-los. Pode dizer-se que estes homens e seus descendentes, formarão quasi a totalidade da população da Ilha por espaço de 40 a 50 annos, porque somente depois do anno de 1700 he que para alli se transportarão alguns habitantes das Villas da Capitanía de S. Vicente [...] (Brito, 1829, p. 18).

Segundo afirma Brito, a ocupação da Ilha e das regiões próximas, em Terra Firme, não foi uma prioridade para os espanhóis durante os séculos XVI e XVII, mesmo no período de vigência da união ibérica, em que Espanha e Portugal tornaram-se um único reino. Da mesma forma, também não foi prioridade para os portugueses que, na época, reuniam esforços para expulsar os holandeses do nordeste brasileiro, ao mesmo tempo em que empreendiam outros projetos coloniais, como o de sobrepujar a resistência de grupos indígenas inimigos e construir caminhos pelos sertões a partir de São Vicente, de Salvador e de outras cidades importantes por meio de entradas e bandeiras. Foi apenas no século XVIII que as disputas territoriais entre

[52] Paulo Joze Miguel de Brito, além de ser considerado um dos primeiros historiadores de Santa Catarina, era ajudante de ordens do governo da capitania de Santa Catarina quando escreveu seu livro *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*, em 1816. Além de simplesmente escrever a História, ele processa e analisa dados da região em seu tempo presente, aponta problemas e projeta soluções para o sucesso do projeto colonial.

Portugal e Espanha se acirraram de fato e Portugal resolveu ocupar efetivamente a costa de Santa Catarina, enviando pessoas de outras regiões da colônia e imigrantes açorianos.

Nesse contexto, o contato com documentos históricos que apresentam narrativas/versões dos europeus sobre a história da colonização da região evidencia a dinâmica do convívio entre eles e os indígenas e a dependência que tinham os primeiros da ajuda indígena em diversos momentos, inclusive no propósito de defender das incursões espanholas as terras que os portugueses entendiam como suas.

É o que se notabiliza nas *Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina*, em que Manoel Joaquim de Almeida Coelho escreve, em 1877, sua versão sobre a atividade do contato dos indígenas da Ilha e da região da Terra Firme com colonizadores de São Paulo, com outros povos indígenas e os primeiros passos para o surgimento da vila de Desterro no século XVII.

> [...] Seus naturaes, chamados Carijós, ou Carihós dos Patos, faceis no trato, pacíficos, e com alguma indústria, entretido depois de 1554 commercio com alguns moradores do Porto de Santos que lhes trazião em suas embarcações ferramentas, anzois, facas e outros generos que permutavam por algodão que plantavam e colhião, rêdes e índios que captivavão na guerra, ou por castigo degradavão, erão seus povoadores no anno de 1650 unicamente alguns criminosos que nela vinhão acoutar; até que em 1651, segundo se affirma (e concordão muitos Escriptores e tradições), veio estabelecer-se Francisco Dias Velho Monteiro, partindo do porto de Santos com sua familia, que constava de sua mulher, dous filhos, (João e Salvador Pires) duas filhas, e 500 indios domesticados, trazendo aggregado um homem branco de nome José Tinoco com sua mulher, um filho, duas filhas, e dous frades ou padres da Companhia de Jesus, segundo um documento que temos presente (Coelho, 1877, p. 5).

É interessante observar a forma como o autor descreve a agência dos Carijó-Guarani que viviam na região. Estes inseridos em um contexto de contato esporádico no século XVII, encontraram maneiras de se beneficiar com a situação. Ao mesmo tempo em que garantiam acesso a instrumentos e ferramentas que não possuíam, também se livravam de sujeitos indígenas indesejáveis para eles, enquanto buscavam tecer boas relações com os colonizadores paulistas. Entretanto, vale lembrar que "mesmo esse contato esporádico já era desestruturador e introduzia alterações significativas na organização social dos índios e consequentemente nas motivações e interesses que orientavam seus contatos com os europeus". (Almeida, 2010, p. 41)

Ademais, esse contato foi intensificado nesta região pelos europeus no século XVIII, quando, devido às disputas territoriais entre Portugal e Espanha na parte sul da América, a coroa portuguesa foi percebendo a necessidade de iniciar a ocupação deste litoral, enviando os primeiros colonizadores no final do século XVII e intensificando o processo a partir dos séculos XVIII e XIX. Nesse contexto, Dias Velho fundou a primeira vila na ilha, em 1675, e ergueu

uma igreja que dedicou a Santa Catarina, em homenagem a uma de suas filhas. Entretanto, ele não fez nada sozinho, fez com a ajuda dos quinhentos indígenas que ele havia trazido consigo e que considerava "domesticados", ou melhor, que haviam adotado aspectos da cultura e do modo de viver dos europeus. Os indígenas que chegaram junto aos colonizadores passaram a viver nas terras pertencentes aos Carijó e, possivelmente, ainda ocupada ou frequentada por eles. Esse contato entre grupos indígenas sempre existiu na América, mas a introdução dos europeus alterou essas relações, gerando novas situações e conflitos que passaram a fazer parte da dinâmica do processo colonizatório.

> Os avanços nas pesquisas arqueológicas têm evidenciado as intensas interações existentes entre os vários grupos indígenas que habitavam o continente antes da chegada dos europeus. Apesar da escassez e imprecisão de fontes sobre o período, é possível afirmar que eles interagiam e influenciavam-se mutuamente. Longe de terem sido grupos isolados, estabeleciam redes de relações bélicas, culturais e comerciais entre si. Os conhecimentos sobre essas relações ainda são bastante limitados e baseados, em grande parte, em hipóteses a serem comprovadas (Almeida, 2010, p. 33).

Um exemplo dessa interação e desses conflitos entre os povos indígenas está em outro trecho do texto de Coelho, que demonstra que as relações interindígenas também influenciaram/alteraram a história da colonização. Conta o autor que, algum tempo depois da chegada de Dias Velho à ilha de Santa Catarina, partiu do mesmo porto (Santos)

> Domingos de Brito Peixoto, com toda a sua família, **muitos índios, e escravos**, e foi estabelecer-se na Terra Firme no lugar onde hoje é a freguezia de Nossa Senhora do Rosário, cuja enseada se chama por isso de – Brito. Os Indios d'esta, como d'aquella colônia, entrando em rivalidades, e desavenças, fizerão com que Brito se mudasse para a Laguna, onde foi o primeiro povoador [...] (Coelho, 1877, p. 6, grifos meus).

Há que se considerar que a lógica das relações entre os grupos indígenas que se estabeleceram na região não era compreendida pelos europeus. Por isso, os indígenas eram frequentemente mal interpretados. Por exemplo, os problemas dos Carijó-Guarani com os portugueses talvez tivessem mais relação com as rivalidades destes com os Tupi de São Vicente do que com algum ódio ou ressentimento contra os colonizadores lusos. Segundo Almeida (2010, p. 35), o

> [...] impacto da presença europeia não se fez sentir apenas sobre as guerras. As relações entre os grupos, com certeza, também se alteraram com tantas novas ameaças (guerras, escravizações, epidemias) e atrações (instrumentos de ferro, armas de fogo, aliados poderosos). Portanto, quando os cronistas diziam que tais índios eram amigos desses e inimigos daqueles, talvez não percebessem a influência que eles próprios já exerciam sobre essas relações [...].

Diante do exposto, é possível concluir que Domingos de Brito não conseguiu prever a ação dos indígenas. Isso prova que eles sempre foram sujeitos ativos de suas próprias histórias

e evidencia a ignorância europeia sobre as capacidades e as diferenças entre os diversos grupos indígenas. Apesar de trazer consigo nativos que considerava seus amigos, não contava que poderia promover grande embate ao realizar a introdução de um grupo inimigo no território ancestral dos Guarani, uma vez que a Enseada de Brito faz parte do entorno do Cambirela. Além disso, relata o autor, os indígenas que ele trouxe também entraram em desavença com os "d'aquella colônia". Estaria o autor se referindo aos 500 indígenas trazidos por Dias Velho para sua colônia ou aos Carijó que ainda habitavam a região do Sul da Ilha, parte muito próxima da região da Enseada? Sobre isso, é difícil saber, mas é fácil perceber que Domingos de Brito, sem querer, pois não compreendia bem a diversidade e a complexidade dos que nomeava de índios, acabou por promover conflitos importantes entre os indígenas trazidos por ele e os grupos regionais. Esse episódio corrobora para o entendimento de que não eram os europeus que estavam no controle em meados do século XVII. Brito percebeu isso, não aguentou a pressão e fugiu com sua família para Laguna.

Figura 8 - Mapa ponta sul da ilha e Enseada de Brito no continente

Mapa com a localização da Enseada de Brito e do porto dos patos, foz do Rio Massiambú na Terra Firme. Disponível em https://ndmais.com.br/diversao/espanhois-em-terras-carijos/.
Rota de Sebastião Caboto, 1526.

Além disso, é importante destacar que, no mapa acima, a maioria dos nomes das localidades próximas à Enseada de Brito permanece como atribuído pelos povos originários: Embaú (onde tem água e comida), Araçatuba (muita fruta araçá), Massiambú (rio da barra), Tapera (aldeia extinta), Caieira (queimada velha). Isso demonstra a forte e contínua importância

que teve a população Guarani na região do maciço do Cambirela ao longo do tempo. Essa presença duradoura e a convivência com outros povos indígenas, com povos de origem europeia e africana, evidencia grande agência desse grupo, sendo agentes promovedores de mudanças naqueles com quem conviveram. Evidentemente, também eles se transformaram com o contato, mas a dinâmica cultural que se estabeleceu nesta região, somada a suas estratégias de resistência, possibilitaram a manutenção de elementos tradicionais e sagrados da sua cultura até os dias de hoje por meio de seu modo de ser e de viver, o M'byá Rekó.[53] Sobre isso, Kaká Werá Jecupé (2020, p. 20) afirma que

> a cultura de reverência à Mãe Terra foi se formando ao longo dos ciclos das estações da natureza com os povos aqui existentes, e houve um momento em que floresceu na região amazônica, onde a sabedoria deixou rastros pelos fragmentos da terra.

Se antes, nos séculos XVI e XVII, a presença indígena na região de São José e entorno fica evidente por conta dos sítios arqueológicos, dos relatos dos navegadores e dos conquistadores europeus, sobre o século XVIII temos poucas informações. Segundo Angela Sabrini (2017), no "início do século XVIII, os indígenas pouco figuraram nos documentos e narrativas acerca da história da região" (p.95). Por que não eram citados?

> Shelvocke, viajante inglês que aportou na ilha em 1719, [...] cita a presença indígena na região, asseverando, no entanto, nunca ter visto mais de dois ou três (Palma de Haro, 1979, p. 47). Outra questão é relativa ao entendimento de Shelvocke acerca de quem eram os indígenas. É possível que este número seja apenas referente a indígenas "selvagens", ou seja, os que carregavam consigo algum estigma que fazia parte do imaginário de Shelvocke acerca do que era um indígena, não contando, assim, os indígenas que serviam aos brancos, com vestimentas e ações ajustadas à sociedade colonial emergente (Sabrini, 2017, p. 95).

Como na época havia poucos habitantes de origem europeia na ilha e no continente, e como esses viajantes provavelmente ainda não adentravam o interior das florestas, possivelmente não se deparavam com aqueles indígenas que ainda podiam optar por uma vida sem muita interferência dos brancos. No entanto, é possível afirmar, como fez Sabrini, que a presença de indígenas adaptados à sociedade colonial era frequente nas vilas. No entanto, ao adotarem aspectos da cultura europeia, deixavam de ser indígenas para os europeus, que os consideravam assimilados. O que Shelvocke, o viajante inglês, não entendia é que os indígenas eram capazes de mudar, de se transformar no contato. É como aponta a poeta indígena Márcia

[53] De acordo com Daniel Kuaray e Dieh Ara'i, da aldeia M'byguaçu, "os Guarani que habitam a aldeia Yyn Morontchi Whera, nome indígena que significa reflexo das águas cristalinas, mantêm um sistema próprio de vida, onde o coletivo é a base dessa comunidade. [...] O modo de viver Guarani se manifesta em seu dia a dia na aldeia, onde cada um faz parte de um todo maior [...]" (UFSC, 2016, p. 19-20). *Território Guarani*, disponível em https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Guarani.vfinal.pdf.

Kambeba, em um trecho de seu poema: “posso ser quem tu és, sem perder a essência que sou” (Kambeba, 2018, p. 19).[54]

Foi no final do século XVIII e no início do século XIX, quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, que a história indígena em São José tomou outro rumo, a partir do projeto para povoar as terras mais ao interior da freguesia, a fim de viabilizar a construção de uma estrada que ligasse os núcleos populacionais do litoral (Desterro e São José) com a vila de Lages. Até então, os interesses da coroa portuguesa estavam mais voltados à ocupação para proteção das regiões litorâneas da colônia.

> [...] A colonização portuguesa foi litorânea e tropical, basicamente. Preferiu-se sempre as vias marítimas como principal meio de comunicações, criando todas as dificuldades “às entradas terras adentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha”, inclusive com o fechamento de variantes do Peabiru, ordenado por Tomé de Sousa. Tratava-se muito mais de “feitorização do que de colonização”. Lembre-se que a conquista das regiões do interior em grande parte só se tornou possível graças à experiência e ao conhecimento acumulado sobre o território que as populações nativas já possuíam (Lohn, 2004, p. 42).

Assim, entre as pequenas povoações que se estabeleciam pelo interior, ao longo dos caminhos das tropas que seguiam do Rio Grande do Sul até São Paulo, no século XVIII, atravessando o território catarinense e o litoral mais ocupado, restavam grandes extensões de terra que permitiam aos grupos indígenas ainda viver conforme seus costumes e circular em suas terras tradicionais. No entanto, ao longo do século XVIII, a administração colonial portuguesa foi se dando conta de que o processo colonizatório precisava avançar; daí a iniciativa da construção de estradas que ligassem o litoral a regiões do planalto.

Alcides Goularti Filho[55] afirma que a “primeira iniciativa de promover uma ligação entre Lages e o litoral até a freguesia de São José de Terra Firme foi após a invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, em 1777” (2013, p. 4). Nesse episódio, os portugueses que fugiram de Desterro ficaram sem ter para onde ir, sendo forçados a se embrenhar na mata. Não havia estradas porque não existiam povoados ou vilas próximas para alcançar. Segundo o autor, o episódio da tomada da ilha foi o fator, muito citado nas cartas e comunicações do governo da capitania, que motivou a construção da estrada que ligaria São José a Lages.

> Por ordem do Governador da Capitania, o Alferes Antonio José da Costa ficou encarregado de abrir um caminho entre a freguesia de São José de Terra Firme até as cercanias da vila de Lages, no então planalto serrano paulista. A empreitada do alferes

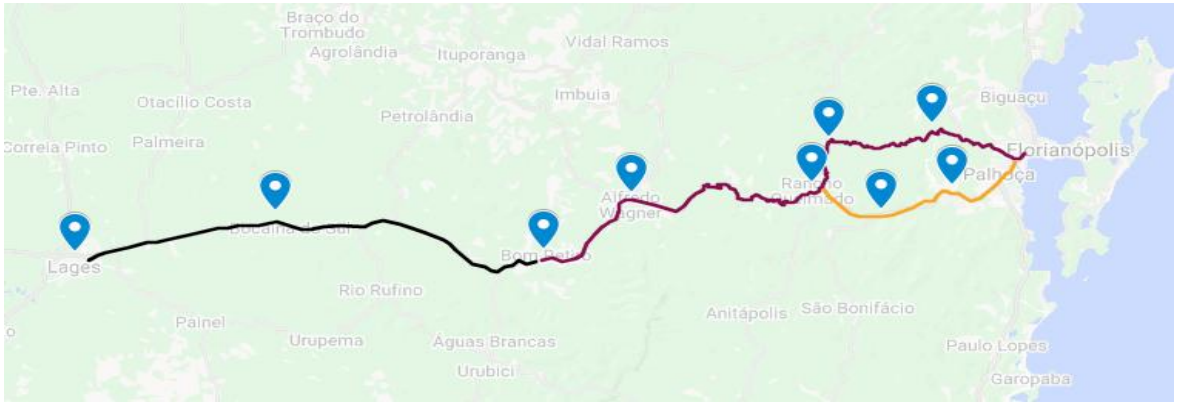
[54] Livro digital “Ay Kakyri Tama” - disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Ay_Kakyri_Tama/f1IwEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover - Acesso em 10.12.2021 às 10:10h.

[55] https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/0076302f88d70811a732a1eeb4361577419.doc

> teve início em 11 de janeiro de 1787, quando partiu de São José com "12 homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras", seguindo pela picada sul em direção a oeste, margeando o Rio Maruim (Costa *apud* Coelho, 1856, p. 195). Nessa primeira tentativa, Costa não concluiu a sua empreitada e chegou até a Serra da Boa Vista, retornando no dia 7 de abril, após 81 dias de marcha. Em 11 de julho, Costa volta ao caminho, agora com "seis homens armados, seis homens cargueiros, oito bestas cargueiras e 18 rezes" (p. 199). Apesar de sofrer uma grande baixa devido às enfermidades e seguir apenas com quatro homens, Costa chega à vila de Lages no dia 8 de agosto. O retorno foi feito em direção a Laguna, seguindo o caminho do Rio do Rastro até o Tubarão. Com as marcas da trilha já definidas, faltava iniciar a abertura do caminho por meio da derrubada da mata, a construção de algumas pontes e o aterro de áreas alagadiças. Essa tarefa foi delegada ao próprio Antonio José da Costa e ao Capitão Antonio Marques d'Arzão, que receberam a quantia de 9:600$000, para abrirem o caminho da freguesia de São José da Terra Firme pelos sertões adentro até a vila das Lages. Os serviços se iniciaram em 14 de outubro de 1788 e foram concluídos em 6 de dezembro de 1790 (Filho, 2013, p. 5).

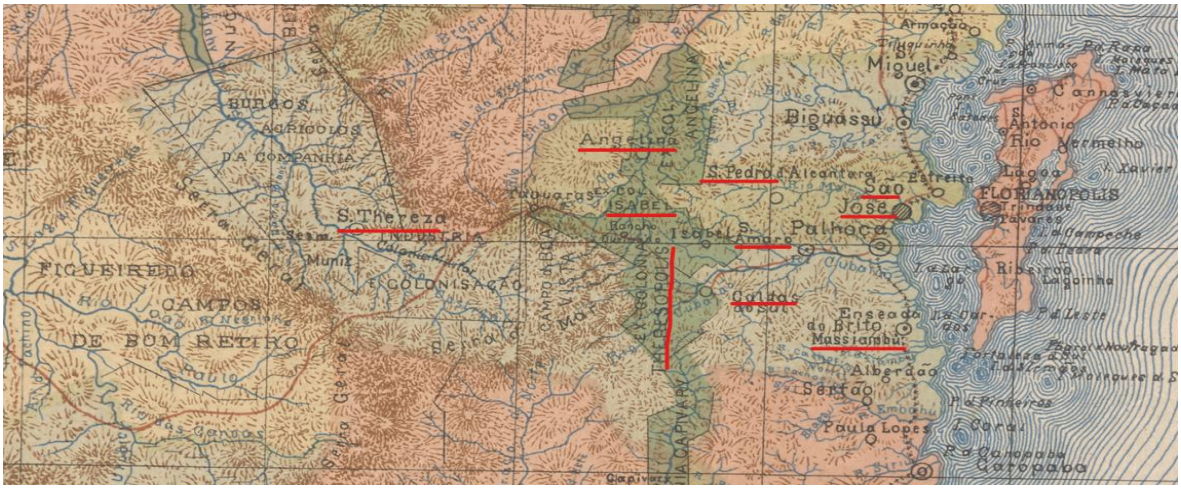
Ainda segundo o mesmo autor, como o tráfego esperado não se concretizou pela estrada, em função de inexistirem relações comerciais mais sólidas e meios de comunicação, a estrada foi sendo abandonada com o passar do tempo. Sem os cuidados devidos, foi se tornando intransitável. Apenas décadas depois, durante o primeiro reinado, quando a administração local passou a ter mais autonomia é que "as obras na Estrada de Lages foram retomadas. A manutenção de uma via de comunicação transversal passou a ser necessária para a consolidação do poder provincial sobre o território" (Filho, 2013, p. 6).

Figura 9 - Traçado do caminho das tropas



Mapa atual com o traçado do caminho das tropas ligando São José a Lages. As rodovias atuais seguem praticamente o mesmo percurso.

Figura 10 - Recorte do mapa de Santa Catarina, 1907



Recorte do mapa de Santa Catarina (1907) onde aparecem as colônias fundadas ao longo do caminho das tropas (caminho até Lages) para ocupação/colonização do território.

Mas por que os colonos se desinteressaram por essa estrada? Paulo Joze Miguel de Brito esclarece.

> Conservou-se aberta esta estrada, e foi trilhada até ao anno de 1.800, mas como não se tratou logo de a povoar e cultivar por hum e outro lado, nem se estabeleceu Freguesia ou arraiaI algum em toda a sua extensão, e os Sertanejos que por ella transitavão, nao encontravão as precisas commodidades, e alêm disto forão algumas vezes atacados pelos Indigenas chamados Bugres, que vivem por aquelles sertões, desanimarão e intimidarão-se aquelles Sertanejos, e deixarão de vir a Santa Catharina; por conseguinte o mato foi crescendo pelo discurso dos tempos (Brito, 1829, p. 87).

Sendo assim, na São José da Terra Firme do início do XIX, ainda eram os grupos indígenas da região que de fato tinham a posse das terras do interior que "ilusoriamente"[56] Portugal considerava suas. No entanto, o Vice-Rei do Brasil, ao mandar construir a estrada que ligava a recém fundada Vila de Lages (1771) ao litoral de São José dava um primeiro passo para integrar as regiões, possibilitar a ocupação das terras consideradas devolutas e consolidar a ocupação desses espaços em nome de Portugal. Porém, mesmo após a conclusão da obra, os portugueses não conseguiram concretizar seu intento. Faltava gente para ocupar e colonizar as vastas regiões. Além disso, como a maioria dos habitantes dessas áreas do interior ainda eram indígenas, que por vezes atacavam os brancos que utilizavam a estrada, o fluxo de passagem

[56] Reinaldo Lindolfo Lohn (2001), em seu texto *O náufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista*, reflete sobre a apropriação imaginária dos espaços americanos pelos europeus. Segundo ele (p. 29-30): "através dos mapas e das denominações topográficas, as terras que estavam em processo de conquista faziam sua entrada na mentalidade e nos horizontes de expectativas dos europeus envolvidos, direta ou indiretamente, no ciclo inicial de exploração das terras americanas. Todo o espaço geográfico e os grupos humanos que o ocupavam receberam as nominações consideradas legítimas pela sociedade europeia e foram obrigados a pertencer a um imaginário que não era o seu. [...] Ao deparar-se com outros povos, portadores de hábitos, costumes e, por vezes, aparências tão diferentes, os europeus iniciaram a tomada imaginária da terra, que corria em paralelo à sua conquista e à exploração efetiva".

pela estrada acabou por não ser relevante. Em se tratando de décadas de abandono e desuso, não é difícil imaginar que os indígenas dessas regiões não tiveram grandes problemas em permanecer em seus espaços tradicionais até meados do século XIX.

No entanto, o recém fundado governo imperial percebeu a necessidade de ampliar seu poder sobre os territórios demarcados do novo país a fim de impedir uma pulverização territorial proveniente de movimentos separatistas. Assim, era necessário consolidar as fronteiras e integrar as regiões para promover o desenvolvimento do capitalismo e a construção do Estado-Nação. Então, deu-se a execução de mais um passo do empreendimento colonial, o incentivo à imigração de europeus que não fossem portugueses, pois era forte o medo em relação a possíveis tentativas lusitanas de recolonizar o Brasil. Assim, se abre a possibilidade para que imigrantes alemães pudessem se estabelecer no sul do país. Dessa forma, em 1º de março de 1829, é fundada a Colônia São Pedro de Alcantara no sertão de São José da Terra Firme, nas proximidades da estrada que ligava o litoral a Lages, às margens do Rio Imaruí, com o objetivo de proteger e ocupar a região. No entanto, 14 das 146 famílias que desembarcaram em Desterro desistiram de ocupar essas terras afastadas, preferindo morar no litoral mais povoado. Essas pessoas ficaram sabendo da notícia de que havia indígenas vivendo na localidade destinada à criação da colônia. Assim, comenta Elzeario Schimitt (1974, p.113), citando trecho do documento de Padre Paiva,

> "ao princípio amedrontados pela notícia de que os indígenas freqüentavam os lugares que lhes eram dados para seu estabelecimento, recusaram sair da cidade. Este terror poderia fazer malograr a empresa, se o presidente da província não os animasse, marcando uma diária de 160 réis a cada alemão que subisse para o lugar da Colônia. Este incentivo teve ótimo resultado. Os colonos imediatamente anuíram à proposta, e os indígenas, que infestavam aqueles sítios, foram fugindo de semelhantes vizinhos". Nenhuma outra crônica fala da presença de índios antes da chegada dos colonos. O padre Paiva apresenta o saldo diário de 160 réis como estratagema e chamariz usado para atrair os imigrantes temerosos.

Após muitas dificuldades para abrir clareiras na mata, dividir as datas e construir os primeiros abrigos, se estabeleceram no sertão josefense, às margens do Rio Imaruí, 132 famílias alemãs vindas de Bremen para colonizar a região. Mas havia outras pessoas morando por lá: os indígenas. Por essa e por outras razões, muitas famílias desistiram de ficar na colônia São Pedro.

Em 1836, o governo provincial concedeu terras para alguns imigrantes alemães descontentes com a baixa fertilidade do solo da nova colônia josefense, possibilitando sua transferência para o vale do Cubatão e fundando a colônia Vargem Grande, hoje o município

de Águas Mornas. Padre Paiva[57] descreve, em 1848, o processo de fundação da colônia e destaca a presença constante e seu incômodo com os indígenas da região.

> No anno de 1836, onze famílias allemãs, deixando as datas que lhes tinham concedidas no Muruhy (leia-se São Pedro de Alcântara), pediram e obtiveram outras, posto que mais limitadas, nas margens do Rio Cubatão. Aqui reunidos os novos povoadores começaram por prestar não pequeno serviço, fazendo com sua presença, desapparecer os indígenas, que ainda de vez em quando infestavam estes lugares. (Paiva, 1848, p. 510)

O mesmo autor, em trecho de sua *Memória histórica sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara*, enaltece a colonização alemã e uma de suas importantes consequências: a expulsão dos grupos indígenas que viviam nessas terras e o impedimento de suas incursões sobre o litoral uma vez que, até pouco tempo, se aproximavam "da capital em distância menor de cinco léguas" (Paiva, 1848, p. 519). Ainda falando sobre os indígenas da região, o padre completa, dizendo que

> [...] um só já não aparece na longa estrada de 34 léguas, que comunica a villa de S. José com a de Lages. Hoje o viajante caminha tranquillo, não teme a flecha do Bugre; e o lavrador habitando solitário esses sertões, goza das dilicías do campo, sem receiar os perigos do ermo.

Nos trechos acima, fica evidente que Padre Paiva supunha que o "sumiço" dos indígenas era uma consequência direta da criação das estradas e da chegada de imigrantes nacionais e estrangeiros que, na visão do padre, consistiam em uma grande ameaça aos nativos. No entanto, se a fundação e a manutenção das colônias de São Pedro, a partir de 1829 (que por muito tempo passou por grandes dificuldades, gerando evasão de colonos), foi possível, apesar do aparecimento eventual de grupos indígenas, isso se deu porque os indígenas decidiram se retirar das proximidades desse núcleo e não atacar os novos habitantes, deslocando-se para outras partes de seu território ancestral. Tomaram a decisão de não usar a violência e se mudar para outras áreas, demonstrando sua agência histórica. Posteriormente, com o surgimento de outros núcleos coloniais na região e em outras áreas, avançando para o sertão nas décadas seguintes, os Laklãnõ Xokleng (chamados de botocudos) iniciaram a defesa de seu território utilizando os recursos e as estratégias que conheciam. Então, o que acontecia era o que o padre omitia: os

[57] Padre Paiva ou Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva ou, simplesmente, Arcipreste Paiva, ganhou notoriedade em Desterro e região por seu trabalho como pároco em São José da Terra Firme (1844). Em 1863, foi promovido a arcipreste, ou seja, chefe dos vigários de Santa Catarina. Atuou como deputado, educador e jornalista em Desterro. Autor de várias obras, em 1848, escreveu *Memória histórica sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara na Província de Santa Catarina*, de onde foram retirados os excertos analisados. O artigo foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo X. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsRXB6dWY0Rlowd2s/view?resourcekey=0-8Z3dixxyyc4Pk98Mgetlqw. Acesso em 03.10.2021 às 8h45min.

indígenas eram os indivíduos dominantes nessas terras, conheciam as matas, o território e empreenderam muitos ataques contra os europeus. A guerra que os Laklaño travaram gerava pânico nos povoados, fazendo com que muitos colonos se mudassem para outras localidades ou mesmo desistissem de suas sagas colonizatórias.

Fica evidente que a facilidade ou a dificuldade de tomar um território dependia das ações dos povos indígenas. Como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, foram "as ações dos povos indígenas que deram limites e possibilidades aos projetos coloniais desenvolvidos na América" (Almeida, 2010, p. 27). Foram necessários anos, décadas, séculos de ataques violentos e cruéis dos colonizadores sobre os povos indígenas para a efetivação do processo de conquista que, por outros meios, ainda persiste na contemporaneidade.

No século XIX, o padre Paiva achava que os indígenas tinham sumido das regiões onde antes viviam em grande quantidade. No entanto, existem evidências que não sustentam sua tese. Em outro livro sobre a história de São José, *São José da Terra Firme ou simplesmente São José*, de Thiago de Souza (1992), os povos indígenas são mencionados em apenas uma oportunidade, quando o autor conta a história da criação da Colônia Militar de Santa Tereza (1854), hoje município de Alfredo Wagner, território que pertenceu a São José até o final do século XIX. Essa colônia surgiu por uma necessidade de proteger o caminho que ligava o litoral e o interior.

> Quando o Vice-Rei Luiz de Vasconcellos ordenou ao Governador da Província de Santa Catarina que abrisse uma estrada rumo ao planalto em direção a Lages, cumpriu o Governador esta ordem, fazendo a união do Litoral à serra. Várias tentativas foram feitas para o povoamento desta picada todas em vão, **o índio não permitia** [grifo meu]. Vendo o Governo fracassado seu intento pacificamente resolveu fundar neste trajeto Colônias Militares para darem proteção aos colonos, dentre outras, foi fundada a da fazenda [...] (Souza, 1992, p. 36).

Muitas décadas tinham se passado da construção da estrada. O Brasil já era um país independente e essas terras ainda eram dominadas pelos grupos indígenas que seguiam impondo resistência a fim de administrar o avanço da colonização sob seus territórios tradicionais, localizados mais ao interior, na segunda metade do século XIX. O contato inevitável trouxe consigo o estranhamento mútuo e os conflitos. Robert Avé-Lallemant, médico alemão que visitou a região de São José e suas colônias alemãs, Santa Isabel e São Pedro de Alcântara, em 1º de junho de 1858 relata:

> muito me diverti com a vida campestre alemã do Rio dos Bugres! O que faz um bom braço alemão! Por quanto tempo viverão botocudos canibais nestas quebradas? Agora só resta o nome deles no rio! (Avé-Lallemant *apud* Gerlach; Machado, 2007, p.64)

Esse relato revela extremo ódio e incômodo dos colonos alemães em relação à presença indígena na região. "Foram os botocudos, no entanto, os inimigos por excelência, aqueles para

os quais se construíram as imagens mais terrificantes que predominaram até o século XX e justificaram uma política indigenista extremamente agressiva" (Almeida, 2010, p.66). Estigmas e tabus imaginários foram atribuídos a esses grupos, que não eram praticantes de rituais antropofágicos. Manoel Joaquim D'Almeida Coelho (1877), em seu livro *Memória histórica da província de Santa Catharina*, no qual o autor descreve a sua preocupação com a falta que a catequização faz nos sertões da parte continental colonizada recentemente, confirma a informação de que os indígenas deste estado não praticavam a antropofagia.

> Depois da extincção dos Padres da Companhia de Jesus, nem um systema, nem meio se estabeleceu ainda conducente a chamar ao gremio da família brazileira a imensidade de índios habitantes dos sertões da Província [...]. Os povoados de Itajahv, do Cambriú, do Biguassú, **as estradas que conduzem de S. José**, e do Tubarão a Lages, e as immediacoes de Itapacoroy a S. Francisco, teem sido os lugares de que a muito se poderia ter formado esses indios em entes, se nao prestáveis, ao menos mais pacificos, pois que **não tem demonstrado muita ferocidade**, **nem são antropophagos**, se na tarefa ardua e mais sublime da propagação do Evangelho, domesticamente se tivesse empregado os Jesuítas, ou outros homens como elles do consumado valor e perseverança. [...**] A colonisaçao, meio, senão o unico, o mais poderoso para povoar-se as térras do continente** da Provincia tão usadas para toda a qualidade de trabalhos ruraes, e aproveitar-se os dons com que a natureza tao prodigamente doutou este paiz (p. 87, grifos meus).

Assim, os relatos do padre, dos historiadores e do médico nos dizem que havia grupos indígenas vivendo nos territórios josefenses, um tanto quanto próximos ao litoral. Mas quem eram esses indígenas? Analisando mapas informativos sobre os territórios tradicionais dos grupos indígenas catarinenses, percebemos que São José da Terra firme, por ter até a década de 1960 um território muito extenso, era área de circulação de populações indígenas pertencentes à família Jê, além dos Guarani.

Figura 11- Mapa dos povos indígenas em Santa Catarina

Dessa forma, entendemos que os chamados de bugres e botocudos pelos nacionais e colonos que invadiam e ocupavam as terras eram na verdade Laklãnõ Xokleng e Kaingang que circulavam pelos seus territórios originários tradicionais. Apesar de falarem em "desaparecimento" em seus relatos, o padre Paiva e o médico Avé-Lallemant ou estavam desinformados sobre o assunto ou tentavam convencer e acalmar a população leitora de seus textos, entre eles os possíveis novos colonos, de que os indígenas haviam sido exterminados. Afinal, ainda que os indígenas tenham sofrido as consequências do contato, restou muito mais do que apenas o nome deles no Rio dos "Bugres", pois eles se mantêm existindo até hoje.

Além disso, a presença desses povos aparece em museus de alguns municípios e em relatos coloniais, alguns encontrados na tese de Walter Piazza (1973) sobre a formação da colônia de Angelina, que se emancipou de São José em 1961. Em seu trabalho, Piazza descreve as angústias dos colonos, em relação à presença indígena na região, ao destacar a narrativa do diretor da colônia José Cândido Duarte da Silva em ofício de 26 de novembro de 1877, encaminhado para o presidente da província, Dr. José Bento de Araújo, sobre o "perigo" que os indígenas que viviam na região representavam e o medo que provocavam nos colonos.

> Os indígenas, conhecidos aqui n'esta província com o nome de "Bugres", têm este ano constantemente aparecido em várias linhas: seu aparecimento sempre traz em contínuo sobressalto os Colonos. Tenho feito o possível, para que elles se afugentem, mandando bater, quando se torna necessário, as matas, porém sempre com toda a prudência, de sorte, que felizmente, não tem havido n'esta Colônia acontecimento fatal algum (Piazza, 1973).

Os ofícios dos diretores da colônia, relatando receios, eventos e confrontos, se seguem de 1872 a 1879 e, após, continuam relatos até o século XX. Acreditamos que esses "bugres" apontados nos documentos sejam os Kaingang, pois a colônia Angelina foi construída em uma área de circulação histórica desse grupo, na qual também se encontra um sítio arqueológico[58] dessa etnia.

Existem outras evidências da presença e da resistência imposta pelos indígenas na bacia do Cubatão, numa época em que a região ainda pertencia a São José. Entre os anos de 1878 e 1881, várias cartas emitidas pela Subdelegacia de Polícia do Distrito de Theresópolis e Santa Izabel[59] foram enviadas ao presidente da província de Santa Catarina, João Rodrigues Chaves.

[58] Chão de Antiga Aldeia Caingang em Angelina: Situado em terrenos de Francisco Bunn, na localidade de Rancho das Taboas. Sobre área de 100 x 100 metros quadrados, encontram-se esparsas manchas escuras no solo, com carvão vegetal, pontas de flexa de sílex e numerosas lascas cortantes de sílex. Ao lavrar a terra, o sitiante encontrou acima de duzentas pontas de flecha. (1966). Site: https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/2-2a-rohr-j-a-sc3adtios-arqueolc3b3gicos-de-santa-catarina.pdf - Acesso em 09.11.2021

[59] Regiões hoje pertencentes ao município de Águas Mornas. Pasta Arquivo indígena Estado de Santa Catarina 1842-1907.pdf

Nelas, se evidenciam os medos, as angústias e até o desespero dos colonos, nacionais e alemães, com a importante presença de indígenas em diferentes áreas da colônia. Em 1878, o Subdelegado Mathias Schmitz afirma que é "indispensável tomar providencias para afugentar os bugres, que francamente aparecem na estrada em grandes turmas". Por conta disso, os colonos "são impedidos na lavoura de suas terras e obrigados a retirarem-se d'alli". Em novembro de 1879, ele diz que "me foi recommendado empregar um 116 ou mais batedores de matto para afugentar os bugres das estradas. Tenho de informar a Vossa Excelência que a região ameaçada pelos bugres é muito extensa". Seguem-se muitas outras comunicações. Em 1881, Mathias descreve o desespero dos moradores e o seu ao afirmar que

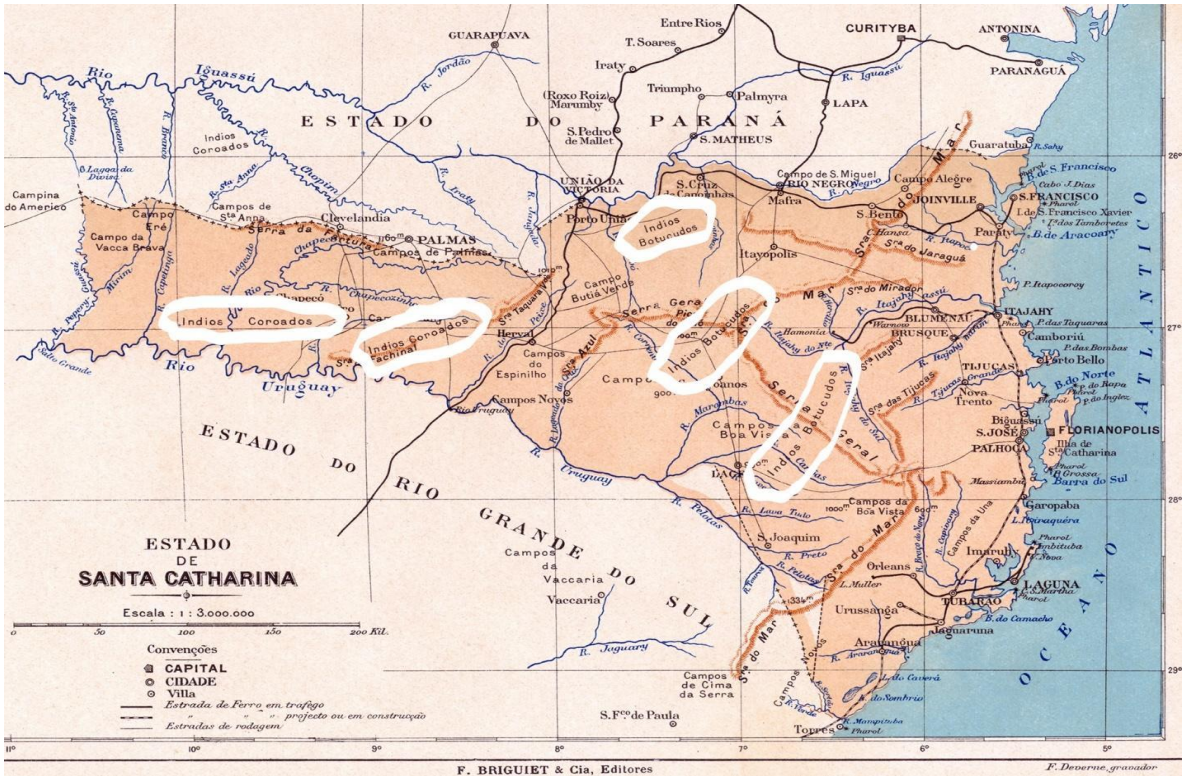
> a pouco vierão os moradores de Capivari queixarem se de que se acharão / de novo encomodados por causa dos bugres que a poucos / dias forão a casa do colono Exckötter e quase que levarão / 2 crianças e hotem forão a casa da viuva Vanderes / aonde flexarão o filho mais velho em um braço [...] tinhão de mudarem-se / todos ou serião todos mortos pelos bugres, pois que estes / não se retirão mais de ahi [...].

A socióloga Elis do Nascimento Silva, em seu trabalho final do curso de Ciências Sociais da UFSC (2011), analisa obras importantes[60] do antropólogo Silvio Coelho dos Santos.

> A região na qual estão localizados os municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas foi originariamente habitada pelos índios Xokleng, principalmente as áreas que compõem o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. De acordo com registros históricos e antropológicos, esses indígenas eram remanescentes de uma população que ocupou o bolsão de mata virgem na área compreendida entre o litoral e o planalto, entre as proximidades de Curitiba e Porto Alegre, no século XIX, possuindo uma vida semi-sedentária com a prática da cultura agrícola do milho (Santos, 1976, p. 54). Após esse período, os Xokleng deslocaram-se do planalto para a área de florestas situada entre o litoral e a encosta do planalto [...] (Santos, 1973, p. 55). Ao habitarem a área de florestas hoje compreendida no Parque da Serra do Tabuleiro, os Xokleng garantiam sua sobrevivência a partir da caça e da coleta de mel, de larvas e de frutos, principalmente, o pinhão, que consistia em sua base alimentar [...]. A confirmação da ocupação originária dos Xokleng na região, até meados do século XX, é realizada por Santos (1973), em seu relato sobre a presença indígena no sul do Brasil: "Em nossos registros há diversas referências indicadoras da presença ainda hoje de indígenas arredios numa ponta de floresta que cobre a chamada Serra do Tabuleiro, localizada entre os municípios de Paulo Lopes, Imaruí, São Bonifácio e Santo Amaro" (Santos, 1973, p. 169; Silva, 2011, p. 49-50).

[60] A autora utiliza como fonte o relatório intitulado "Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Aspectos Culturais e Sociais" de 1976, elaborado por Silvio Coelho dos Santos junto a outros autores, a partir de uma parceria da UFSC com a FATMA. Da mesma forma, promove a análise da obra "Índios e brancos no sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng", de Santos, publicada em 1973.

Figura 12- Mapa de Santa Catarina, 1923



Mapa de Santa Catarina, 1923. Em destaque, registro no mapa das terras ocupadas pelos botocudos (Laklãnõ Xokleng) e coroados (Kaingang) ainda naquele ano, demonstrando presença e existência fortes e duradouras.

A informação de que grupos Laklãnõ Xokleng habitavam as florestas entre o litoral e o planalto é confirmada pelos relatos apresentados nesta dissertação que citam a presença de "bugres". Nesse sentido, é possível afirmar que os colonos que se instalaram em São José da Terra Firme, desde o século XVII, conviveram com a presença de grupos indígenas Guarani e Laklãnõ Xokleng. Evidentemente, esse contato teve consequências para ambos os lados; colonos nacionais, colonos europeus e indígenas entraram em conflito e muitos perderam a vida no processo colonizador. É claro que foi desproporcional para os indígenas que sofreram as maiores perdas. No entanto, é fato que os povos indígenas agiram na defesa de seus territórios ancestrais, retardando e dificultando ao máximo a construção de estradas e a formação de núcleos urbanos no interior.

Ademais, apesar de todos os ataques sofridos, alguns remanescentes Laklãnõ Xokleng e Guarani continuaram existindo na região da Grande Florianópolis, os primeiros ao menos até a década de 1970, e os últimos até os dias de hoje em suas reservas no Morro dos Cavalos, no Massiambú e em outras aldeias da região. A criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) ajudou nesse processo. É o que afirma Elis do Nascimento Silva ao apresentar a

conclusão de Silvio Coelho dos Santos em sua pesquisa de 1963 sobre a presença de alguns Laklãnõ Xokleng na área do PEST.

> Conforme a pesquisa de Sílvio Coelho dos Santos, iniciada em 1963, esses indígenas viviam dispersos devido ao gradual desfalque da floresta em potencial de alimentos pelas atividades extrativistas dos colonizadores (como caça, agricultura e extração madeireira) e circulavam pela área que atualmente integra o Parque da Serra do Tabuleiro e a encosta da Serra Geral, cruzando a estrada de rodagem, provavelmente na altura da serra do Capivari, nos limites de São Bonifácio com Águas Mornas (Santos, 1976, *apud* Silva, 2011, p.50).

O fato dos Laklãnõ Xokleng não terem mais sido identificados na região do parque a partir da década de 1970 não significa necessariamente seu desaparecimento. É possível que essas pessoas tenham passado a viver integradas na sociedade não indígena; e isso não quer dizer que tenham deixado de ser Laklãnõ. Afinal,

> [...] importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio, e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos. São os próprios índios de hoje que não nos permitem mais pensar em distinções rígidas entre índios aculturados e índios puros (Almeida, 2010, p. 20).

Em todas essas regiões pertencentes ou próximas a São José, os indígenas estavam presentes, com evidências de sua existência e, como vimos, também de sua agência. No entanto, eles foram invisibilizados por conta de seu apagamento na história e estigmatizados nos relatos do passado e, na maioria das vezes, nos contemporâneos. Chamados de primitivos, selvagens, bugres, estão aqui hoje, vivendo na cidade e em aldeias próximas. Eles estiveram e estão presentes em São José e nos municípios próximos. São provas disso, os dados do IBGE, a presença nas escolas municipais, os parentes indígenas que realizam visitas, viajam e caminham por entre aldeias e bairros de São José e áreas do entorno, exercendo uma mobilidade possível para a atual conjuntura de perda de suas terras.

Hoje, as demarcações das TIs têm desrespeitado a ancestralidade indígena e seus direitos originários e, por isso, há contestação e luta pela manutenção e pela retomada das terras. É como afirmam os Guarani Ismael Karaí e Silvana Minduá no trabalho intitulado *Território Guarani*, se referindo às fronteiras impostas pelos não indígenas:

> [...] "essa demarcação não define nosso espaço", pois ele não era definido em linhas retas, era pelo relevo da montanha, pelo local de busca de materiais para a produção do artesanato, seguia as curvas do riacho, "mas pelo menos temos terra, pouca! Antes era tudo nosso, hoje brigamos pelo pouco que temos" (Karaí; Minduá, 2016, p.13).[61]

[61] Ismael Karaí e Silvana Minduá. A aldeia do reflexo das Águas Cristalinas. *In*: **Território guarani**, 2016, p. 12. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, UFSC. Disponível em https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Guarani.vfinal.pdf.

É na luta pelo direito a suas terras que os Guarani, os Laklãnõ Xokleng e os Kaingang reforçam seu entendimento identitário com suas culturas e ancestralidades. Foi esse sentimento de união que deu força para que esses grupos se mantivessem resilientes diante do processo colonizatório. A partir do M'byá Rekó Guarani, por exemplo, a vida é entendida por meio de relações profundas de parentesco e de relações sagradas com o meio natural em que vivem. Relações que passam pela língua, pela música, pela arte material, pela terra, ou seja, por tudo o que mantém viva a essência de seu ser.

5 OS *SITES* COMO MEIOS DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO E SUA POTENCIALIDADE COMO ESPAÇO DE POSICIONAMENTO POLÍTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

5.1 A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA E A PRODUÇÃO DE *SITES* EDUCACIONAIS

Na área educacional, são muitos os debates acerca da importância de a escola fazer um uso qualificado das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs),[62] sobretudo porque essas ferramentas têm mudado a forma como as pessoas vivem e se relacionam, especialmente após dois anos de pandemia,[63] em que o afastamento físico foi necessário e as comunicações e a educação passaram a ser a distância.

Lembremos que, hoje, trabalhamos nas escolas com muitas crianças e jovens que recebem diariamente estímulos visuais e sensoriais, por isso eles "se identificam com os meios tecnológicos, pois estes respondem a suas sensibilidades (são rápidos, dinâmicos, tocam o afetivo e depois a razão) e atraem pela mistura de linguagens, assuntos e conteúdo" (Conte; Martini, 2015). Essas características dos estudantes de hoje são facilmente detectáveis em sala de aula, onde alguns[64] recorrem, muitas vezes de forma automática, aos seus celulares durante as aulas para ler mensagens das redes sociais, tirar selfies, jogar ou ouvir músicas. Esse fenômeno também é discutido por Carolina Rovaris, em sua dissertação do ProfHistória.

> Conforme aponta Michel Serres (2013), os jovens estudantes desta nova era habitam o real e o virtual. Relacionam-se de maneira integrativa entre estes dois mundos, de forma que não há como separá-los. As ciências cognitivas demonstram que o uso da internet como meio de manipular, transformar ou criar informações não ativam os mesmos neurônios que aqueles utilizados com o uso do livro, do quadro ou do caderno. Desta forma, o acesso e a circulação de saberes migraram de um espaço delimitado métrico para um espaço sem fronteiras e constantemente disponível (Rovaris, 2018, p. 84).

[62] As NTCI's ou Novas Tecnologias de Informação e Comunicação representam um conjunto de recursos integrados de tecnologias que podem ser usadas para potencializar os processos de ensino e aprendizagem.

[63] O primeiro caso da doença no Brasil foi registrado no final de fevereiro de 2020 em um paciente paulista que voltou da Itália. O vírus se espalhou rapidamente para todos os estados do país, obrigando estados e municípios a adotarem medidas de suspensão de atividades e de isolamento social.

[64] É importante deixar claro que muitos estudantes, sobretudo das escolas públicas, não dispõe de recursos tecnológicos, o que configura grande exclusão digital. A compra de equipamentos e a adoção de uma didática que inclua novas tecnologias nas unidades de ensino poderia auxiliar e instrumentalizar esses discentes para que tenham condições de viver também as experiências do mundo digital.

No entanto, enquanto essa realidade se firma cada vez mais, algumas redes de ensino resistem e não priorizam meios financeiros para equipar as escolas, impossibilitando que os docentes atuem pedagogicamente utilizando as NTICs. Também impede que os professores orientem os discentes acerca do uso adequado desses recursos, instrumentalizando-os para que não se tornem reféns das distorções e das manipulações que permeiam o mundo digital. Porém, se o contexto fosse outro e se as redes de ensino investissem em instrumentos tecnológicos para as salas de aula, poderíamos promover aprendizagens mais significativas, favorecendo o desenvolvimento de uma "criticidade digital", facilitando o acesso a documentos, imagens e vídeos disponíveis em bibliotecas virtuais e possibilitando visitação a museus interativos e a outros espaços educativos da rede. Segundo Elaine Conte e Rosa Mª. Filippozze Martini (2015),

> [...] na medida em que transformarmos nossas práticas em exercícios reflexivos e criativos e estivermos em abertura para a comunicação — tentando não apenas dominar as tecnologias virtuais como simples ferramentas, mas como maneiras de ensaiar novas experiências culturais — estaremos participando de um novo tipo de aprendizagem social, a aprendizagem interativa que mimetiza formas reais por meio das virtuais.[65]

Esse tipo de compreensão educacional que reconhece que as crianças e os jovens estão acostumados a pensar e a tomar decisões em meio a diversos estímulos cognitivos simultâneos, possibilitados pelos diferentes caminhos que escolhem nos hipertextos[66], resultando em diferentes entendimentos, que admite que esses jovens exercem sua criatividade constantemente aos serem autores de histórias próprias em *games* e em outras ferramentas digitais, pode ser bem difícil de ser entendido por quem aprendeu a pensar apenas de forma linear e não vivenciou a infância e a adolescência em um mundo dominado por telas interativas.

Daí advém a necessidade de transformação de nossas práticas educacionais na atualidade. Mesmo sem todos os recursos que necessitamos, é necessário pensar em estratégias didáticas que aproximem os educandos contemporâneos das temáticas abordadas. Nesse sentido, podemos pensar algumas ações que movimentam o processo de ensino-aprendizagem. Por exemplo:

- refletir sobre temas relevantes a partir de abordagens que apresentem diversos caminhos narrativos, possibilitando a tomada de decisão e resultando em diferentes leituras;
- propor simulações da realidade com trocas de ideias e debates;

[65] Conte, E.; Martini, R.M.F. (2015). As tecnologias na educação: uma questão somente técnica? *Educação &Amp; Realidade*, *40*(4). Disponível em https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46599.

[66] Os hipertextos oferecem diferentes formas de narrar e de produzir sentidos a histórias e ações humanas. No ambiente virtual, eles possibilitam acesso a outros textos de forma instantânea, por meio de *links* que levam o leitor a outras páginas, resultando em diferentes experiências interpretativas.

- oportunizar momentos de autoria e interação do estudante no e com o ambiente escolar;
- estimular o entendimento dos temas a partir da elaboração de mapas mentais, entre outras.

Nesse sentido, o espaço virtual facilita a proposição de abordagens que caminhem em direção a essas perspectivas por ser, por si só, um ambiente interativo. Por isso, a ideia de criar um *site* temático, por exemplo, poderia ser uma boa alternativa de ensino. No entanto, trabalhar com *sites* também requer alguns cuidados específicos. É o que aponta Núcia Alexandra Silva de Oliveira em seu artigo *História e internet: conexões possíveis*, em que a autora problematiza e analisa o uso de *sites* sobre história, suas narrativas e o conhecimento histórico escolar produzido e difundido por meio de *sites* de pesquisa voltados ao público estudantil. A pesquisa intitulada *www.historia.com: uma investigação sobre marcos históricos brasileiros tematizados em sítios eletrônicos* aponta que muitos *sites* apresentam conteúdos de forma muito tradicional, sintetizados demais, sem problematização e limitados a narrativas muitas vezes sem reflexão.

Corrobora para piorar a situação a proposta pedagógica com uso de *sites* e NTICs que possibilita total autonomia aos estudantes, sem supervisão ou orientação dos professores. O grande leque de possibilidades e de fontes de informação que existem na internet nem sempre proporciona pesquisas qualificadas feitas pelos jovens, o que aumenta muito o risco de essas pesquisas sem direção levarem os jovens a conteúdos e *sites* que apresentam *fake news*, teorias conspiratórias ou ideias negacionistas do conhecimento histórico produzido na academia. Nesse sentido, os educandos precisam ser orientados para exercer um bom uso da rede, evitando que se contaminem por discursos que consolidem práticas discriminatórias e violentas contra diversos sujeitos.

Mesmo assim, é possível afirmar que os *sites* são espaços virtuais importantes para o contexto escolar, sobretudo para a aprendizagem de História, por conta de serem instrumentos de estudo amplamente utilizados por professores e estudantes e por outras questões abaixo pontuadas por Bresciano (2010, *apud* Oliveira, 2014, p. 12), que afirma que o Ambiente Virtual

> [...] fornece fluxo inusitado de fontes para o conhecimento histórico, pelo volume e diversidade de registros que produz. [...] Modifica o modo de obter informação e gerar saber. Dado que a Ciência Histórica não é uma exceção, também afeta as práticas de investigação do passado.

Sobre isso, é importante ressaltar que os *sites* são instrumentos pedagógicos que também apresentam grande potencial para promover aprendizados, sensações e reflexões. Segundo Elaine Conte e Rosa Maria Filipozzi Martini (2015),

> [...] trabalhar com a realidade virtual e interagir em processos de simulação não só permite a fixação da aprendizagem, mas incita a inteligência humana a perseguir outros jogos, novas descobertas e revoluções, a arriscar-se em grandes viagens reais e imaginárias e, com isso, poder criar novas soluções para antigos problemas.

Dessa forma, considerando que a sociedade contemporânea está cada vez mais atrelada ao mundo digital e às novas tecnologias de informação, torna-se necessária a adoção desses canais de comunicação no ensino de História. E é pensando nessa questão, de aprender a fazer uso das dinâmicas tecnológicas para atingir determinados objetivos de ensino, que temos visto surgir nos últimos anos várias pesquisas acadêmicas importantes para o ensino de História. Especificamente no mote das relações e das questões étnico-raciais, foram elaborados e difundidos, por mestres do ProfHistória, vários trabalhos significativos que utilizam o ambiente virtual para difundir suas pesquisas e tornar a experiência dos estudantes mais qualificada, interativa e lúdica. Alguns desses materiais didáticos, elaborados no formato de *sites*, têm lançado um outro olhar sobre o ensino de história ao abordar as trajetórias históricas de grupos subalternizados em diversas temporalidades. É o caso do trabalho elaborado por Carolina Rovaris, que escolheu criar um *site* para apresentar e divulgar a sua pesquisa em ensino de história intitulada *Narrativas sobre a diáspora africana: a construção de um site educativo para o ensino de História* (2018).

> A escolha de um *site* como formato do produto da dissertação parte de dois pressupostos. Consideramos que este meio apresenta uma maior facilidade de acesso em tempo e espaço que algo impresso. Há, também, a possibilidade de criar no ciberespaço uma linguagem hipermidiática coerente com o conceito de rede de relações que é o cerne da conexão entre os sujeitos personagens das narrativas da temática pesquisada (Rovaris, 2018, p. 86).

Em seu *site*, Rovaris possibilita o contato dos discentes com diversas fontes e conceitos, fundamentais para promover diversos nexos e entendimentos acerca do cotidiano das populações de origem africana na Desterro do século XIX. A interatividade do ambiente digital criado por ela instiga e o *design* artístico projeta o visitante da página ao "mundo de Desterro" no período oitocentista. De fato, todo o cenário e o passado recriado, projetado por meio de fontes e imagens relevantes, criam e constituem sentidos e colocam sujeitos negros como os grandes protagonistas de uma história que lhes pertence, mas que foi invisibilizada.

Outro trabalho importante que oferece uma experiência significativa de ensino de história em *sites* é o trabalho de Clarice Ehmke Gayo, também do Mestrado Profissional em

Ensino de História. Diferentemente de Rovaris, que aborda trajetórias de africanos que viveram em Desterro/SC no século XIX, ela discute trajetórias de mulheres indígenas Laklãnõ Xokleng que vivem atualmente em cidades — aspecto que torna o trabalho especialmente relevante, ao projetar e dar visibilidade às mulheres Laklãnõ e a suas pautas contemporâneas, aos seus dilemas e aos desafios. Segundo ela, divulgar sua pesquisa por meio de um *site* oferece algumas facilidades e pondera que:

> o *site* tem navegabilidade descomplicada e pode ser acessado por computador ou celular, dada a facilidade das ferramentas tecnológicas e a disponibilidade de rede de informações. Considerando que há realidades variadas nas comunidades e nas escolas que atuamos, o *site* conta com uma versão adaptada em formato e-book, possibilitando ao professor e à professora utilizar o material didático de acordo com a realidade de seu campo de trabalho, mesmo sem internet disponível (Gayo, 2021, p. 23).

Também os professores Diogo Pereira, que elaborou e montou o *site Territórios Guarani*, e André Meyer, que produziu o *site História e Cultura Guarani*, produziram materiais significativos disponibilizados em páginas na *web*. Ambos propuseram linguagens interativas e inovadoras para instigar os estudantes a aprender mais sobre a História Indígena.[67]

Por conseguinte, como tem ficado evidente, o ambiente virtual vem se tornando uma ferramenta potente para a difusão e a contação de histórias sobre e com os povos indígenas e as populações de origem africana. É fundamental garantir que grupos historicamente subalternizados possam fazer ecoar suas vozes, refutando narrativas tradicionais dos dominadores, para que possam atuar cada vez mais em oposição a grupos conservadores que atuam a serviço da dominação capitalista. Essas disputas narrativas têm possibilitado a esses grupos maior projeção e maior oportunidade de mostrarem quem são e como vivem, evitando estigmatizações e obtendo visibilidade também para denunciarem ao mundo as violências cometidas contra eles.[68]

> A internet é outro instrumento de pesquisa que pode auxiliar na organização das atividades pedagógicas para o estudo da história e cultura indígena, através do acesso a dezenas de filmes e documentários produzidos por indígenas e por não-indígenas sobre a história e cultura desses povos e sobre as temáticas da discriminação e diversidade étnica (Kayapó, 2014, p. 59).

---

[67] Carolina Rovaris – Site "**Narrativas sobre a Diáspora Africana**" - https://www.trajetoriasdadiaspora.com.br/.
Clarice Gayo – Site "**Gente Agente**" - https://claristoria.wixsite.com/genteagente/oficina-01.
Diogo Pereira – Site "**Territórios Guarani**" - https://www.google.com/maps/@-26.1297398,-53.6207955,6z/data=!3m1!4b1!4m2!6m1!1s1t9leiK74hY3L9kxjTLjvcHREdFK0CQHd.
André Meyer – Site "**História e Cultura Guarani**" - https://historiaeculturaguarani.org/.

[68] Entre estas violências podemos destacar a destruição e a grilagem de seus territórios, invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio e a saúde dos povos indígenas. Também o desrespeito aos direitos constitucionais, ameaças a integridade física e moral e o racismo fazem parte dos ataques desferidos/ sofridos.

Da mesma forma, o ciberespaço tem servido para divulgar, além de vídeos, de obras importantes, de artigos e de documentos diversos, as pautas, a cultura e uma nova perspectiva da história indígena, a qual têm contribuído muito para o combate ao racismo e à discriminação desses povos. Esse novo olhar sobre a trajetória histórica desses grupos revela um passado, repleto de experiências, ações e reações, estratégias e sabedorias, antes ofuscadas pela arrogância etnocêntrica dos colonizadores e daqueles que escreveram a história oficial. A internet torna a divulgação e o acesso a essas novas narrativas históricas mais democráticos e fáceis. Nesse sentido, é importante ocupar esses espaços para promover a visibilização necessária desses sujeitos tradicionalmente invisibilizados, uma vez que as mídias tradicionais de comunicação raramente dão espaço a eles.

De toda a forma, ensinar com a ajuda de recursos tecnológicos pode promover o interesse dos educandos, por conta das novas e diversas possibilidades didáticas, e contribuir para a disseminação de novas formas de pensar, interpretar e compreender a pluralidade humana e de novas perspectivas de entender o passado e de perceber e compreender sujeitos marginalizados historicamente. Conforme Silva (2012, p. 8),

> se for analisado que de meados da década de 1990 para cá uma quantidade anteriormente inimaginável de informações na forma de textos históricos, imagens, músicas e vídeos tornaram-se disponíveis a um clique do mouse, este argumento se torna convincente (Kelly, 2006). [...] Não é a toa que Howard Rheingold, digerati norte-americano, inventor do termo "comunidade virtual", afirma que o professor do futuro se caracterizará pela "sua habilidade em selecionar as informações e em torná-las mais acessíveis" através da construção de "espaços virtuais nos quais os alunos usarão todos os seus sentidos para aprender"(Kensky ,2000).[69]

Em síntese, consideramos o ambiente digital um excelente espaço para esclarecer os docentes, os jovens e suas famílias sobre uma nova forma de entender os povos indígenas. Esta se consolida a partir de novas narrativas que os colocam novamente nas cenas históricas das quais foram apagados, que os entendem como sujeitos da atualidade, partícipes e geradores de mudanças, protagonistas de suas epopeias de resistência.

---

[69] Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf.

5.2 ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E O SITE *PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME*

> *Eu acredito muito na possibilidade de o nosso processo pedagógico, processo educacional brasileiro, criar um olhar diferenciado. E que seja uma pedagogia nascida da nossa própria terra, da nossa própria origem, e os povos indígenas têm essa pedagogia há dois mil anos. Aquilo que o Darcy Ribeiro chamava de socialismo moreno. A importância de a gente pensar uma pedagogia a partir das experiências vividas no nosso próprio território brasileiro.*
>
> *DANIEL MUNDURUKU, 2021*[70]

No trecho acima, o escritor e professor indígena Daniel Munduruku expressa sua crença em uma nova forma de ensinar, uma pedagogia que "crie um olhar diferenciado", que seja capaz de pensar o ensino "a partir das experiências vividas no nosso próprio território brasileiro". Experiências estas que, quando analisadas sob o olhar crítico da história, se revelam muito mais traumáticas a grupos étnicos não europeus. Então, Munduruku faz um apelo pelo uso da sabedoria indígena nas escolas e se dedica ao papel de esclarecer elementos da cultura, do modo de ser de seu grupo, e estabelece muitos diálogos com sujeitos indígenas e não indígenas, revelando aspectos antes invisibilizados, interconectando pessoas de diferentes realidades e trajetórias históricas e contribuindo, assim, para uma compreensão mais ampla de nossa história. Munduruku busca uma valorização do passado e do presente indígena como integrante originário e efetivo na ancestralidade de todo o povo brasileiro.

> Dessa maneira eu imagino estar contribuindo para que a sociedade brasileira volte um pouco sobre si mesma, se reconheça, e possa de fato seguir adiante em um caminho que eu acredito ser o caminho mais adequado para o Brasil, que é o caminho da felicidade. E a felicidade do Brasil está na sua diversidade. Só que nós aprendemos a não gostar da nossa diversidade. Aprendemos a não gostar do nosso passado, da nossa memória. E a minha ideia é sempre essa, de educar o povo brasileiro pra esse Brasil que ele deixou de gostar (Munduruku, 2021).[71]

Munduruku se refere a violências históricas cometidas pelos colonizadores, ao empreenderem tentativas de assimilação, branqueamento, apagamento histórico e genocídios contra os povos indígenas e outros grupos subalternizados, que acostumaram os brasileiros a

---

[70] Entrevista de Daniel Munduruku concedida ao programa *Bem Viver*, da Rádio Brasil de Fato, São Paulo (SP), em 17 de Outubro de 2021 às 11h23min. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/daniel-munduruku-os-povos-indigenas-sao-a-ultima-reserva-moral-dentro-desse-sistema. Acesso em 25.03.2022, às 19h.
[71] Ibid. cit. 61.

"não gostar da nossa diversidade". Seu entendimento se aproxima do de outros intelectuais indígenas e não indígenas que perseguem uma educação que valorize a alteridade brasileira. No entanto, para que a alteridade seja ressaltada, é necessário que, em sala de aula, todos os sujeitos históricos tenham os seus papéis reconhecidos e valorizados. Nesse caso, é fundamental que os povos indígenas apareçam nos livros de história como agentes, que sejam protagonistas, sendo suas histórias contadas e reconhecidas como fundantes deste país e, hoje, mais do que nunca, fundamentais para a construção de um futuro em que todo e qualquer tipo de vida seja respeitada. Essa é uma visão inovadora, pois "ainda hoje persiste a tendência de identificar a pluralidade étnica e a diversidade cultural como inimigas do progresso e da soberania nacional" (Kayapó, 2014, p. 40).

Muitas lições são apreendidas quando ouvimos as lideranças indígenas que nos contam histórias e nos alertam sobre o modo de vida predatório que a sociedade ocidental ainda mantém na contemporaneidade. Essas falas precisam urgentemente fazer parte do contexto escolar, existir nas redes de ensino, nas escolas e entre os professores. Precisamos contar uma nova História que revele a participação e a ação indígena em todos os períodos e que valorize a ancestralidade de todos os educandos sem distinção.

> Avançando em direção a uma nova postura pedagógica, o estudo da história e cultura indígena nas escolas pode ocorrer por um viés que reconheça a pluralidade da nação brasileira e a diversidade dos povos indígenas, ressaltando que esses povos estão inseridos no tempo presente. A escola deve exercer um outro olhar [...]. Basta compreendermos que a nação Brasileira não é uma unidade homogênea, e sim uma unidade atravessada pela diversidade de identidades, línguas e diferentes formas de organização sociocultural (Kayapó, 2014, p.55).

É perseguindo essa perspectiva de pensamento, que ressalta a importância histórica dos diversos grupos indígenas e que reconhece e dialoga com esses sujeitos no presente, que o *site* denominado *Presença Indígena em São José da Terra Firme* começou a ser gestado. Desde o início do Mestrado, especialmente na disciplina de Ensino de História Indígena[72], surgiu a vontade de criar um material didático que pudesse apresentar aos professores uma nova perspectiva sobre a história dos povos indígenas que viveram e ainda vivem no município de São José, Santa Catarina. No entanto, a ideia de divulgar esse material em um *site* temático

[72] Ministrada pela Prof. Dra. Luisa Tombini Wittmann, a disciplina Ensino de História Indígena, do Mestrado Profissional de Ensino de História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, transcorreu no primeiro semestre de 2020 e teve como objetivo "refletir sobre a presença/agência indígena na História a partir de novas abordagens teórico-metodológicas, com o intuito de contribuir para a implementação da Lei 11.645/08, que torna obrigatória no currículo da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

surgiu durante a disciplina Produção de Material Didático e Universo Virtual[73], quando nós, mestrandos, fomos desafiados a criar um instrumento de ensino digital. Nesse contexto, criei o *site*, pensado para fornecer informações e reflexões históricas e culturais sobre os povos indígenas presentes na história de São José.

O *site* foi aperfeiçoado e se tornou o produto final desta pesquisa. A ideia era viabilizar o acesso de docentes (mas também discentes) a informações, narrativas, fontes textuais e imagéticas e atividades pedagógicas que possibilitassem uma educação voltada para a valorização da diversidade étnica, oferecendo uma nova perspectiva da história municipal em que os indígenas também são protagonistas no processo histórico.

Foi esse entendimento, cunhado pelo movimento historiográfico da Nova História Indígena e tomado como categoria de análise, que resultou nesta pesquisa e na proposição didática. Nesse sentido, o *site* veio a ocupar um espaço no universo digital, possibilitando acessos.

Além disso, a ideia de montar um *site* busca possibilitar aos professores e professoras, desta e de outras redes de ensino, acesso rápido a subsídios que os possibilitem atuar pedagogicamente em consonância com a lei 11.645/2008 e suas diretrizes, valorizando a história e a cultura dos povos indígenas que viveram e ainda vivem nesta região.

Figura 13 - Página inicial do site educativo

Página inicial do site dedicado à história dos povos indígenas em São José e região.

[73] Ministrada pela Prof.ª Dra. Caroline Jaques Cubas, no Mestrado Profissional de Ensino de História (UDESC), segundo semestre de 2020, a disciplina teve como principal objetivo "promover o desenvolvimento de materiais didáticos a partir de reflexões sobre os limites e possibilidades do universo virtual".

Além do mais, a existência de um *site* temático para o ensino de história indígena facilita a divulgação da proposição entre os docentes desta rede municipal e de cidades próximas. Isso porque, mesmo atualmente, a administração municipal não tem demonstrado interesse em valorizar a história desses povos. No próprio *site* oficial da cidade não há nenhuma menção sobre a participação indígena no legado histórico josefense. Dessa forma, o *site* possibilitará a divulgação do material de ensino e pesquisa em diversas plataformas digitais por meio de seu *link* de acesso, de forma alternativa, entre os professores e as professoras da rede de ensino municipal.

Ademais, é necessário destacar que a difusão desse conhecimento é muito importante, considerando que o apagamento da presença e da agência indígena é histórico e a ideia de inexistência é muito difundida entre a população da região. Buscando superar esses preconceitos, tentamos construir caminhos para demonstrar a importância das gentes e do conhecimento originário na formação da sociedade josefense, invisibilizados nos discursos coloniais.

Vale também destacar que, como o *site* foi estruturado para possibilitar a implementação da lei e de suas diretrizes, o grande desafio foi evitar os equívocos tão comuns nas tratativas dessa temática. A principal questão era falar da história indígena em São José a partir de uma perspectiva que desmontasse o discurso tradicional hegemônico, devolvendo o lugar desses povos na história local, sem passar a ideia de que os indígenas são seres pretéritos. Para isso, o *site* apresenta documentos históricos, em que há relatos da presença e da agência indígena em São José em diversos momentos históricos, já apresentados nesta dissertação. Também evidencia a presença na atualidade por meio de vídeos que fornecem argumentos e evidências históricas a partir de fotos e textos de indígenas da atualidade em São José ou em áreas próximas. São elementos que se tornam provas de um passado em que a presença indígena era maciça neste território, que demonstram uma existência longa e sua resistência ao genocídio executado. São imagens, textos, músicas e vídeos feitos pelos indígenas, com suas trilhas sonoras, a fim de criar uma atmosfera que pode sensibilizar e conectar os estudantes com as subjetividades indígenas.

Figura 14 - Abertura do vídeo do *site* - Agência Indígena

Abertura do vídeo que destaca a agência indígena na região de São José. Disponível no site.

Entendemos que, quando os jovens se deparam com informações sobre a presença indígena na trajetória histórica de uma região, abre-se a possibilidade de promover o respeito à alteridade, mas também a compreensão de que os povos indígenas pertencem à história de todos nós, uma vez que estiveram e ainda estão presentes em vários locais do município, inclusive em nossas escolas. Nesse sentido, apesar de o *site* ter sido pensado para instrumentalizar professores e professoras, o ambiente virtual em questão acabou se tornando também um espaço interessante para que estudantes realizem pesquisas sobre a temática ao disponibilizar materiais lúdicos com mensagens diretas, músicas indígenas para sensibilizar o público jovem e atividades sobre questões caras aos povos indígenas e a todos os que valorizam a diversidade e a ancestralidade de todos os brasileiros.

Na página inicial, estão dispostas imagens, em formato de *slide show*, relacionadas a história dos indígenas nos territórios que pertenceram a São José, que ajudam a confirmar a ideia de que os indígenas estavam presentes em diversos tempos da história do município. Uma dessas imagens, uma coleção de pontas de flecha de pedra, que pertence ao Museu de Arqueologia de Lomba Alta, de Alfredo Wagner (território antigamente pertencente a São José), demostra a presença milenar dos povos indígenas por todo o território josefense desde muito antes da chegada dos europeus. Um mapa de Hans Staden, em que ele reproduz em uma gravura a aldeia Guarani-Carijó denominada Cutia, comprova a interação de europeus com

indígenas na Terra Firme no século XVI. Inclusive, seus relatos são fontes importantes deste trabalho por demonstrarem a presença e a agência indígena na região em diversos momentos de suas viagens. Outros mapas, disponibilizados no *site*, apresentam o avanço da colonização pelos sertões da região de São José e a redução dos espaços tradicionais de Guarani e Laklãnõ Xokleng. Uma foto de indígenas na atualidade mostra lideranças no palanque, após fazerem uso do microfone, ocupando seu espaço político, em protesto no centro de Florianópolis (em 2021), revelando seu protagonismo.

Figura 15 - Abertura do vídeo do *site* - Territórios indígenas em São José da Terra Firme

Vídeo sobre a territorialidade indígena. Disponível no site.

Ainda na página inicial do *site*, recursos audiovisuais atrelados a atividades pedagógicas completam o seu conteúdo. Cada uma das seis atividades possui instruções para os professores trabalharem junto aos educandos dos últimos anos do ensino fundamental e com turmas do ensino médio, se assim desejarem os docentes, dada a relevância dos temas.

A atividade sobre a agência indígena, contesta abordagens que apagam os indígenas da história. A proposta apresenta evidências históricas de que os indígenas não só estavam presentes no século XVII, mas também agiam efetivamente e, por vezes, mudavam os rumos dos acontecimentos.

Ademais, alguns vídeos, textos e imagens, à disposição no *site*, podem ser utilizados em aulas planejadas para qualquer ano do ensino fundamental, ou seja, o material não é voltado

para um ano específico e as atividades não são fechadas, são propostas que podem ser adaptadas conforme a realidade escolar. Afinal, integram o rol das dez competências gerais da BNCC para a Educação Básica o seguinte texto:

> exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2017).

As atividades didáticas problematizadoras, mencionadas acima, utilizam documentos históricos que apresentam evidências da presença e da agência indígena em São José, sempre pensando em construir nexos entre o presente e o passado dos grupos originários no território josefense. Fornecendo argumentos que comprovam a existência e a ação Guarani e Laklãnõ Xokleng em toda a história da região.

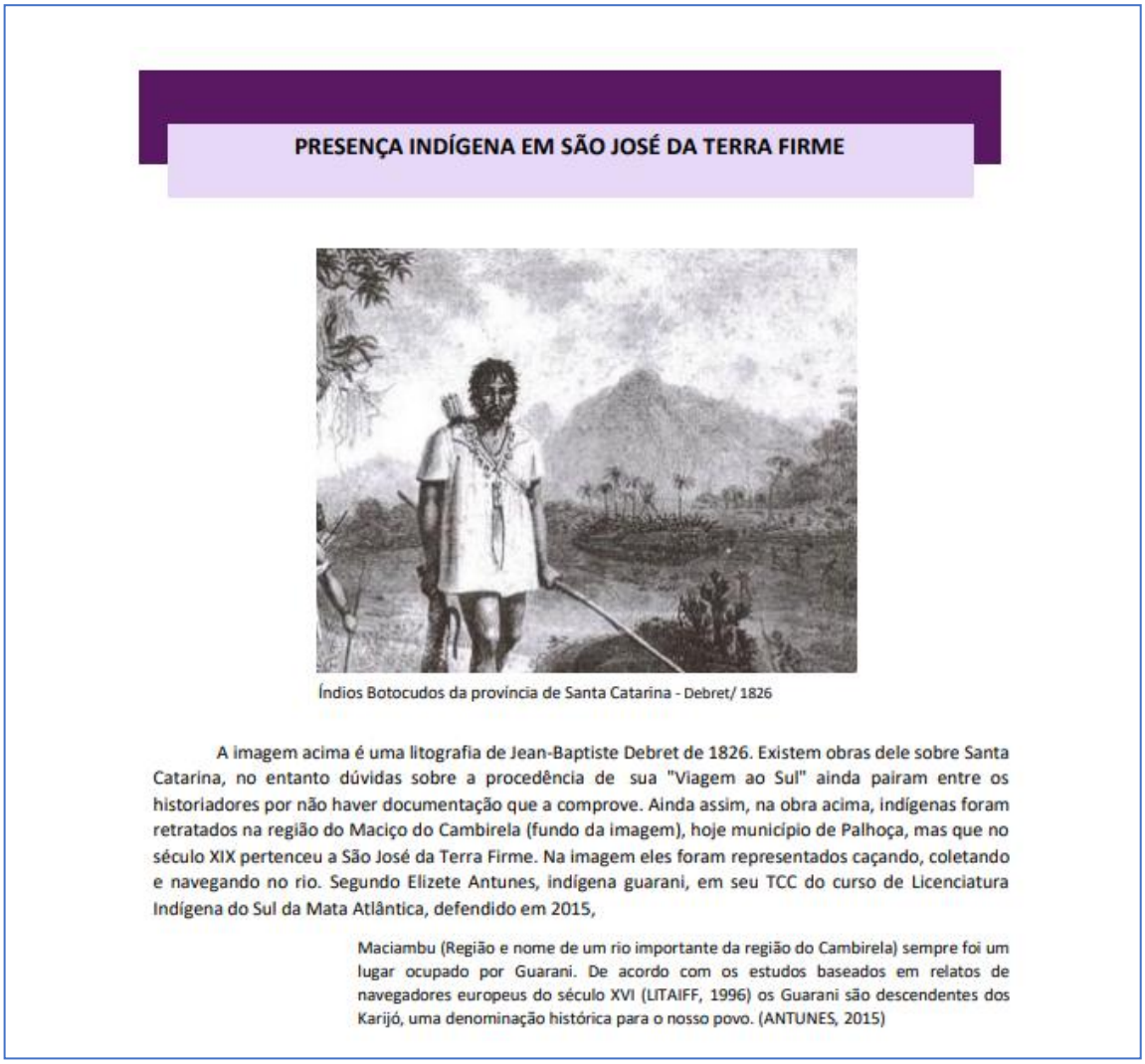
Disponibilizadas em formato PDF (para que possam ser utilizadas em escolas que não tenham internet ou que estejam com problemas de conexão), elas contêm orientações aos docentes e estão atreladas aos vídeos, às imagens, aos textos e aos mapas do *site*. As atividades conduzem os discentes a terem contato direto com documentos históricos escritos e visuais, com narrativas indígenas e debates historiográficos. Assim, a diversidade de "documentos amplia a compreensão do aluno: permite o confronto, o diálogo, a crítica das fontes textuais" (Fonseca, 2009, p. 174) e imagéticas, possibilitando diversos entendimentos.

Ainda na atividade denominada **"**Presença indígena em São José da Terra Firme**"** buscamos apresentar "provas" da existência de Guarani e Laklãnõ Xokleng nos territórios históricos de São José e proximidades. Desde a imagem de Debret demonstrando a presença de indígenas nas regiões próximas ao Cambirela (montanha no fundo da imagem), até o relato do mesmo autor, o objetivo da proposta é mostrar que os povos indígenas tiveram seu lugar na história local, ampliando o conhecimento de livros e produções anteriores que não destacaram a questão indígena.

Essa atividade também auxilia os jovens a compreenderem a diversidade indígena em São José, áreas próximas e no Estado de Santa Catarina ao disponibilizar e problematizar um mapa que apresenta os territórios tradicionais dos povos daqui. Espera-se que os estudantes percebam que, além dos Guarani, também os Laklãnõ Xokleng viviam neste território. Essa proposição também demonstra a agência indígena ao apresentar o relato de Debret sobre o ataque Laklãnõ Xokleng contra os colonos nas fontes de águas termais da região. Essa proposta também remete o estudante ao vídeo do *site* sobre a presença Guarani, produzido no programa

Animaker para explicar a relação ancestral desse povo com as terras da região, inclusive as terras de São José.

Figura 16 - Atividade Presença Indígena em São José da Terra Firme

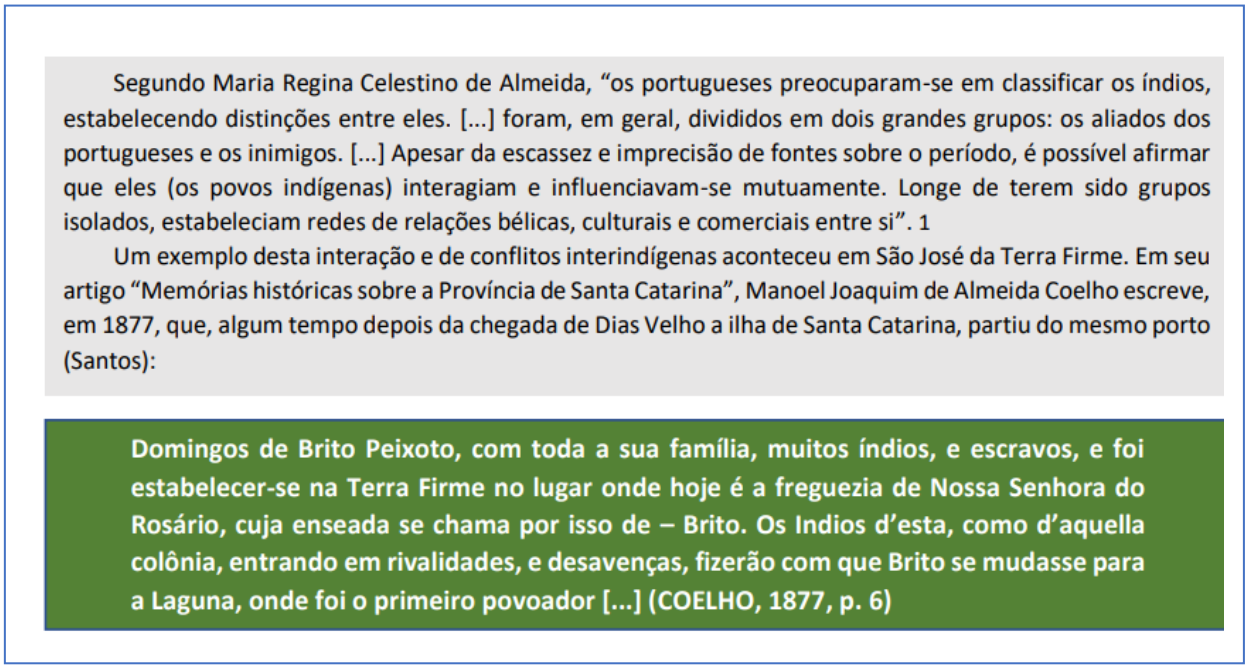


Trecho da atividade “Presença indígena em São José da Terra Firme”, disponível no site.

A atividade intitulada **“**Agência Indígena na história de São José da Terra Firme**”** tem como objetivo demonstrar não só a presença dos indígenas nos territórios josefenses, mas também a sua agência, ou seja, demonstrar que as ações dos indígenas interferiram nos rumos do processo de colonização. A proposta apresenta um mapa que expõe a grande diversidade de povos indígenas no Brasil antes da chegada dos europeus e destaca as relações interindígenas que sempre existiram no território, mas que foram alteradas com a chegada dos europeus. Foi o que aconteceu na região da Terra Firme, no século XVII, quando da primeira tentativa de colonização da região conhecida hoje como Enseada de Brito, evento já analisado anteriormente

no Capítulo 4. Esse episódio é apresentado na proposta após uma discussão sobre as relações culturais e comerciais e os conflitos interindígenas — aumentados com a chegada dos europeus — e é apresentado a partir de um diálogo com Maria Regina Celestino de Almeida, representante da linha historiográfica da Nova História Indígena. A atividade, que se refere ao passado, também remete o estudante ao presente. Por meio de *links*, os jovens são direcionados ao *site* do Instituto Socioambiental (ISA), para contemplarem a diversidade indígena atual no Brasil, e ao vídeo "Agência Indígena Guarani" (disponível em nosso *site*) para que ouçam o rap Guarani, contemplem as imagens e os textos indígenas, bem como suas pautas de luta, que juntos compõe uma mensagem potente de agência dos Guarani também na atualidade. Abaixo, está um trecho da atividade mencionada.

Figura 17 - Trecho da atividade Agência Indígena na história de São José da Terra Firme



Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, "os portugueses preocuparam-se em classificar os índios, estabelecendo distinções entre eles. [...] foram, em geral, divididos em dois grandes grupos: os aliados dos portugueses e os inimigos. [...] Apesar da escassez e imprecisão de fontes sobre o período, é possível afirmar que eles (os povos indígenas) interagiam e influenciavam-se mutuamente. Longe de terem sido grupos isolados, estabeleciam redes de relações bélicas, culturais e comerciais entre si". 1

Um exemplo desta interação e de conflitos interindígenas aconteceu em São José da Terra Firme. Em seu artigo "Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina", Manoel Joaquim de Almeida Coelho escreve, em 1877, que, algum tempo depois da chegada de Dias Velho a ilha de Santa Catarina, partiu do mesmo porto (Santos):

Domingos de Brito Peixoto, com toda a sua família, muitos índios, e escravos, e foi estabelecer-se na Terra Firme no lugar onde hoje é a freguezia de Nossa Senhora do Rosário, cuja enseada se chama por isso de – Brito. Os Indios d'esta, como d'aquella colônia, entrando em rivalidades, e desavenças, fizerão com que Brito se mudasse para a Laguna, onde foi o primeiro povoador [...] (COELHO, 1877, p. 6)

O trecho acima apresenta relato histórico da agência indígena em São José.

Essa proposta, possibilita que os educandos possam chegar à conclusão de que os povos indígenas fazem história ao agirem e que essas ações mudam os rumos e eventos da história. Essas mudanças históricas ocasionadas por sujeitos indígenas não foram e não são raras: trocas de mercadorias e outras interações com os não indígenas, decisões tomadas, ataques e outras resistências impostas por grupos originários fizeram com que os rumos da colonização fossem muitas vezes ditados por sujeitos indígenas (Almeida, 2010, p. 27), e essas ações também aconteceram e acontecem em São José da Terra Firme. Segundo Wittmann, "houve ações indígenas diante de situações adversas e diversas, inclusive daquelas resultantes de relações de

poder bastante desiguais. Apesar das imposições, as sociedades indígenas, distintas umas das outras, criam, interpretam, agem e vivem" (Wittmann, 2015, p. 17).

Outra atividade problematizadora significativa que convém destacar trata do "M'byá Rekó: o jeito de ser guarani", disponibilizada no item "cultura", tem como objetivo fazer com que os estudantes estabeleçam uma conexão positiva com a Cultura Guarani M'byá, observando a relação dos indígenas com a terra e a natureza e a sua produção cultural. Esse é um tema fundamental, pois o vídeo que acompanha a atividade é composto de narrativas em que os próprios indígenas falam sobre o seu cotidiano, sobre suas tradições, sobre suas concepções e sobre a vida nas aldeias Guarani. A atividade propõe a realização de pesquisa sobre elementos da cultura material e imaterial dos Guarani para consolidar um entendimento mais amplo sobre o modo de ser desse povo. As reflexões, desencadeadas a partir da compreensão do M'byá Rekó, sobre a importância da vida comunitária e de uma vivência em conexão com a natureza, pode fazer os jovens pensarem sobre os problemas advindos do individualismo e do consumismo da sociedade capitalista, gerando mudanças.

Figura 18 - Imagem da atividade sobre o M'bya Rekó Guarani

Cabeçalho da atividade sobre o jeito de ser Guarani

No *site*, o M'byá Rekó está representado por um conjunto de elementos culturais interconectados e fundamentais para compor a existência e a identidade Guarani. Revela-se a importância da ancestralidade, da infância, da mobilidade, da língua, das artes e da

espiritualidade. Espera-se que os jovens possam perceber que os Guarani são diferentes por seus modos de viver e de ser, pelas experiências traumáticas que o processo colonial lhes impôs e ainda impõe, mas são iguais por serem seres humanos, com qualidades e defeitos, detentores de saberes e de subjetividades.

Ademais, essa atividade também ajuda os estudantes a perceberem o caráter dinâmico da cultura Guarani a partir do contato e da interferência da sociedade nacional. No entanto, demonstra também grande resistência da cultura do M'byá Rekó no sentido de preservar questões que ligam os indígenas ao ambiente natural, resultando em grande oposição (ainda que pelo exemplo pacífico) aos preceitos e ao modo de vida individualista provenientes do sistema capitalista.

Outra proposta disponível no *site* é denominada **"**Narrativas, visibilidade e respeito**"**. Entre outros objetivos, essa atividade foi pensada para colocar as lideranças indígenas em lugar de destaque, promovendo seu protagonismo e a difusão de suas falas e denúncias. Dessa forma, os discentes podem compreender a importância dos ensinamentos contados pelos próprios indígenas, desenvolvendo empatia por esses grupos ainda tão pouco conhecidos pelos brasileiros.

Figura 19 - Trecho da atividade do *site* "Narrativas, visibilidade e respeito"

Imagem e matéria disponíveis no site: https://iela.ufsc.br/noticia/morro-dos-cavalos-e-terra-guarani

O documentário "Morro dos cavalos: Terra Guarani", produzido pela Comissão Yvyrupa, uma organização indígena dos povos Guarani no Brasil, exemplifica a importância de se dar visibilidade as falas indígenas. Este vídeo destaca a presença guarani, apresentando elementos que possibilitam a construção de uma narrativa singular e totalmente indígena, tornando-os protagonistas de sua própria história. No vídeo os guaranis têm a oportunidade de mostrarem que têm conexão com os seus territórios ancestrais, que são detentores de subjetividades, que valorizam e pretendem manter seu modo de viver. Modo este que se preserva em meio à fluidez que advém do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou, e que também foi afetado.

A relevância da atividade está no fato de dar visibilidade para os povos indígenas e suas pautas, sobretudo quando se refere ao documentário "*Morro dos Cavalos: Terra Guarani*", que também está disponível no *site*. Esse é um material muito rico para ser explorado

pedagogicamente por refutar todos os equívocos que permeiam a mentalidade de grande parte da população, correspondendo, assim, a um material antirracista. Nele, os Guarani são apresentados como um povo indígena com uma tradição cultural singular. Além disso, a narrativa do vídeo refuta os discursos dos colonizadores que visam se apropriar de suas terras ao apresentarem sua existência ancestral nas terras do entorno da aldeia. Eles deixam, assim, de ser povos do passado e passam a assumir papeis fundamentais no presente — o de guardiões das nascentes dos rios e dos recursos naturais, de representantes de uma cultura que preserva um jeito de ser e um modo de vida diferente, que pode nos fazer refletir muito sobre que mundo e sociedade queremos. Nessa proposta, o vídeo dos Guarani é apresentado aos estudantes como um exemplo da potencialidade do discurso indígena para apresentar o seu modo de vida, ligado ao ambiente natural, e como um meio necessário para denunciar à sociedade os ataques sofridos pela colonialidade. Em quase todas as questões da atividade, o vídeo é acionado como material de consulta e pesquisa para ensinar os jovens sobre o jeito Guarani e sobre seus desafios, auxiliando-os a refletir sobre as problematizações propostas.

A atividade **"**Territórios Laklãnõ Xokleng em São José da Firme**"** destaca a forte presença desse grupo indígena nos territórios de São José. Essa presença aparece nas fontes como fartamente existente em áreas próximas ao litoral e principalmente nos sertões da Terra Firme. A proposição também destaca que, por conta da presença significava desse povo e pela ambição entre os colonizadores de usurpar suas terras (consideradas devolutas pelo Estado), os Laklãnõ Xokleng foram vítimas de violências extremas e tentativas de extermínio. Como as estratégias de apagamento e a ambição pelas terras indígenas permaneceram até a contemporaneidade, os Laklãnõ Xokleng têm protagonizado uma dura batalha judicial contra a tese do marco temporal.[74] Essas são questões e reflexões que permeiam essa importante temática.

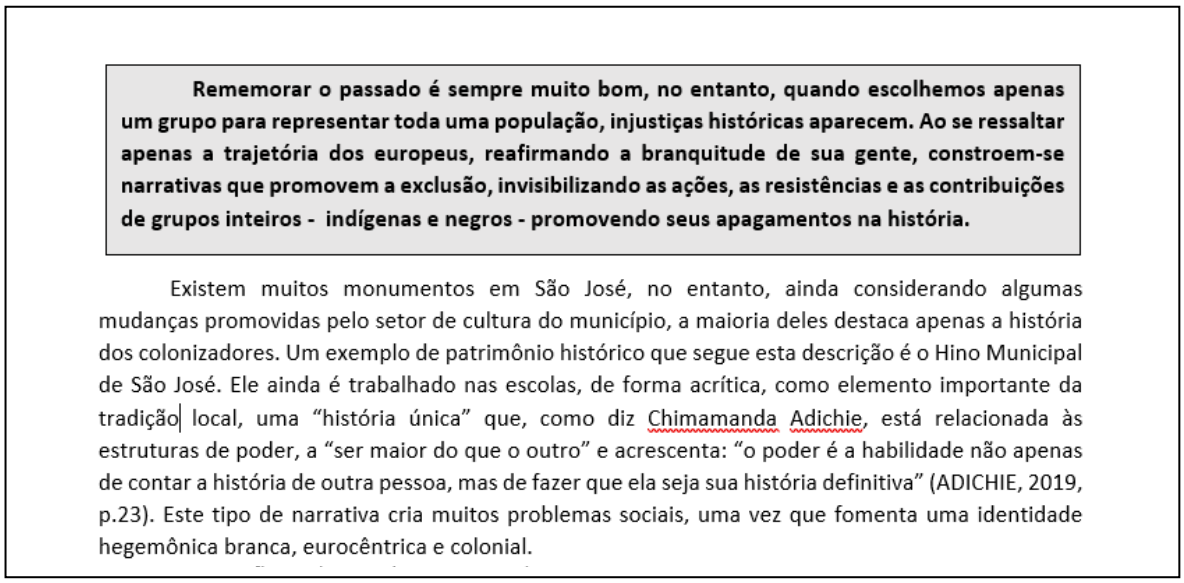
[74] A tese do "marco temporal" consiste em uma estratégia jurídica defendida por ruralistas e por outros setores da sociedade, que objetivam a exploração de recursos nas terras indígenas, cujo ponto central é questionar o direito de diversos grupos às terras tradicionais que passaram a ocupar após outubro de 1988, data da promulgação da constituição. A tese ignora as violências, a tutela pelo Estado e a expulsão de indígenas de seus territórios antes desta data.

Figura 20 - Recorte da atividade “Territórios Laklãnõ Xokleng em São José”

Na atividade acima, a narrativa indígena sobre seus territórios e sobre a violência colonial é confirmada por meio de diligências policiais e estudos historiográficos.

A última atividade disponível no *site*, intitulada **“**Memória e identidade josefense**”**, problematiza a história oficial, contada e representada no município, por meio de seu hino, que é um símbolo municipal, e de monumentos públicos construídos em homenagem aos açorianos “fundadores” de São José. Na proposição, o discurso oficial que apaga a existência indígena da história é refutado quando evidências dessa presença são lançadas na discussão. O resultado é a reflexão sobre os motivos que tem a administração municipal em promover esse apagamento até os dias de hoje.

Figura 21 - Trecho do texto da atividade “Memória e identidade em São José”



Rememorar o passado é sempre muito bom, no entanto, quando escolhemos apenas um grupo para representar toda uma população, injustiças históricas aparecem. Ao se ressaltar apenas a trajetória dos europeus, reafirmando a branquitude de sua gente, constroem-se narrativas que promovem a exclusão, invisibilizando as ações, as resistências e as contribuições de grupos inteiros - indígenas e negros - promovendo seus apagamentos na história.

Existem muitos monumentos em São José, no entanto, ainda considerando algumas mudanças promovidas pelo setor de cultura do município, a maioria deles destaca apenas a história dos colonizadores. Um exemplo de patrimônio histórico que segue esta descrição é o Hino Municipal de São José. Ele ainda é trabalhado nas escolas, de forma acrítica, como elemento importante da tradição local, uma “história única” que, como diz Chimamanda Adichie, está relacionada às estruturas de poder, a “ser maior do que o outro” e acrescenta: “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p.23). Este tipo de narrativa cria muitos problemas sociais, uma vez que fomenta uma identidade hegemônica branca, eurocêntrica e colonial.

A atividade “Memória e identidade em São José” destaca o apagamento histórico de sujeitos indígenas e negros.

Para além da página inicial, outros textos informativos que compõem o *site* estão dispostos em seis abas que contemplam e compõem um cenário amplo a respeito da trajetória indígena em São José e região.

Na aba “História”, por meio de uma pesquisa realizada em *sites* dos municípios vizinhos (que no passado compunham o território de São José) e em diversos trabalhos acadêmicos sobre a temática, disponíveis na internet, é possível acessar referências a fontes[75] que trazem informações sobre a grande presença de indígenas nos territórios que os europeus ocupavam ou consideravam seus em diversos momentos da história.

As fontes utilizadas na construção das narrativas apresentadas na aba são, em sua grande maioria, fontes coloniais. No entanto, devido à grande agência dos povos indígenas nos diversos períodos históricos do contato, eles se tornaram assunto recorrente nos relatos de autoridades públicas que externavam suas frustações quando das dificuldades de prosseguirem com seus projetos coloniais; passando, então, a tomar decisões muito violentas para resolver seus “obstáculos”. Ainda assim, mesmo utilizando fontes coloniais, é possível perceber questões

[75] Boa parte das informações relacionadas em minha pesquisa sobre a História Indígena em São José, a qual motivou e possibilitou a criação do *site* temático, foram provenientes de fontes acessadas por meio do ambiente virtual. Foram artigos de revistas acadêmicas contemporâneas, de congressos e revistas históricas do IHGB (1848/1850) (memórias históricas e políticas, anais), pastas de documentos digitalizados do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, do Portal Catarina: Biblioteca Digital da Literatura Catarinense – UFSC, além de livros, teses, dissertações e TCCs digitalizados, imagens e mapas da internet, entre outros, que encontrei disponibilizadas na rede.

para além das intensões do narrador. Afinal, a “leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas” [...] (Wittmann, 2015, p. 18).

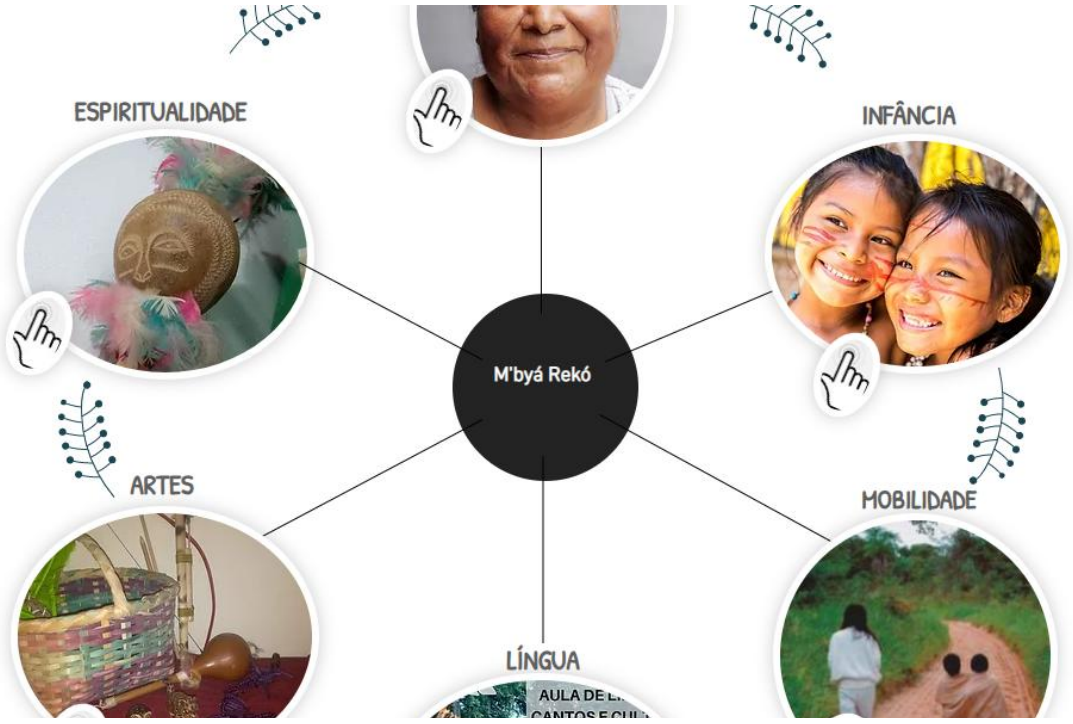
Figura 22 - Trecho da aba “História”

Recorte da aba História, em que se apresenta uma narrativa construída a partir de informações provenientes de vários relatos e fontes que refutam o discurso histórico municipal que só reconhece a presença indígena em São José nos primeiros anos do contato. As imagens da aba contêm links que remetem o leitor ao texto completo sobre o assunto.

Já a aba “Cultura**”** destaca a maneira de viver dos Indígenas Guarani e busca explicar o M’byá Rekó, o jeito de ser desse povo. Nessa página, a cultura foi apresentada a partir de elementos gráficos e imagéticos que se interconectam e compõem uma estrutura circular, representando um elo forte, o M’byá Rekó, responsável pela manutenção da identidade Guarani.

Essa é uma parte importante da narrativa do *site* por demonstrar as lógicas e o jeito de ser Guarani, possibilitando informação e conhecimento, auxiliando no desenvolvimento do respeito e da empatia. Esse assunto também foi tema de uma atividade discutida anteriormente.

Figura 23 - Recorte da aba “Cultura”



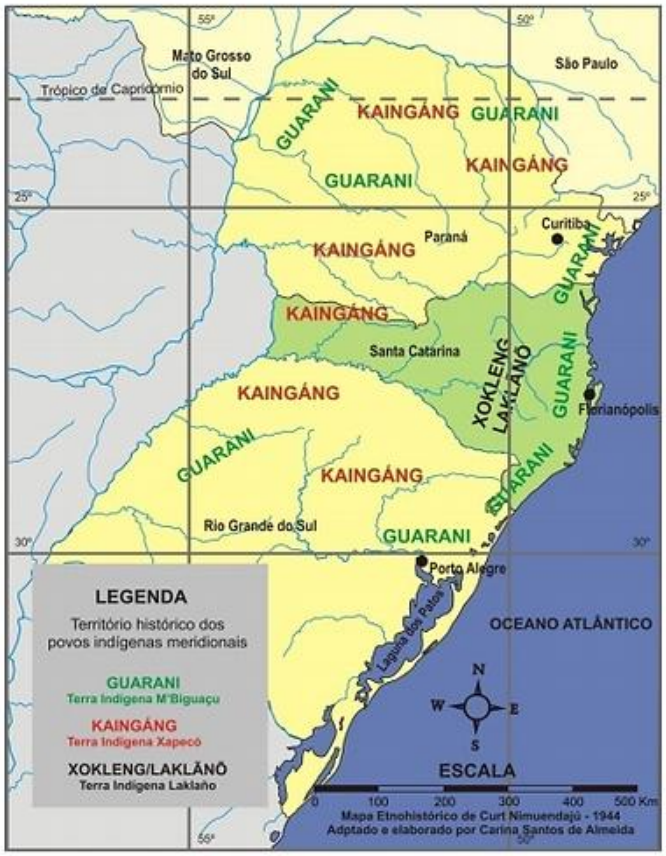
As imagens possuem *links* para janelas que apresentam os textos informativos.

Na aba “Território”, são evidenciadas as áreas que compunham as regiões de circulação e as terras ancestrais sagradas dos povos indígenas que viviam pelos territórios que os europeus resolveram chamar de São José da Terra Firme. As divisões municipais e o nome dos espaços que utilizamos atualmente, para definir o Estado de Santa Catarina e seus municípios, foram resultado das invasões e dos desmontes deflagrados pelos colonizadores contra os povos indígenas. No entanto, esse não foi um processo rápido. Foram séculos de tentativas de ocupação e avanços sobre as terras do atual Estado em que os europeus precisaram enfrentar a resistência dos povos indígenas para que conseguissem avançar com os limites territoriais que lhe convinham. Ainda hoje, a questão da terra é uma das pautas de luta mais importantes para os povos originários e a principal causa de violência cometida contra os diversos grupos indígenas do país.

> Os Guarani, Kaingáng e Xokleng definiram seus territórios a partir de outros limites, que em nada lembram a geografia catarinense contemporânea. Essas definições têm como referência a relação que cada povo estabeleceu com o meio e a inter-relação entre eles (Brighenti, 2013, p. 1).[76]

[76] Disponível em: https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf. Acesso em 03.04.2022 às 8h.

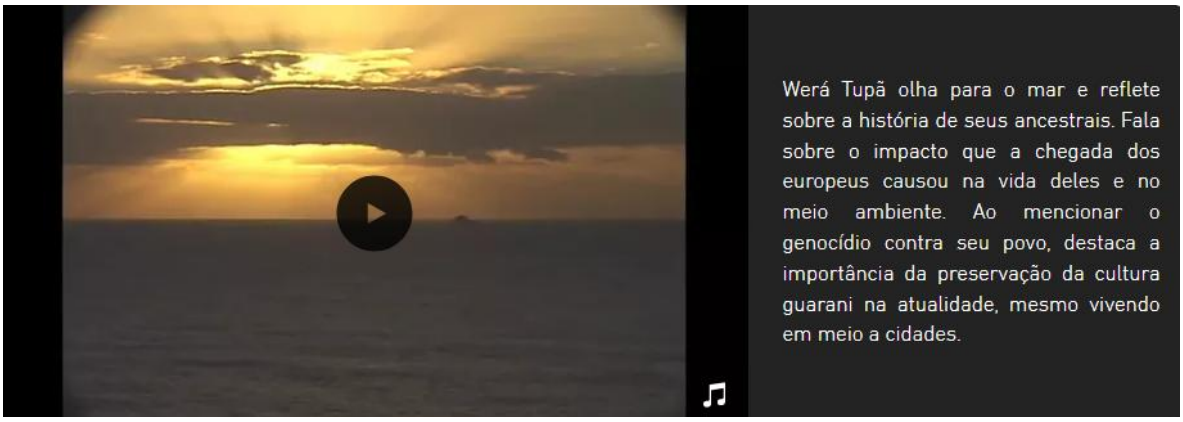
Figura 24 - Mapa territórios históricos dos povos indígenas



Fonte: Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida. In: BRIGUENTI, Antônio Clóvis. Povos indígenas em Santa

Na aba "Narrativas", evidenciam-se falas de indígenas Guarani sobre temas de fundamental importância para eles. O material utilizado para estabelecer esse diálogo foi o documentário *M'byá Guarani, guerreiros da liberdade*. Disponível na plataforma do YouTube, o documentário apresenta falas fundamentais sobre a vida Guarani, suas dificuldades com o contato e a sua luta para manter a existência de seu povo. O filme completo tem duração de quase uma hora, tempo que nem sempre temos disponível em sala para promovermos reflexões junto aos estudantes. Pensando nisso, selecionamos três trechos com narrativas indígenas significativas sobre o M'byá Rekó. Esses trechos abordam a presença ancestral, a cultura, o entendimento da infância e a importância da Tekoá e da vida natural e o genocídio trazido pelos colonizadores.

Figura 25 - Trecho da aba “Narrativas”

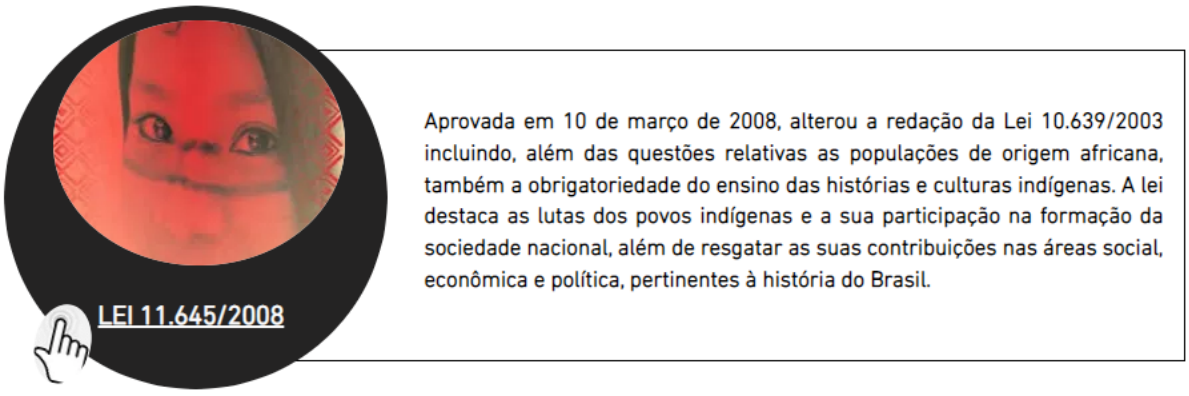


Recorte da aba “Narrativas”, disponível no site.

A aba “Legislação” permite aos professores fácil acesso, por meio de *hiperlink*, ao texto das principais leis e diretrizes relacionadas à educação para as relações étnico-raciais. A ideia está relacionada ao fato de essa lei e de suas diretrizes, infelizmente, ainda não serem tão discutidas e presentes nas escolas como deveriam. Esse fato tem relação com o racismo histórico de nossa sociedade colonizada que ultrapassa os muros escolares e se reflete nas salas de aula. Por isso, a divulgação da lei e de suas diretrizes e a apresentação de exemplos para a sua aplicação de forma pedagógica são tão importantes. Para Brighenti (2016, p. 234),

> além da normatização e fiscalização pelo seu cumprimento, a Lei nº 11.645/2008 deveria ser precedida por processos educativos em todos os meios para além da educação escolar, transformando o conhecimento sobre a história e cultura indígena em ato “natural” e não “legal”, especialmente em sociedades multiculturais. Os indígenas deveriam ser parte da sociedade ocupando os mesmos espaços que qualquer outro cidadão com a prerrogativa da liberdade de livre manifestação e vivência em suas práticas culturais.

Figura 26 - Trecho da aba “Legislação”

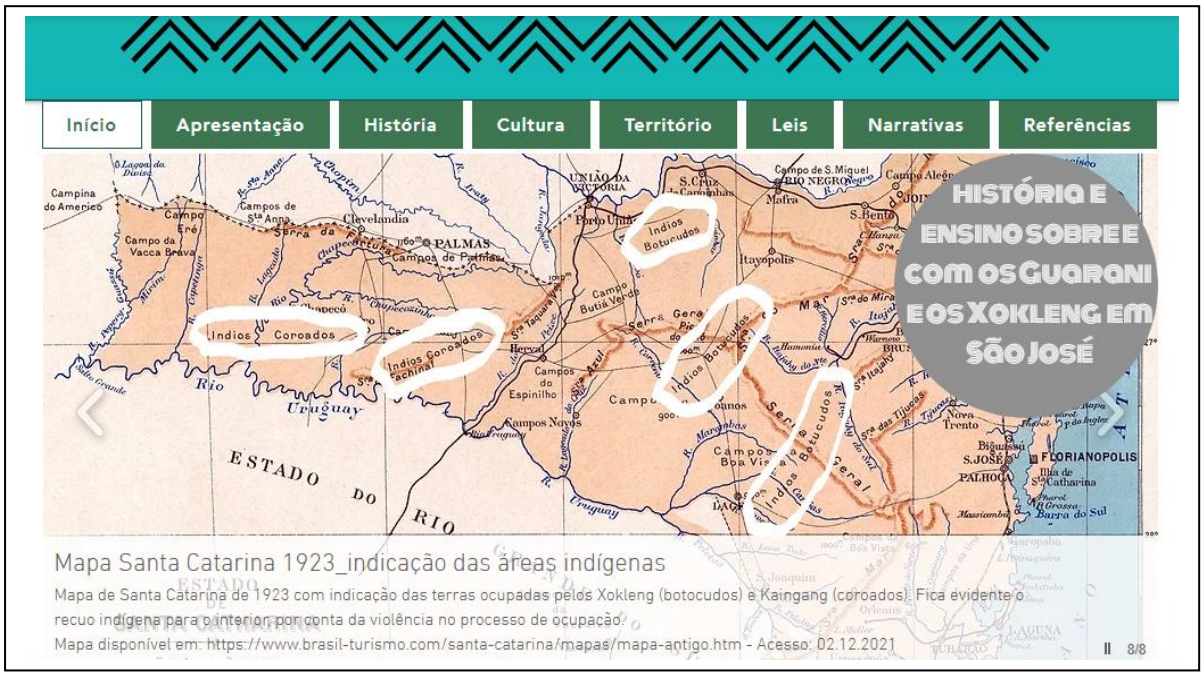


Recorte da aba “Legislação”, com o *link* que disponibiliza acesso rápido ao texto da Lei 11.645/2008.

Brighenti aparece na aba “Referências”, a última do *site*, a qual apresenta uma lista de artigos, livros e *sites* utilizados na pesquisa e outros materiais para os professores pesquisarem.

No *site*, também são apresentados mapas que demonstram a extensão inicial dos territórios indígenas em Santa Catarina, o avanço da colonização e o recuo dos indígenas para o interior. Esses mapas históricos demonstram que os brancos reconheciam a presença e a existência dos povos indígenas nos territórios do sertão josefense.

Figura 27 - *Slide show* com mapas e imagens disponibilizado na página inicial do *site*



É importante destacar que o *site* disponibiliza pequenos vídeos de minha autoria para sensibilizar, informar, esclarecer e transmitir, por meio de imagens, textos e músicas, as ideias defendidas ali. Elaborados nas plataformas Canva e Animaker, os materiais audiovisuais facilitam a divulgação de ideias, mensagens e, principalmente, de novos conhecimentos, os quais deverão ser ensinados como conteúdos escolares, por meio de abordagens narrativas apresentadas que estão de acordo com o que prevê a Lei 11.645 e suas diretrizes. Sobretudo na atual sociedade, que molda os jovens em meio a um turbilhão de estímulos imagéticos difundidos pela TV, pelos aplicativos de celulares, pelo YouTube, pelo Facebook e por outras mídias, os audiovisuais têm se tornado a forma predileta de acesso dos jovens ao conhecimento. A escolha de sensibilizar por meio do uso de recursos de vídeo está relacionada a sua potência, uma vez que “detêm um enorme poder de produção, difusão e introjeção de valores, ideias,

padrões de comportamento e consumo e modos de leitura e compreensão do mundo" (Fonseca, 2009, p. 198).

Também foram incluídos no *site* os documentários *Morro dos Cavalos: Terra Guarani*, *Mbyarekombaraete* e *M'byá Guarani, guerreiros da liberdade*, todos disponíveis no Youtube. Essas são produções visuais de fundamental importância, porque são produzidas por e com indígenas e fazem os educandos terem contato com suas vozes, com suas presenças e com suas pautas. São novas narrativas sobre a história indígena, dispostas em atmosferas que reportam os jovens, ao menos por alguns instantes, ao mundo indígena e à sua cultura. Por isso, Edson Kayapó (2014, p.63) defende que

> a escola tem o dever de se adequar aos "tempos de direitos" e abrir o diálogo sobre as histórias indígenas silenciadas por séculos No entanto, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com tal realidade, o que pressupõe o empenho na produção de pesquisas e fontes sobre a temática indígena.

Dessa forma, se evidencia a relevância do site que foi pensado a partir das orientações das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008. Esse material didático promove o diálogo sobre e com os indígenas e apresenta diferentes linguagens a fim de promover empatia e conexão de professores e estudantes em relação às vivências pretéritas e atuais dos povos originários.

Importa ainda destacar que esse formato facilita a divulgação da pesquisa, pois não seria tarefa fácil conseguir investimentos e recursos para realizar uma exposição ou produzir um material impresso junto ao poder municipal. Assim, usar recursos digitais ainda é uma estratégia mais viável, mais econômica e mais democrática de difusão dessa nova história com a presença e a agência indígena em São José.

Por ser um espaço dinâmico, o ambiente do *site* apresenta a memória indígena de forma diferente de como é exposta nos museus, onde sempre esteve congelada, cristalizada e empoeirada. Agora, a memória, a história e a agência indígena em São José seguem vivas e atuais no mundo digital.

Link de acesso ao *site*: https://www.historiaindigenasj.com

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes da administração municipal de São José precisam mudar a narrativa histórica desta região. Tradicionalmente, têm-se contado a história deste município a partir da fundação da Vila de São José da Terra Firme, em 1750, tendo como marco a chegada de europeus. Estes são exaltados, enquanto os indígenas, quando mencionados, aparecem estigmatizados nos relatos e apresentados como meros coadjuvantes no processo histórico.

Em narrativas mais recentes sobre a história josefense, percebe-se que os autores têm reservado aos povos indígenas um lugar no passado, o de primeiros habitantes. Depois, eles desaparecem, passam a ser considerados exterminados e sofrem o apagamento. Esse tipo de discurso tem ignorado os indígenas locais, que vivem no município ou em aldeias bem próximas, e tem limitado as suas histórias às velhas e estagnadas prateleiras do museu municipal e às poucas páginas que narram um passado longínquo e descomprometido com a atualidade, nas poucas obras que contam a história desta cidade.

Esse apagamento da história indígena tem se refletido nas escolas e nas salas de aula municipais, pois muitos docentes não têm conhecimento de que estas terras já foram territórios tradicionais dos Guarani-Carijó e dos Laklãnõ Xokleng, e muitos não percebem suas existências na atualidade. Consequentemente, a difusão de uma nova história indígena local, que narre a trajetória desses grupos na região e que contemple aspectos essenciais de sua cultura, torna-se fundamental para incluir os estudantes indígenas na dinâmica escolar, da qual são frequentemente excluídos por não se verem representados nas pautas de discussão e por perceberem os equívocos existentes nas tratativas sobre seus grupos originários nos conteúdos escolares tradicionais.

Apesar do apagamento e da subalternização histórica, os povos indígenas, por meio de um processo longo de luta e resistência contra as violências advindas da colonialidade, foram conseguindo, junto a apoiadores, promover mudanças legais e educacionais com o objetivo de construir caminhos de futuro e de existência.

Um desses caminhos, que, conforme visto, tem possibilitado mudanças no campo da educação para as relações étnico-raciais, tem sido trilhado a partir da lei 11.645/2008. Por meio dela, as populações indígenas vêm sendo incluídas nos currículos escolares e, gradativamente, no processo de valorização histórica e cultural que já vinha sendo implantado na educação nacional para dar destaque as populações de origem africana com a Lei 10.639/2003.

Entretanto, apenas a existência dessas leis não tem garantido um ensino qualificado sobre a temática nas escolas do país. As mudanças ainda são lentas; e, se a sociedade não foi impactada com as mudanças como deveria, se não teve o entendimento devido, também a escola não compreendeu a importância do tema. O racismo, estruturado historicamente no Brasil, tem se mostrado mais forte que as leis. Por conta disso, é urgente que a sociedade brasileira reflita e se posicione diante de narrativas excludentes e que, orientada por seus docentes e tendo-os a frente do processo, possa se manifestar contra um ensino pautado no discurso do colonizador, uma vez que a legislação que regulamenta a educação para as relações étnico-raciais já tem quase vinte anos.

Como professora, penso nas inúmeras vezes em que me referi erroneamente aos povos indígenas, afirmando que foram exterminados. Nessas aulas equivocadas, eu generalizava todos os povos indígenas brasileiros, suas culturas e suas formas de se relacionarem com os europeus; eu difundia uma visão romantizada, de vítimas no processo histórico, invisibilizando sua participação e seu protagonismo; condenava-os ao desaparecimento na história, ao afirmar que foram dizimados pela cruz e pela espada.

Assim como eu, muitos docentes ainda erram em suas aulas. Por isso, se faz urgente transformar o ensino de história, pois vivemos um período de aumento da intolerância, tentativas de retrocesso em relação às conquistas dos que foram subalternizados, um clima nebuloso para os povos indígenas e para todos nós. Agora, mais do que nunca, precisamos nos voltar para a sabedoria indígena. Davi Kopenawa se dispõe a contribuir:

> gosto de explicar essas coisas para os brancos, para eles poderem saber. [...] Seus professores não os haviam ensinado a sonhar, como nós fazemos. (...) Os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento. É por isso que eu gostaria que eles ouvissem minhas palavras através dos desenhos que você fez delas; para que penetrem em suas mentes. (Kopenawa; Albert, 2015, p. 63-64).

Nesse trecho, Kopenawa nos fala sobre a importância dos conhecimentos que possui e o quanto esses saberes poderiam ajudar os brancos que “sempre estão preocupados demais com as coisas do momento”. Nesse sentido, é fundamental que efetivemos um caminho de diálogo entre os indígenas e os educandos, dando a chance para que possam aprender “a sonhar” com a sabedoria indígena.

Com efeito, a ideia seria então apresentar os indígenas como os sujeitos importantes que são, com suas subjetividades, direta ou indiretamente relacionados à ancestralidade de todos os brasileiros. Quanto mais os povos indígenas aparecem nas mídias, mais ganham visibilidade, mais eles estão presentes em nossas memórias, possibilitando o desenvolvimento de sentidos e

sentimentos em relação a eles. Vale ressaltar que é importante que a escola atue teórica e metodologicamente na produção de narrativas que deem destaque a esses sujeitos, provocando o surgimento de sentimentos positivos sobre estes grupos.

Segundo Pedro Paulo Funari e Ana Piñón (2020), "é inegável o papel que a escola pode ter no sentido de atuar para uma maior compreensão do quanto o Brasil deve aos índios e como se enriquece, em termos culturais, com essa experiência".

Dessa forma, o desafio é buscar nos ouvintes de nossas narrativas, os estudantes, elementos que os conectem com os indígenas, construindo empatia e identidade e possibilitando, ao mesmo tempo, que esses jovens consigam perceber que existem muitas diferenças, pois é nesse ponto que podemos conduzi-los ao encantamento e ao desenvolvimento do respeito. Afinal, "trabalhar o ensino de história de maneira empática não envolve apenas abordar diferentes conteúdos, mas desenvolver alternativas metodológicas que viabilizem perceber os sujeitos históricos de modo mais próximo, humanizado e contextualizado". (Pereira, 2020, p. 47).

Assim, o entendimento sobre o que é diferença e similaridade entre o eu e o outro pode contribuir para formar um sentimento de empatia e, por vezes, até de identidade para com os povos indígenas na medida em que esse debate promova admiração pelos ensinamentos indígenas e pelos seus exemplos. Além disso, o diálogo com os indígenas em sala de aula (por meio de vídeos, depoimentos, etc.) permite uma abertura para tentar entender outros conhecimentos e outras práticas, ao mesmo tempo que possibilita compreender que a alteridade é algo fundamental entre os grupos humanos, resultando no respeito à diversidade.

Outro argumento importante que demonstra a importância em estudar e dialogar sobre a temática indígena na escola tem a ver com a necessidade de não naturalizarmos a história. A invisibilidade, a estigmatização e o preconceito contra os povos indígenas não são situações triviais, habituais, normais. É necessário mostrar que existem outros ângulos dos eventos, outras perspectivas sobre o processo colonizatório. A história não deveria ser monopolizada por grupos hegemônicos que criam narrativas enviesadas, pautadas em seus interesses e em suas intencionalidades. Todos deveriam ter a possibilidade de participar da escrita da história.

Diante disso, é possível pensar em novas narrativas históricas que apresentem outros caminhos pelos quais percorreram os povos indígenas, possibilidades que não os representem apenas como subalternos, dominados e invisíveis. Por exemplo, a partir da pesquisa ficou evidente que foram os indígenas e não os colonos europeus que, por séculos, definiram as

possibilidades do avanço colonial. Essa é uma perspectiva nova, que valoriza o papel histórico desses sujeitos.

Aí reside a necessidade fundamental de dialogarmos com os jovens sobre essas e outras histórias que valorizam a diversidade das experiências humanas a partir de múltiplas versões discursivas. O estudo da história e da cultura indígena, tendo os próprios indígenas como protagonistas na narração de seus saberes, ou o exercício de interpretar os fatos por outras óticas e lógicas, perseguindo a perspectiva indígena, pode ajudar a transformar a nossa sociedade tal como ela é, desigual e excludente, em uma nova.

Está aí a relevância em se buscar no passado evidências da presença indígena na história, buscando preencher lacunas de um passado repleto de resistências, de contato, de negociações, de acolhimento, mas também de choques e atravessamentos entre os agentes históricos, negando a invisibilização. Porém, mais que tudo, a relevância está em compreender e estabelecer também as razões do apagamento dessas pessoas da história, dos documentos oficiais, a partir da vinda de grandes levas de imigrantes europeus (Salvador, 2017). Reescrever a história, reconduzindo os indígenas aos seus lugares tradicionais e aos novos lugares que tiveram que encontrar para se adaptar às adversidades advindas com a conquista, é lhes conceder a humanidade e a dignidade que por muito tempo lhes foi negada.

Hoje, a população indígena vem crescendo no país e, não raramente, nos deparamos com estudantes indígenas em nossas salas de aula. Esses precisam ser respeitados, necessitam se reconhecerem positivamente nas narrativas históricas difundidas nas escolas. Precisam ser ouvidos, ter protagonismo, pois têm muito a nos ensinar.

Afinal, esses povos vêm exercendo um papel fundamental de nos lembrar do que há muito esquecemos e de nos ensinar a reconhecer a sabedoria ancestral, a viver e conservar o planeta, a respeitar crianças e idosos, a respeitar e acolher o outro, a deixar “memória de si” pela partilha, e não pelo egoísmo. Nesse contexto, se faz necessário alterar o modelo colonial, eurocêntrico e capitalista, que tem conduzido este mundo para a beira de um colapso social, econômico e ambiental. Esta é a chance que os povos indígenas têm, se nos permitirmos ouvi-los é claro, de se tornarem eles próprios os agentes de transformação do pensamento, do modo ser e de viver de todas as pessoas. E o que está em jogo é a sobrevivência de todos nós. Kopenawa há algum tempo vem nos alertando sobre isso.

> Nós, Yanomami, estamos muito preocupados porque os brancos só pensam em estragar a Terra, só sabem destruir a floresta. Eles não têm amizade por ela, não a querem. Da profundeza do seu chão só arrancam coisas para fabricar suas mercadorias, depois as queimam e o mundo se enche de fumaças que viram doença xawara para todos. A floresta também adoece dessas fumaças, suas árvores morrem,

> bem como suas águas e seus animais. É assim que entendemos as coisas. Por isso, nós, Yanomami, estamos tão inquietos.[77]

Também é importante voltarmos nossos olhares para o tempo presente e percebermos que, apesar de tudo, os povos indígenas continuam ativos e atuantes, se reinventando entre a conservação de seus modos de vida, de sua tradição e entre a contemporaneidade, buscando cada vez mais compreender os códigos não indígenas a fim de se instrumentalizar para continuar criando possibilidades de existência para seus povos e, acreditamos, para todos nós.

[77] Davi Kopenawa Yanomami - publicado originalmente no livro *Povos indígenas no Brasil 2006-2010* - Instituto Socioambiental. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda_essa_destrui%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o_%C3%A9_nossa_marca,_%C3%A9_a_pegada_dos_brancos,_o_rastro_de_voc%C3%AAs_na_terra%22. Acesso em 29.10.2021, às 10h14min.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma história única**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida... [et al.] (org.) **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Pp. 21-29.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. e SANCHES, Livia Pizauro. **A implementação da lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social.** 2017 In: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ANDRADE, Catarina A. de Oliveira e ALVES, Álvaro R. José de Brito. O cinema como cosmopoética do pensamento decolonial. *In:* **Dossiê decolonialidade e política das imagens.** Logos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, UERJ. p. 80-96, 2020.

ANGATU, Casé. "Histórias e Culturas Indígenas" – Alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: De qual história e cultura indígena estamos mesmo falando? *In:* **História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 179-209, jan./jun. 2015.

ANTUNES, Elizete. **História e Mito na Educação Guarani.** TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. UFSC, 2015.

ANTUNES, Eunice. **Nhandereko nhanhembo'e nhembo' ea py**. Sistema nacional de educação: um paradoxo do currículo diferenciado das escolas indígenas guarani da Grande Florianópolis. TCC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. UFSC, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *In:* **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp. 89-117.

BANIWA, Gersen José dos Santos Luciano e BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Descrição da **entrevista com Gersen Baniwa** em 15 de maio de 2012. II Fórum Internacional da Temática Indígena. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 127-148 – 2012

BERTHO, Angela Maria de Moraes. **Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza.** Tese de doutorado. UFSC, 2005.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. *In:* PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. DA C. (Org.). **Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 101-132.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b.

_____. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

_____. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. D.O.U. de 11 de março de 2008.

_____. Ministério da educação**. Diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica, em decorrência da lei nº 11.645/2008**. Parecer CNE/CEB nº 14/2015, homologação publicada no D.O.U. de 18/04/2016, Seção 1, pág. 43.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Resolução cne/cp nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade e decolonialidade no ensino da História e Cultura Indígena. *In:* Fábio Feltrin de Souza e Luisa Tombini Wittmann (Org.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão: Copiart; [Erechin, RS]; UFFS, 2016, p. 234.

_____. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Artigo 2013, disponível em: **https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf**

_____ E WITTMANN, Luisa Tombini. Povos indígenas. *In:* **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. UDESC, 2018.

BRITO, Tamires e KAIAPÓ, Edson**.** A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Revista de humanidades Mneme. v. 15. n.35 (2014)**

BRITO, Paulo Joze Miguel de. **Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina**. Lisboa:1816.

BURKE, Peter. **A História dos acontecimentos e o renascimento da narrativa**. *In:* A escrita da História novas perspectivas. BURKE, Peter (org.). São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 327 – 348.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Do Epistemicídio. *In:* **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de doutorado USP. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **O Encobrimento do Brasil**. Folha de São Paulo. São Paulo, 03 de Outubro de 1999. Acesso: 13/04/2022 às 22h. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0310199903.htm

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. **Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1877.

COLMAN, Rosa Sebastiana. AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. ESTANISLAU, Barbara Roberta. **Os Guarani e o modo de ser caminhante**. Idéias, Campinas, SP, v.8, n.2, p. 197-218, jul./dez. 2017.

COMPANHONI, Rodrigo Vareiro. **Tempo, Território e História: Percepções do Ará – tempo/espaço Kaiowá e Guarani**. Dissertação ProfHistória. UEMS: 2020.

CONTE, Elaine. MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica? *In:* **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1191-1207, out./dez. 2015.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis Ilustrada**. Florianopolis: Insular, 2005, 2ª ed.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Imagem e legibilidade da História. *In:* **Remontagens do tempo sofrido: o olho da história II**. Tradução: Márcia Arbex e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018. p. 17-82.

FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. Pelas veredas do paraíso: Hans Staden e a expedição Sanabria. *In:* **História de Santa Catarina no século XIX**. BRANCHER, Ana e AREND, Maria Fávero (Org.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

FARIAS, Patrícia Angélica de Oliveira Farias. **Representações docentes sobre alunos indígenas e as implicações da lei 11.645/2008.** Dissertação ProfHistória. UNIFESP, 2019.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José 250 anos: natureza, história e cultura para o ensino fundamental.** São José: Ed. do autor, 1999. 2ª ed.

FILHO, Alcides Goulart. A construção da estrada do litoral: definindo e deslocando os caminhos no Sul de Santa Catarina. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo e PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

GAMA, Angela Maria Resende Couto Gama. **Diagnóstico Ambiental do Município de Santo Amaro da Imperatriz – uma abordagem integrada da paisagem**. Dissertação do Curso de Mestrado em Geografia. UFSC, 1998.

GAYO, Clarice Ehmke. **"Me ouviram e me enxergaram": ensino de história por meio de narrativas de mulheres Laklãnõ Xokleng em contextos urbanos**. Dissertação ProfHistória. UDESC, 2021.

GERLACH, Gilberto e MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: Floriprint, 2007.

GÖTTERT, Marjorie Edvanez dos Santos. **Narrativas guarani na escola: contribuições para o ensino de história indígena**. ProfHistória, UFSC, 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado.** Vol. 31, nº1, janeiro/abril 2016.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Saberes da Floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KATAYAMA, Juliene. **Entenda o conflito entre produtores rurais no sul do MS**. Reportagem do G1:http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/entenda-o-conflito-entre-indigenas-e-produtores-rurais-no-sul-de-ms16-06-16.html. Acesso em 04/03/2021.

KOPENAWA, Davi. "Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra". *In:* **Povos Indígenas no Brasil. ISA: 2006-2010. Disponível em:** https://pib.socioambiental.org/pt/%22Toda_essa_destrui%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o_%C3%A9_nossa_marca,_%C3%A9_a_pegada_dos_brancos,_o_rastro_de_voc%C3%AAs_na_terra%22. Acesso em 05.03.2020.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton e FARIAS, Elaíze . Não é a primeira vez que profetizam o nosso fim; enterramos todos os profetas. **Entrevista ao portal Amazônia Real.** Manaus, 2020. Disponível em https://amazoniareal.com.br/nao-e-a-primeira-vez-que-profetizam-nosso-fim-enterramos-todos-os-profetas-diz-ailton-krenak/. Acesso em 03.03.2021.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de povos invisíveis. *In:* **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. BRANCHER, Ana (org.). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O náufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. *In:* **História de Santa Catarina no século XIX**. BRANCHER, Ana e AREND, Maria Fávero (Org.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MACENA, Elizabeth Vieira. **A aplicação da lei 11.645 nas escolas públicas de Ponta Porã subsídios para o Ensino da temática indígena**. Dissertação ProfHistória. UEMS, 2018.

MENEZES, Paulo. O nascimento do cinema documental e o processo não civilizador. *In:* MARTINS, J. de S. et al. (Org.) **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 73-127.

MONTEIRO, Ana Maria. Tempo presente no ensino de história: o anacronismo em questão. *In:* GONÇALVES, Márcia de Almeida. [et al.] (Org.) **Qual o valor da História hoje**? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 191 a 214.

MONTEIRO, John Manoel. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. *In:* **A outra margem do Ocidente**. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

MOREIRA, Marcos. **Visão guarani sobre o Tekoa: Relato do pensamento dos anciões e líderes espirituais sobre o território**. TCC curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica, 2015.

MORTARI, Claudia e WITTMANN, Luisa Tombini. O Equilíbrio de Histórias: Experiências no ensino de História por meio de narrativas africanas e indígenas. *In:* **A lei 11.645/2008: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades.** Giovani José da Silva, Marinelma Costa Meireles. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019. Pp15-41.

MOTTA, Aline Villela de Mello. **Tekoa Pyau uma aldeia guarani na metrópole**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2007.

MUNDURUKU, Daniel. **Entrevista concedida ao programa Bem Viver da Rádio Brasil de Fato**. São Paulo (SP) - 17 de Outubro de 2021 às 11h23min – Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/daniel-munduruku-os-povos-indigenas-sao-a-ultima-reserva-moral-dentro-desse-sistema. Acesso em 25.03.2022, às 19h00min.

_____. **O ato indígena de educar(se), uma conversa com Daniel Munduruku.** Transcrição de encontro realizado em 5 de julho de 2016, como parte da ação de difusão da 32ª Bienal: Programa de Encontros no Masp.

NAZARENO, Elias e ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **História e diversidade cultural indígena na base nacional comum curricular (2015-2017)**. *In:* Revista Temporis, ISSN 2317-5516 | v.18 | n.1 | jan./jun. | 2018 | ano 21, p.35-60 (de 269).

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e Internet: Conexões Possíveis. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23 - 53, 2014. DOI: 10.5965/2175180306122014023. Disponível:https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/21751803061220140 23. Acesso em 14.04.2022.

PAIM, Elison Antônio. Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino de história. *In:* **Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História**. MOLINA, Ana Heloísa e FERREIRA, Carlos Augusto Lima. (Org.) Curitiba: Ed. CRV, 2016.

PAIM, E. A., & ARAÚJO, H. M. M. (2018). Memórias outras, patrimônios outros, e decolonialidades: Contribuições teórico-metodológicas para o estudo de história da África e dos afrodescendentes e de história dos Indígenas no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(92). http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3543. Acesso em 09.02.2021.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. "Memória Histórica sobre a Colônia Alemã de São Pedro de Alcântara". *In:* **Os Alemães nos Estados do Paraná e de Santa Catarina**. Curitiba: Editora Oliveiro, 1929.

PEREIRA, Diego. **Aprender a ensinar com os Guarani**. Dissertação ProfHistória, UDESC. 2020.

PIAZZA, Walter. **Angelina um caso de colonização nacional**. Tese de doutorado. UFSC, 1973.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In:* **Epistemologias do Sul**. Org. Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

RAMOS, Carla Cristina Bernardino. **Presença Indígena em Araruama: Patrimônio e Ensino de História**. Dissertação ProfHistória. UFRJ, 2016.

ROVARIS, Carolina. **Narrativas sobre a Diáspora Africana: a construção de um *site* educativo para o ensino de História**. Dissertação do ProfHistória, UDESC, 2018.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. *In:* **História, verdade e tempo**. SALOMON, Marlon (Org.). Chapecó: Argos, 2011. p. 259-290.

SALVADOR, Angela Sabrine do Nascimento. **Entre escritos e vasilhas cerâmicas: o indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina (séc. XVIII e XIX)**. Dissertação. UFSC, 2017.

SANCHES, Roseli da Cunha. **Fronteiras Étnicas e educação de indígenas na escola urbana Municipal Júlio Manvailer.** Dissertação ProfHistória. UEMS, 2018.

SANTOS, Silvio Coelho dos**. Índios e brancos no sul do Brasil**. Florianópolis: Edeme, 1973.

SÃO JOSÉ. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo Base da Educação Josefense: História**. 2020.

SCHIMITT, Elzeário. Eles acreditaram no Brasil: A primeira comunidade alemã em Santa Catarina. *In:* **Blumenau em cadernos/150 anos da colonização alemã**. Blumenau, 1974.

SILVA, Cristiani Bereta da. História Nacional e a construção do "espírito brasileiro" (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940). *In:* **Educar para a Nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940.** Curitiba: CRV, 2014. p. 19-42.

SILVA, Elis do Nascimento. **Estudos ambientais simplificados e o movimento rio Cubatão vivo: um estudo de caso sobre um projeto de instalação de pequenas centrais hidrelétricas em Santa Catarina.** TCC do curso de Ciências Sociais, UFSC, 2011.

SILVA, Giovani José da. A Lei n.º 11.645/2008 e a Inserção da Temática Indígena na Educação Básica. *In:* **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**/ Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SILVA, Marcos. **Ensino de história e novas tecnologias**. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf. Acesso em 13.04.2022, às 20h55min.

SILVEIRA, Thaís Elisa Silva da. **Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e ensino de História na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação ProfHistória. UERJ, 2016.

SOUZA, Thiago. **São José da Terra Firme ou simplesmente São José**. 2ª ed. São José, 1992.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. L&PM POCKET, 1556.

UFSC. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. **Território guarani**, 2016. Disponível em https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Guarani.vfinal.pdf.

WAGNER, Altair. **Alfredo Wagner: Terra, Água e Índios**. Florianópolis, do autor, 2002.

WITTMANN, Luísa Tombini. Introdução ou a escrita da história indígena. *In:* **Ensino (d)e História Indígena**. WITTMANN, Luísa Tombini (org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ANEXOS

Atividades problematizadoras dos temas, disponíveis no *site*: www.historiaindigenasj.com

M'BYA REKO, O JEITO DE SER GUARANI

ASPECTOS IMPORTANTES DA CULTURA GUARANI

Foto Comissão Pró-Índio de São Paulo

Os M'bya guarani se organizam em aldeias autônomas, compostas por famílias extensas, e vivem em territórios que consideram ser sagrados por conta da tradição, ancestralidade e conexão espiritual. Entendem a vida em três dimensões temporais:

- **A infância**, a qual entendem como um período em que o indivíduo aprende no contato direto com a natureza, com liberdade e respeito a seus saberes. As crianças participam dos rituais, do coral e frequentam a escola indígena que, além de outros conhecimentos, ensina a língua e a cultura ancestral.
- **A vida adulta** é o momento em que a pessoa passa a pôr em prática todo o conhecimento recebido. É um tempo de maior responsabilidade, pois executam tarefas diárias como a construção de casas, objetos, fazem hortas, realizam ações para fortalecer a cultura e lutam pela terra.
- **A velhice** é uma etapa muito importante, uma vez que a pessoa já fez longa caminhada e adquiriu muito conhecimento sobre o mundo. A sabedoria dos anciãos e anciãs é muito valorizada nas comunidade indígenas. Eles fazem alertas sobre o futuro, dando exemplos da própria vida. Ensinam os conhecimentos passados pelos antigos, contam histórias sobre a cultura e a espiritualidade.

Informações provenientes do **Documentário: Mbya Reko Mburavete (Facebook - Conexão Italy)**

"Para o povo Guarani Mbya, Tekoa é muito mais do que se pensa. O espaço que a comunidade ocupa vai muito além do limite da casa que é construída, e é preciso enfatizar que a casa em si é apenas um elemento que compõe o espaço habitacional construído pelos Guarani, isto porque as funções diárias são desenvolvidas no espaço do 'pátio' o espaço que é chamado na língua Guarani Mbya "oka", que significa 'fora' , 'fora da casa'. A vida social, a vida cotidiana, se fortalece dentro do tekoa, mesmo a comida é tudo feito na oka, ou seja, no quintal como diriam jurua kuery (os brancos). As Tekoa antigamente possuíam Opy'i - casa de reza, e ao redor eram construídas casas menores. Cada família construía sua própria casa, e os outros os ajudavam, e todos tinham sua própria roça tradicional".

Trecho do TCC Licenciatura Intercultural Indígena/ UFSC de Domingo Hugo de Oliveira Karaí, 2020. (KARAÍ, 2020 APUD GOTTERT, 2021, P. 68)

Por meio das informações apresentadas é possível perceber que a tradição do M'byá Rekó imprime marcas no povo guarani, as quais resultam na construção de uma identidade que, apesar de ter sofrido mudanças ao longo do tempo, tem resistido ao processo colonizatório por séculos. Segundo Giovani José da Silva e Anna Mª Ribeiro F. M. da Costa em seu livro "Histórias e culturas indígenas na educação básica": "com seus modos de viver peculiares, os povos indígenas desenvolvem técnicas distintas, o que os tornam únicos e diferentes dos demais, além de possibilitar, aos seus membros, meios de pôr a disposição ou ao alcance a facilidade de executar diversas tarefas."(2018, p. 39) Foi a versatilidade e a resiliência que possibilitaram aos guarani manter seu jeito único em meio a sociedade colonizada.

Pense sobre o M'byá Rekó (jeito de ser) Guarani e:

1) **Pesquise e apresente exemplos do M'byá Rekó a partir de elementos da cultura material e imaterial guarani. Monte uma tabela ou um mapa mental para registrar e organizar os resultados de sua pesquisa.**
   Sugestões de sites/ vídeo para pesquisa: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya
   https://www.youtube.com/watch?v=Ciz_cAdTWRI

2) **Explique como os guarani entendem as fases da vida, depois compare com as concepções ocidentais e aponte semelhanças e diferenças.**

3) **Segundo Domingo Hugo de Oliveira Karaí a *"vida social, a vida cotidiana, se fortalece dentro do tekoa"*. Tendo em vista este depoimento, explique o que é a TeKoa e aponte as vantagens que uma vida comunitária como a dos guarani poderia oferecer a todos nós.**

4) **O jeito guarani de ser e viver é marcado por uma profunda conexão com o meio ambiente, por conta disto a sabedoria guarani apresenta concepções e entendimentos muito distintos dos concebidos pelos não-indígenas. Para os guarani a natureza é sagrada e os indígenas estão inseridos nela. Segundo Kaká Werá Jecupé *"Em cada estação reina um dos quatro Nande Ru [pronuncia-se "nhanderu"], divindades que comandam os quatro cantos do espaço, que, por sua vez, comandam os quatro elementos sagrados: terra, água, fogo e ar, que interagem com o crescimento e o desenvolvimento do ser humano, bem como de todo o conjunto de vidas."* (JECUPÉ, 2020, p. 26) Pense sobre esse entendimento indígena acerca da natureza e tente explicar em que momento histórico nós, não-indígenas ocidentais, nos distanciamos dela. Que problemas o entendimento individualista e consumista, provenientes do capitalismo, tem nos causado?**

PRESENÇA INDÍGENA EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME

Índios Botocudos da província de Santa Catarina - Debret/ 1826

A imagem acima é uma litografia de Jean-Baptiste Debret de 1826. Existem obras dele sobre Santa Catarina, no entanto dúvidas sobre a procedência de sua "Viagem ao Sul" ainda pairam entre os historiadores por não haver documentação que a comprove. Ainda assim, na obra acima, indígenas foram retratados na região do Maciço do Cambirela (fundo da imagem), hoje município de Palhoça, mas que no século XIX pertenceu a São José da Terra Firme. Na imagem eles foram representados caçando, coletando e navegando no rio. Segundo Elizete Antunes, indígena guarani, em seu TCC do curso de Licenciatura Indígena do Sul da Mata Atlântica, defendido em 2015,

> Maciambu (Região e nome de um rio importante da região do Cambirela) sempre foi um lugar ocupado por Guarani. De acordo com os estudos baseados em relatos de navegadores europeus do século XVI (LITAIFF, 1996) os Guarani são descendentes dos Karijó, uma denominação histórica para o nosso povo. (ANTUNES, 2015)

No relato de Eunice é possível perceber quão importante é a região do Maciambu para os Guarani da atualidade. Em seu argumento se refere a ancestralidade remetendo a história e a presença dos guarani-carijó na região a séculos. Sua presença nas regiões próximas e em São José é longa e ancestral.

Além dos guarani, outro povo indígena também esteve presente neste território por muito tempo. Eram os Xokleng que circulavam e viviam em regiões do sertão josefense, e no litoral, disputando com outros grupos áreas de seu interesse. É como no caso narrado por Debret em 1826, mas que aconteceu em 1815, em que os Xokleng, chamados de Bororenos, defendem a fonte de água termal e as cachoeiras do Rio Cubatão, sob seu domínio, dos colonizadores portugueses. Localizadas na região do maciço do Cambirela, onde hoje fica o município de Santo Amaro da Imperatriz (no século XIX pertencia a São José), em uma das montanhas próximas da Ilha (Florianópolis), estas águas termais tinham propriedades curativas (já havia pesquisas no início do século XIX para identificá-las na Europa) e os Xokleng, possivelmente, já sabiam disso. Assim defenderam a região, como é narrado no trecho abaixo:

> [...] eles se lançaram com entusiasmo nos preparativos de guerra e começaram a abater as árvores próximas a este posto (militar), de forma a impedir a vinda de qualquer socorro ou a retirada dos soldados que eles queriam exterminar. [...] (escolheram) para este ataque noturno o período de um primeiro quarto de lua, cujo clarão momentâneo fosse

> suficiente, em meio às florestas virgens, para organizar numerosas emboscadas que deveriam estabelecer sobre a linha de bloqueio. [...] Num instante, o pequeno corpo de guarda foi investido por um número considerável destes bárbaros (indígenas); estes, lançando-se de todos os lados, empregavam todos os meios possíveis de extermínio, massacrando os surpresos soldados durante o sono [...]. Esta funesta catástrofe aterrorizou por longo tempo os habitantes da Ilha de Santa Catarina. (DEBRET APUD GERLACH E MACHADO, 2007, p. 24 e 25)

É importante perceber que o tom do relato, por ser de um europeu, é de ressentimento pelas ações dos indígenas, mas o que o autor não menciona é que muitos indígenas também morreram no conflito e que foram os portugueses que invadiram os territórios Xokleng. Foram perdas para ambos os lados. Nos importa agora reconhecer que esta era uma região sagrada para os Xokleng, que usaram todas as suas estratégias de luta para defender seu território. A atitude guerreira dos indígenas despertou medo entre os portugueses e possibilitou o retardamento do avanço colonial em, pelo menos, mais de uma década.

Agora responda as questões abaixo:

a) **Assista ao vídeo "Presença indígena" disponível no site, analise a imagem do início do texto e responda: Por que Debret retratou indígenas vivendo na região do Cambirela? Teria sido ele uma testemunha do ocorrido ou imaginou a cena a partir de histórias que contaram para ele? Justifique suas afirmações.**

b) **O professor Carlos Humberto P. Corrêa em seu livro "História de Florianópolis Ilustrada" nomeia a imagem acima com o título: "Índios Botocudos da província de Santa Catarina". Os Xokleng eram chamados assim pelos colonos, por conta de usarem o "botoque" (ornamento feito com um pedaço circular de madeira). Analisando o mapa abaixo, sobre os territórios indígenas, e considerando o nome "botocudos" você acha possível que nas regiões da Terra Firme, mais próximas do litoral, mais de um grupo/cultura indígena frequentasse a região? Quais seriam os possíveis povos indígenas a viverem nas imediações do Morro do Cambirela?**

c) **No relato de Debret, sobre as disputas pelas fontes termais entre portugueses e Xokleng, por que o europeu não mencionou as ameaças e perdas sofridas pelos indígenas? Na sua visão eles tinham a opção de não lutar? O que conseguiram com a sua luta?**

d) **Como foi possível perceber no mapa, no vídeo e nos textos, os povos indígenas não são todos iguais, eles são detentores de histórias e tradições muito distintas. Em Santa Catarina são três os povos existentes. Faça uma pesquisa no site do Instituto Socioambiental, disponível abaixo, e aponte as principais diferenças culturais entre os Guarani, os Laklãnõ-Xokleng e os Kaingang.**
https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal

AGÊNCIA INDÍGENA NA HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME

Confrontos interindígenas

Sabemos que os povos originários compunham uma grande população humana que ocupava vastos territórios por todo o continente americano. São muitas as estimativas populacionais, mas é provável que cerca de 40 milhões de pessoas vivessem na América na época da chegada dos primeiros europeus no século XV. Esta população era composta por grande diversidade de povos, que apresentavam (e ainda apresentam) grandes diferenças entre si.

E foram estas diferenças, evidenciadas por meio da interação entre grupos indígenas e somadas a interesses divergentes, que motivaram muitas disputas e conflitos entre os povos americanos antes e, principalmente, depois da chegada dos europeus. Estes não compreendiam bem as diferenças entre os grupos indígenas, pois tinham pouco conhecimento sobre estes povos.

Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, "os portugueses preocuparam-se em classificar os índios, estabelecendo distinções entre eles. [...] foram, em geral, divididos em dois grandes grupos: os aliados dos portugueses e os inimigos. [...] Apesar da escassez e imprecisão de fontes sobre o período, é possível afirmar que eles (os povos indígenas) interagiam e influenciavam-se mutuamente. Longe de terem sido grupos isolados, estabeleciam redes de relações bélicas, culturais e comerciais entre si". 1

Um exemplo desta interação e de conflitos interindígenas aconteceu em São José da Terra Firme. Em seu artigo "Memórias históricas sobre a Província de Santa Catarina", Manoel Joaquim de Almeida Coelho escreve, em 1877, que, algum tempo depois da chegada de Dias Velho a ilha de Santa Catarina, partiu do mesmo porto (Santos):

> **Domingos de Brito Peixoto, com toda a sua familia, muitos indios, e escravos, e foi estabelecer-se na Terra Firme no lugar onde hoje é a freguezia de Nossa Senhora do Rosário, cuja enseada se chama por isso de – Brito. Os Indios d'esta, como d'aquella colônia, entrando em rivalidades, e desavenças, fizerão com que Brito se mudasse para a Laguna, onde foi o primeiro povoador [....] (COELHO, 1877, p. 6)**

Para entender melhor o assunto e responder as questões abaixo, assista ao vídeo "Agência indígena Guarani" disponível no site https://www.historiaindigenasj.com ou no link https://www.canva.com/design/DAE2ShgedSM/55EHvBfvwCJkdDxpUXPk9w/watch?utm_content=DAE2ShgedSM&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=publishsharelink

1- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp. 31 - 33

Agora responda as questões abaixo:

a) O mapa apresentado acima revela uma grande diversidade indígena no Brasil em 1500. Diversidade que ainda hoje se revela no Brasil que registra 256 povos diferentes. Diante de tal multiplicidade o autor do mapa optou por apresentar uma divisão do território considerando-se apenas alguns grupos e troncos linguísticos. Contemple a presença e a diversidade de todos os povos indígenas existentes no Brasil atual visitando o site https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal, pesquise os grupos indígenas de Santa Catarina e registre as principais características de cada um deles.

b) Entende-se como agência indígena o conjunto das ações destes povos que demonstram que eles tomaram decisões, fizeram escolhas, agiram para alcançar seus objetivos, refutando versões antigas da história que apresentam os indígenas apenas como vítimas passivas no processo colonial. Sabendo disto, explique que consequência teve a ação indígena relatada no trecho/documento da página anterior (quadro verde). Na sua visão quem decidiu o futuro da nova vila que estava sendo fundada?

c) Fazendo uma leitura atenta dos textos da página anterior, procure refletir e apresentar sua visão sobre as expectativas dos indígenas ao se envolverem nos conflitos descritos acima.

d) O vídeo "Agência indígena guarani", disponibilizado no link da página anterior, apresenta, resumidamente, aspectos que demonstram a grande resistência dos povos indígenas ao superar a extrema violência que sofreram ao longo do avanço da colonização europeia. Assista este audiovisual e aponte todos os argumentos utilizados no vídeo que denotam agência dos povos indígenas. Diga ainda quais são as principais reinvindicações dos Guarani e dos Laklãnõ-Xokleng, os povos citados no vídeo.

TERRITÓRIOS LAKLÃNÕ- XOKLENG EM SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME

Povo Laklãnõ-Xokleng marcha em Brasília contra a tese do Marco Temporal – 08.2021 / Foto Mídia índia
https://catarinas.info/adiamento-do-marco-temporal-e-estrategia-para-enfraquecer-movimento-indigena/

Os Laklãnõ-Xokleng habitaram os sertões de São José da Terra Firme por séculos. Existem muitos relatos de colonos que viveram nas terras josefense, no século XIX e XX, que evidenciam esta presença. De acordo com o Prof. Sílvio Coelho dos Santos (1976), esta existência teria resistido no entorno do Cambirela até as décadas de 1960/1970.

FONTE 1

Leia o depoimento de **Brasílio Priprá**, 63 anos, líder dos Laklãnõ-Xokleng, que hoje habitam o Território Indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ em Santa Catarina. Em seu relato ele denuncia o massacre que sofreram e defende o direito originário ancestral de seu povo às terras de sua reserva:

> ***"Vivemos na região Sul há 5 mil anos, ocupando uma área de milhões de hectares. Com a chegada dos colonos europeus, o Estado brasileiro assumiu o compromisso de nos eliminar. Eles achavam que a gente atrapalhava o progresso. Mas resistimos, sobrevivemos apesar das matanças e de nosso território ter sido reduzido e muito invadido, mesmo após a demarcação, já no século XX."***

Reportagem de William Helal Filho – 15.09.2021 – O Globo – Disponível em: [illegible] Acesso em 25.11.2021, às [illegible]

FONTE 2

Entre 1878 e 1881 várias cartas emitidas pela Subdelegacia de Polícia do Distrito de Theresópolis e Santa Izabel (hoje município de Águas Mornas) foram enviadas ao presidente da província de Santa Catarina, João Rodrigues Chaves. Na época essas colônias estavam localizadas na Freguesia de São José da Terra Firme.

> *Em 1878, o Subdelegado Mathias Schmitz afirma que é "indispensável tomar providencias para afugentar os bugres (Laklãnõ-Xokleng), que francamente aparecem na estrada em grandes turmas" por conta disto os colonos "são impedidos na lavoura de suas terras e obrigados a retirarem-se d'ali". Em novembro de 1879 ele diz que: "me foi recommendado empregar um 116 ou mais batedores de matto para afugentar os bugres das estradas. Tenho de informar a Vossa Excelência que a região ameaçada pelos bugres é muito extensa".*

Trecho da dissertação de Mestrado de Andréa Vicente /2021 – Documentos provenientes do Posto histórico indígena em Santa Catarina - Arquivo do Estado de Santa Catarina.

FONTE 3

Em seu livro "Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng" Silvio Coelho dos Santos relata as perseguições, massacres e atrocidades cometidos pelos colonizadores, financiados e apoiados pelos seus governos, contra as populações Xokleng em Santa Catarina. Destaca também a admirável resistência deste povo ao manter sua existência, mesmo diante da crueldade de bugreiros (caçadores de indígenas) e do racismo e conivência da sociedade colonial. No trecho abaixo Silvio Coelho denuncia uma das muitas ações de extermínio dos colonizadores contra os Xokleng, ao apresentar o artigo "como se civiliza no século vinte" publicado em um jornal de Blumenau, em 1904. Segue parte do artigo:

> "Os homens (bugreiros) avistaram um rancho grande de 35 metros de comprimento e 10 metros de largura, e mais alguns ranchos pequenos. Calcularam que dentro do acampamento deviam viver perto de 230 almas, a maior parte mulheres e crianças. O acampamento estava situado num alto, rodeado de taquara, o que serviu aos caçadores para se ocultarem. Como ficou combinado o assalto foi executado no dia seguinte ao romper do dia. O pavor e a consternação produzidas pelo assalto foi tal, que os bugres nem pensaram em defender-se, a única coisa que fizeram foi procurar abrigar com o próprio corpo, a vida das mulheres e crianças. Baldados intentos ! ! ! Os inimigos não pouparam vida nenhuma; depois de terem iniciado a sua obra com balas, a finalizaram com facas. Nem se comoveram com os gemidos e gritos das crianças que estavam agarradas ao corpo prostado das mães! Foi tudo massacrado. "

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Ed. Edeme, 1973, p. 84.

Bugreiros (como eram chamados os caçadores e assassinos de indígenas) posam com crianças e duas mulheres Xokleng sobreviventes ao massacre. Eles levavam alguns para servir de prova de que haviam feito o serviço. Foto: Acervo SCS.

Agora que você já leu os textos responda as questões:

1) **No documento 1 Brasílio Pripá, liderança Laklãnõ-Xokleng, se remete a história indígena para defender o direito ancestral e originário às poucas terras de sua reserva. Que evidências históricas do documento 1 e 2 corroboram para a argumentação do líder laklãnõ?**

2) **Brasílio Pripá acusa o Estado brasileiro de querer eliminar os Laklãnõ-Xokleng, promovendo matanças. Esta denúncia apresenta procedências nos documentos 2 e 3? Situações como as relatadas nos documentos eram recorrentes e condizentes com o que aconteceu no processo de colonização de Santa Catarina? (Se necessário, consulte o site: https://cimi.org.br/2020/10/pacificacao-xokleng-armadilha-violencia-esbulho-territorial/)**

3) **O art. 17, I, da Lei nº 6001/ 1973, do Estatuto do Índio, e o art. 231 da Constituição Federal de 1988, garantem aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Se estas leis existem porque os Laklãnõ ainda precisam se mobilizar e lutar por suas terras em pleno século XXI? Note que a manifestação Laklãnõ, que aparece na imagem, é de agosto de 2021. O que estava em discussão? Que ataques os povos indígenas seguem sofrendo na contemporaneidade?**

4) **O genocídio de indígenas não é um assunto muito mencionado ou discutido nas mídias televisivas e jornalísticas brasileiras da atualidade, não há memória educativa/preventiva, denúncia ou preocupação de que violências estejam voltando a acontecer pelos sertões do país contra os povos indígenas. No entanto, a época dos massacres, nos séculos XIX e XX, estes eram notícias recorrentes em jornais de cidades de Santa Catarina, notícias estas que não chocavam quase ninguém. Será que as estratégias de violência contra os indígenas mudaram na atualidade? Justifique escrevendo uma conclusão sobre esta questão.**

ORIENTAÇÕES GERAIS

OBJETIVOS

- **Destacar a presença dos Xokleng na história de São José, em áreas próximas ao litoral, mas principalmente nos sertões da Terra Firme.**
- **Denunciar as violências e o genocídio sofrido pelos Xokleng ao longo do processo de colonização no Estado de Santa Catarina.**
- **Promover o entendimento das violências contemporâneas e tentativas de apagamento contra os Xokleng e todos os povos indígenas.**
- **Dar visibilidade a luta Xokleng contra a tese do marco temporal.**

NARRATIVAS, VISIBILIDADE E RESPEITO

Atualmente os povos indígenas, organizados e instrumentalizados, estão conquistando espaços nos ambientes digitais. São depoimentos, audiovisuais, lives, seminários e outros canais de comunicação em que estas pessoas esclarecem os ouvintes sobre seus modos de ser e de viver. No entanto, nas mídias tradicionais os povos indígenas ainda são constantemente invisibilizados.

Isto acontece porque as falas indígenas carregam em si a resistência, a luta pelos territórios históricos e a defesa de suas culturas, memórias e ensinamentos de seus antepassados. Estes aspectos tornam seus relatos extremamente significativos. Com isso, as ações indígenas refutam os estereótipos do extermínio ao contar uma outra história que revela os povos indígenas como protagonistas. Quando um indígena fala, conta a sua versão, deixa de ser subalternizado e se transforma em um sujeito de ação.

Imagem e matéria disponíveis no site: https://cimi.org.br/noticias/morro-dos-cavalos-e-terra-guarani/

O documentário "Morro dos cavalos: Terra Guarani", produzido pela Comissão Yvyrupa, uma organização indígena dos povos Guarani no Brasil, exemplifica a importância de se dar visibilidade as falas indígenas. Este vídeo destaca a presença guarani, apresentando elementos que possibilitam a construção de uma narrativa singular e totalmente indígena, tornando-os protagonistas de sua própria história. No vídeo os guaranis têm a oportunidade de mostrarem que têm conexão com os seus territórios ancestrais, que são detentores de subjetividades, que valorizam e pretendem manter seu modo de viver. Modo este que se preserva em meio à fluidez que advêm do contato e do passar dos anos, resultado das trocas com o outro que os afetou, e que também foi afetado.

Acesse o vídeo no link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=BWfaYuWShtM

Eunice Antunes/ Foto: Conselho Indigenista Missionário. Regional Sul, 28/10/2015.

"(...) em meio ao turbilhão de ataques e ameaças que estamos vivendo agora, não seria justo ficarmos calados sabendo que temos toda uma memória para mostrar. Temos que nos fazer valer de todas as ferramentas que os não indígenas criaram em nossa própria defesa, pois é assim que eles tentam nos destruir: tirando tudo o que foi nosso um dia e nos intimidando para nos calar."

https://cimi.org.br/2015/06/37286/

Eunice Antunes, cacique Guarani M'byá do Morro dos Cavalos, tem se destacado na luta pela preservação das terras indígenas de seu povo. É conhecida por atuar de forma política e intelectual contra os ataques direcionados aos guarani.

"Vendo os rios, as nascentes, sentindo os ventos e as florestas, percebemos que todos eles são seres com vida completa, entidades que respiram, pensam, comunicam-se, tal como a terra em seu princípio e como nós próprios. E é por isso que o modo de ser e de viver Guarani está intimamente ligado ao respeito à natureza."

Verá Tupã Popyguá Timóteo da Silva
Foto: Live Youtube

Timóteo da Silva Verá Tupã Popyguá, liderança guarani, escritor e autor do livro "A terra uma só", percorreu muitos caminhos pela Mata Atlântica junto de seu povo Nhande'iva'e, mais conhecido como Guarani M'byá. Agora ele compartilha seus conhecimentos com todos que quiserem ouvi-lo.

Após a leitura dos depoimentos e informações, responda as questões que seguem:

a) **Por que é importante dar visibilidade as narrativas indígenas? Por que muitas vezes estes povos não encontram espaço nas mídias tradicionais para apresentar suas versões?**

b) **Em seu relato Eunice Antunes denuncia grande perseguição. Reflita sobre o seu depoimento, após assistir ao documentário "Morro dos Cavalo: terra Guarani", e tente apontar os motivos da violência cometida contra este grupo.**

c) **Em seu depoimento Verá Tupã, Mbyá Guarani, fala sobre a relação indígena com a natureza. Com base neste relato e no vídeo dos guarani procure explicar por que a terra, os seres da floresta e o meio ambiente são tão importantes para este grupo.**

d) **Por que lideranças indígenas estão falando mais na contemporaneidade? Pense, a partir do vídeo e dos relatos sugeridos acima, sobre as razões que estariam levando estas pessoas a narrarem seus modos de ser e de viver, em conexão com o ambiente natural, na contemporaneidade.**

MEMÓRIA E IDENTIDADE JOSEFENSE

Monumento em homenagem aos imigrantes açorianos. Autor Plínio Verani, 2000.

O município de São José tem uma premissa, definida por seus governantes nas últimas décadas, a de ser um lugar de memória que enaltece a sua colonização açoriana. Em 1992 o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inicia um trabalho de construção da identidade açoriana nos municípios do litoral catarinense. Segundo Sérgio Luiz Ferreira (2018) *"O NEA, mais do que um núcleo de estudos universitários, tornou-se um agente de ação cultural que tem como projeto prioritário o mapeamento da cultura de base açoriana do litoral catarinense. O NEA, através de convênios com todas as prefeituras do litoral catarinense, realiza atividades de capacitação [...]"* São José estava entre estes municípios e passou a adotar a política da construção da identidade açoriana em seu território.

Rememorar o passado é sempre muito bom, no entanto, quando escolhemos apenas um grupo para representar toda uma população, injustiças históricas aparecem. Ao se ressaltar apenas a trajetória dos europeus, reafirmando a branquitude de sua gente, constroem-se narrativas que promovem a exclusão, invisibilizando as ações, as resistências e as contribuições de grupos inteiros - indígenas e negros - promovendo seus apagamentos na história.

Existem muitos monumentos em São José, no entanto, ainda considerando algumas mudanças promovidas pelo setor de cultura do município, a maioria deles destaca apenas a história dos colonizadores. Um exemplo de patrimônio histórico que segue esta descrição é o Hino Municipal de São José. Ele ainda é trabalhado nas escolas, de forma acrítica, como elemento importante da tradição local, uma "história única" que, como diz Chimamanda Adichie, está relacionada às estruturas de poder, a "ser maior do que o outro" e acrescenta: "o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva" (ADICHIE, 2019, p.23). Este tipo de narrativa cria muitos problemas sociais, uma vez que fomenta uma identidade hegemônica branca, eurocêntrica e colonial.

Leia e reflita sobre os documentos abaixo:

Cestaria guarani, adquirida em aldeias da região, em exposição no Museu Histórico Municipal de São José.

Hino do Município de São José

Aqui outrora chegou o imigrante
que além dos mares deixou Portugal,
e através do trabalho constante
edificou nossa terra natal.

Os sacrifícios dos antepassados
foram sementes de fruto eficaz,
e os Josefenses, no amor irmanados,
aqui trabalham em tempo de paz.

Em São José, interior e cidade
convivem sempre em perfeita união,
porque os laços da fraternidade,
abraçam todos na integração.

O mestre, o aluno e os trabalhadores,
industrial, militar ou civil,
comerciantes e agricultores,
se dão as mãos e constroem o Brasil.

Estribilho:

A sua história é um exemplo de fé.
Na inteligência de um povo febril.
Pelo trabalho eficaz, São José
também ajuda a construir nosso Brasil,
nosso Brasil, nosso Brasil.

O hino do município de São José foi criado pelo Maestro José Acácio Santana e homologado pela Lei Ordinária nº 863/1973 de 27/01/1973.

VERSÃO INDÍGENA

Durante mais de 1500 anos vivemos aqui só os Guarani. Desde as Missões até aqui em Santa Catarina; assim vivemos primeiramente. Então, pra nós, é uma terra só. Mas, depois da chegada dos jurua (brancos), e depois de terem matado muitos índios, os brancos começaram a brigar entre si. Eles brigaram, pois cada nação queria tomar tudo pra si. Os portugueses queriam todo o território para eles, os espanhóis e os holandeses também. Então, eles brigaram entre si. Depois, negociaram e se entenderam sobre como fazer as divisões. E foram dividindo: no Uruguai [Paraguai, Argentina] ficaram os espanhóis, e tinha também os portugueses, que ficaram aqui no Brasil. Eles também não eram brasileiros, eram estrangeiros. Nós é que somos brasileiros. Só que, até agora, os brancos ainda não conhecem a gente. [...]

Xeramõi Timoteo Oliveira – Karai Tataendy (Tekoa Itanhaen, Biguaçu/SC)
Fonte: Guata Porã/ Belo Caminhar – São Paulo, SP, 2015

Responda:

a) A primeira estrofe do hino afirma que foram os imigrantes portugueses sozinhos que edificaram "nossa terra natal", você acha que está correta esta afirmação? Que sujeitos não aparecem reconhecidos no texto como importantes dentro da concepção histórica municipal? Justifique.

b) Leia atentamente o trecho: *"Os sacrifícios dos antepassados/ foram sementes de fruto eficaz,/ e os Josefenses, no amor irmanados,/aqui trabalham em tempo de paz"*. Responda: De quem eram os antepassados sacrificados ao longo do processo colonizatório? Pense a partir da perspectiva de grupos não europeus.

c) Que lugar foi reservado aos povos indígenas e as populações de origem africana nesta narrativa que compõe o hino josefense? Diga o que está faltando na letra oficial e proponha uma nova redação para uma novo hino.

d) Por que o indígena guarani Xeramõi Timoteo Oliveira, afirma que não são os portugueses, mas os indígenas os verdadeiros brasileiros? Por que ele afirma que até hoje "os brancos ainda não conhecem a gente"?

e) No vídeo sobre o Museu Histórico Municipal de São José, disponível no tópico "Lugar de Memória", na página inicial do site, se destaca a existência de um espaço para resguardar a memória histórica dos povos indígenas neste município. Assista ao vídeo e diga se o espaço organizado no museu corresponde as expectativas e dá o devido valor aos povos indígenas de hoje.

Link do vídeo:
https://www.canva.com/design/DAEurmEeLIQ/ZsArt_d64afNyLIzoOrkFw/watch?utm_content=DAEurmEeLIQ&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=publishsharelink

f) Sabendo da presença indígena histórica no município, revelada pelos artefatos indígenas do Museu Histórico Municipal e por relatos de indígenas da atualidade, pense e liste as razões que teriam as autoridades para continuar perpetuando uma "história única" para São José.